



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**GERSON DIAS DE SOUSA**

**DIÁSPORA CHINESA E NOVAS TERRITORIALIDADES: MOBILIDADE, REDES  
E COMÉRCIO DOS CHINESES EM TERESINA/PI**

**TERESINA (PI)  
2018**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**GERSON DIAS DE SOUSA**

**DIÁSPORA CHINESA E NOVAS TERRITORIALIDADES: MOBILIDADE, REDES  
E COMÉRCIO DOS CHINESES EM TERESINA/PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela Universidade Federal do Piauí, como requisito necessário para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Wilson Pereira dos Santos

**TERESINA (PI)  
2018**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras  
Serviço de Processamento Técnico

S725d Sousa, Gerson Dias de.

Diáspora chinesa e novas territorialidades: mobilidade, redes e comércio dos chineses em Teresina/PI/ Gerson Dias de Sousa. – 2018.

156 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Piauí, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Raimundo Wilson Pereira dos Santos.

1. Diáspora. 2. Território. 3. Mobilidade. 4. Redes.  
5. Comércio. I. Título.

CDD 331.12

**GERSON DIAS DE SOUSA**

**DIÁSPORA CHINESA E AS NOVAS TERRITORIALIDADES: MOBILIDADE,  
REDES E COMÉRCIO DOS CHINESES EM TERESINA/PI**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

Orientador:

Prof.º Dr.º RAIMUNDO WILSON PEREIRA DOS SANTOS

Aprovado em 30 / 06 / 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.º Dr.º \_\_\_\_\_



**RAIMUNDO WILSON PEREIRA DOS SANTOS**

[Orientador - Presidente]

Profa. Dra. Tereshinha de Jesus dos Santos Sousa

**TERESINHA DE JESUS DOS SANTOS SOUSA**

[Examinadora Externa ao Programa – UESPI]

Profa. Dra. \_\_\_\_\_



**ANDRÉA LOURDES MONTEIRO SACEBELLO**

Examinadora Interna à Instituição – PPGGEO - UFPI

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha esposa Fernanda Dias de Sousa que de forma muito especial, sempre me deu forças e apoio, principalmente, nos momentos de maiores dificuldades, quero incluir também meus filhos Jefferson André Dias de Sousa e Gerson Dias de Sousa Filho, que iluminam minha vida de forma especial e me dão motivos para continuar sempre buscando dar o melhor de mim.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A minha querida esposa Fernanda Dias e aos meus filhos Jefferson André e Gerson Filho, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A todos os meus familiares. Meus pais, que me ensinaram a boa educação e os valores da vida.

Ao Dr. Professor Raimundo Wilson Pereira dos Santos, meu orientador, pelo suporte, orientações e incentivos.

Aos professores do programa de Pós-Graduação em geografia da UFPI.

Aos meus queridos amigos e colegas da turma de mestrado, pelo companheirismo e auxílio.

Por fim todos da comunidade chinesa em Teresina, que participaram direta ou indiretamente da nossa pesquisa.

Com vocês, divido a alegria desta incrível experiência.

## RESUMO

As noções de diáspora(s) têm sido discutidas diretamente nas temáticas sobre mobilidade, territórios e redes, apontando para diversas áreas de estudos, inclusive a Geografia, pois, refletem sobre as recriações e as repercussões dos processos de territorializações nas experiências de realocações espaçotemporais, sendo, portanto, reeditadas na contemporaneidade. Neste sentido, realizar um estudo acerca da presença de imigrantes chineses em Teresina nos leva a algumas inquietações. Como, por exemplo, levantar uma discussão sobre o assunto da diáspora chinesa no contexto da globalização, da mobilidade, da construção de novas territorialidades e, também, discutir como se estrutura este processo de territorialização chinesa em Teresina por intermédio da atividade comercial por eles desenvolvida, pelas redes sociais mantidas ou criadas durante a migração através das práticas socioespaciais, considerando aspectos simbólicos e/ou funcionais do território. Portanto, averiguamos a integração de trabalhadores chineses no comércio de Teresina como resultado dos recentes fluxos migratórios e a relação destes com o novo lugar, que agrega a dimensão material e simbólica e as possibilidades e conquistas de acordo com a conjuntura econômica em que os lugares e indivíduos estão envolvidos. Para tanto, a presente pesquisa tem, como objetivo geral, analisar a presença dos chineses em Teresina na perspectiva da construção de uma nova territorialidade, a partir do comércio, das redes sociais resultantes da diáspora dos imigrantes chineses em Teresina. Objetivamos, especificamente, estabelecer a relação entre diáspora chinesa e o processo de territorialidade dos imigrantes chineses; compreender, sob a perspectiva da territorialidade, das redes e da mobilidade, a presença dos chineses em Teresina, e, por fim, apontar os resultados e a dinâmica da construção das redes e territorialidade dos chineses em Teresina. Para fundamentar as categorias e conceitos-chave (diáspora, território, mobilidade e redes) empregados na pesquisa, destacamos as obras de Hall (2003, 2006), Ma Mung (1999), Bhabha (1998), Haesbaert (2005, 2008, 2011, 2012), Rafestin (1993), Saquet (2008, 2015), Bauman (1999), Lefebvre (2000), Harvey (2008). Nesta pesquisa, de natureza qualitativa e quantitativa, recorreremos ao método hipotético-dedutivo, tendo em vista que procuramos compreender o fenômeno que ocorre em Teresina com a presença dos migrantes chineses, com base na observação de outros estudos no Brasil, levantando a hipótese de que, o que ocorre em Teresina, é um reflexo, mesmo que tardio, da diáspora chinesa no Brasil, destacando, assim, as particularidades e especificidades do caso empírico. Recorreremos ainda ao método de pesquisa de campo, fazendo observações indiretas e levantamentos *in loco*, coletando informações através da aplicação de formulários com perguntas fechadas junto aos comerciantes chineses. Elaboramos, também, um mapa mostrando a espacialização dos estabelecimentos comerciais dos chineses no bairro Centro e arredores. Como resultados, verificamos que o grupo étnico chinês, especialmente no centro de Teresina, se apresenta atualmente como um grupo de imigrante que possui um número representativo de estabelecimentos comerciais, de uma forma bem caracterizada e que já vem durando alguns anos. Um grupo heterogêneo, mas com forte identidade cultural, cujas relações sociais são marcadas por estereótipos, redes e solidariedade, configurando, assim, uma nova territorialidade, tanto no sentido funcional/material quanto simbólico.

**Palavras-chave:** Diáspora. Território. Mobilidade. Redes. Comércio.

## ABSTRACT

The notion of diaspora has been discussed directly in the mobility themes, territory and networks. Pointing to vary study areas, including Geography, because, it reflects about the recreation and the repercussions of the territorialization process in the experience in the space-time reallocation, therefore, reissued in the contemporaneity. Accomplishing a study about the presence of Chinese immigrants in Teresina lead us to some restlessness. For instance, raising a discussion about the topic Chinese diaspora in the globalization context, mobility, new territorialities constructions and, also, discuss how structures this Chinese territorialization process in Teresina through the commercial activity developed by them, the social network maintained or created during the immigration through the social-spatial practices, considering symbolic and/or functional aspects of the territory. Therefore, it was investigated the integration of Chinese workers in Teresina's commerce as result of the recent migratory influx and the relation of these people with the new place, that aggregates the material and symbolic dimension and the possibilities and achievements according to the economic conjuncture in which the places and individuals are involved. For this purpose, the present research has, as main objective; analyze the presence of Chinese in Teresina in the perspective of a new territoriality construction, from the commerce, social network resulting from the Chinese diaspora in Teresina. It was aimed, specifically, to establish the relation between the Chinese diaspora and the Chinese immigrant process of territoriality; understand, under the perspective of territoriality, the social network and the mobility, the presence of Chinese in Teresina, and, eventually, to point the results and the dynamic of the social network and territoriality construction of the Chinese in Teresina. To support the categories and the key concepts (diaspora, territory, mobility and social network) applied in the research, it is highlighted the works of Hall (2003, 2006), Ma Mung (1999), Bhabha (1998), Haesbaert (2005, 2008, 2011, 2012), Rafestin (1993), Saquet (2008, 2015), Bauman (1999), Lefebvre (2000), Harvey (2008). In this research, of qualitative and quantitative nature, it was used the method hypothetic-deductive, considering that it was sought to comprehend the phenomenon that occurs in Teresina with the presence of Chinese immigrants, based on the observation in others studies in Brazil, raising hypothesis that, what occurs in Teresina, is a reflex, even late, of the Chinese diaspora in Brazil, highlighting, thus, the particularities and specificities of the empiric case. It was still resorted to the method of the field research, making indirect observations and surveys *in loco*, collecting data through the questionnaire application with objective questions with Chinese merchant. It was also elaborated, a map showing the specialization of the Chinese business establishment downtown and surrounding areas. As preliminary results, it was verified that the Chinese ethnic group, especially downtown, presents currently as a group of immigrants that owns a representative number of business establishments, with a well characterized way and that has been lasting for some years. A heterogeneous group, but with a strong cultural identity, which the social relations are marked by internal cleavage, social network and solidarity, configuring, thus, a new territoriality, as in the functional/material sense as symbolic.

Keywords: Diaspora. Territory. Mobility. Social Network. Commerce.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01	As cinco principais regiões da China fornecedoras de mão-de-obra ( <i>coolies</i> ).....	31
Mapa 02	A diáspora chinesa pelo mundo.....	34
Mapa 03	Número de chineses fora da China e principais regiões de partida.....	35
Mapa 04	Os quatro grupos de línguas da China.....	37
Mapa 05	Divisões dos principais dialetos falados na China.....	38
Mapa 06	Municípios de residência dos imigrantes chineses registrados entre 2000 – 2014 (Brasil).....	50
Mapa 07	As maiores <i>Chinatown</i> s do mundo.....	68
Mapa 08	Espacialização dos estabelecimentos chineses no centro de Teresina.....	123
Mapa 09	Localização dos principais bairros de residências dos chineses pesquisados.....	139

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Gráfico demonstrando os estudantes chineses no exterior e o percentual de retorno.....	41
Figura 02	Dinâmica da produção identidade cultural chinesa na diáspora.....	67
Figura 03	Mosaico de fotos dos armazinhos dos chineses no centro de Teresina.....	125
Figura 04	Mosaico de fotos das pastelarias chinesas no centro de Teresina.....	126
Figura 05	Mosaico de fotos das lojas chinesas com inovações e maior espaço físico.....	127
Figura 06	Foto com uma pequena concentração de estabelecimentos chineses na Rua Lisandro Nogueira (Centro).....	130

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Abordagens conceituais de território em três vertentes básicas.....	82
Quadro 02	Características do <i>continuum</i> entre funcionalidade e simbolismo.....	86
Quadro 03	Resumo das principais características da diáspora chinesa.....	115
Quadro 04	Visão dicotômica Território-Rede.....	133

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Número dos Imigrantes chineses por região no período de 2010 a 2014	54
-----------	---	----

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2. DIÁSPORA: DISPERSÃO CHINESA PELO MUNDO E NO BRASIL</b> .....	15
2.1 Diáspora: Um conceito, uma teoria, uma categoria.....	15
2.2 A diáspora no contexto da geografia .....	22
2.3 Diáspora chinesa: A trajetória dos chineses pelo mundo .....	29
2.4 Os chineses chegam ao Brasil .....	47
2.5 Identidade, hibridismo e etnicidade: Apontamentos para a compreensão da comunidade chinesa dispersa .....	56
<b>3. TERRITORIALIDADE, REDES E MOBILIDADE ESPACIAL NO MUNDO GLOBALIZADO</b> .....	72
3.1 Mobilidade Humana: O movimento da modernidade .....	73
3.2 Uma análise da multiterritorialidade e da (des)(re)territorialidade – T-D-R.....	79
3.3 Territórios e territorialidades: Múltiplos olhares e agentes .....	81
3.4 Imigrantes e a (re)produção de novas territorialidades .....	92
3.5 Os chineses na configuração do território-rede .....	98
3.6 A cidade como “espaços” para desenvolvimento das práticas e territorialidade do comércio chinês .....	106
<b>4. DIÁSPORA, TERRITORIALIDADE, REDES E COMÉRCIO DOS CHINESES EM TERESINA</b> .....	112
4.1 Diáspora, mobilidade e a reprodução identitária da presença dos chineses em Teresina	112
4.2 Construção de uma nova territorialidade: espacialidade dos chineses em Teresina por meio do comércio .....	121
4.3 Estabelecendo relações sociais em redes na manutenção da territorialidade .....	132
4.4 Do desejo de retornar à necessidade de ficar: conflitos e novos rumos da diáspora chinesa.....	136
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	141
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	146
<b>7. APÊNDICE</b> .....	155
<b>8. ANEXOS</b> .....	156

## 1 INTRODUÇÃO

As noções de diáspora(s) têm sido examinadas diretamente nas temáticas da mobilidade/imigração, globalização/transnacionalismo, território e redes, apontando para diversas áreas de estudos, inclusive a Geografia, que reflete sobre as recriações e as repercussões dos processos de desreterritorialização e nas experiências de realocações espaço-temporais, sendo assim, reeditadas na contemporaneidade. Neste sentido, inicialmente, procuramos compreender a presença dos chineses em Teresina com base na discussão teórica sobre o conceito de diáspora, pois pensar e escrever sobre diáspora na contemporaneidade é algo que exige um olhar multifacetado. É necessário um diálogo com diferentes áreas do conhecimento, como geografia, história, antropologia, filosofia, estudos culturais, literatura, ciências da comunicação etc. Isso mostra a abrangência da utilização do termo e suas várias facetas teórico-metodológicas.

Associamos, também, à discussão em torno do termo diáspora, os termos territorialidades, redes e mobilidade, pois entendemos que estes conceitos tratam do processo de movimentos migratórios, e como os imigrantes se espacializam no novo território. Autores como Haesbaert (2005, 2011, 2012), Ma Mung (1999, 2009) e outros, abordam acerca da produção da territorialidade a partir dos processos diaspóricos e da apropriação do espaço pelo imigrante no local de destino por meio das práticas sociais. Foi pertinente em nosso trabalho a discussão sobre mobilidade e redes, dialogando com autores como Bauman (2000), Augé (2001, 2010) e Rafestin (1993). Esses autores fazem referência à contribuição de como a mobilidade e as redes dinamizam os movimentos migratórios, favorecendo tanto os deslocamentos como a fixação no destino. Assim, através da participação desses imigrantes em diásporas, eles compartilham o mesmo território com diferentes grupos culturais e organizam suas territorialidades com elementos de desterritorialização, trazidos de sua terra natal, e com elementos de reterritorialização, encontradas na nova terra. (HAESBAERT, 2011).

Tratamos ainda em nosso trabalho sobre o aspecto econômico da presença dos chineses em Teresina através do comércio, caracterizando uma forma de territorialidade tanto no sentido material como simbólico/cultural. Embora não se tenha um conjunto de vários elementos que revelem “locais de cultura” chinesa em Teresina, a noção de “entre-lugares” desenvolvido por Bhabha (1998), na qual ele trabalha a criação de um espaço cultural híbrido e a articulação e interseção culturais promovidos pelo encontro de indivíduos e grupos diferentes entre si, no caso dos processos migratórios, nos auxilia na apreensão de nossa

realidade. Neste encontro, o autor propõe a ideia de “fronteiras da diferença cultural” como local das relações entre/interculturais. Assim, os encontros/desencontros de nacionalidades marcados e marcadores pelas singularidades, pelo outro idioma, pelos sotaques, traços fisionômicos, jeitos e comportamentos “estranhos”, evidenciam a diferença entre os nacionais e estrangeiros e a construção das próprias territorialidades, sejam ao mesmo tempo materiais e/ou simbólicas.

Entendemos que a presença dos chineses em Teresina é fruto ou reflexo das várias ondas migratórias dos chineses ao longo do tempo, motivadas por diferentes razões, sociais e econômicas, e direcionadas aos cinco continentes (MACHADO, 2006), pois, o termo diáspora chinesa se aplica a milhões de pessoas com origem na China Continental, que se espalharam pelo mundo nos últimos dois séculos (TREVISAN, 2009). Segundo Dongen e Liu (2013) a diáspora chinesa representa cerca de 46 milhões de pessoas ultramar espalhados em 150 países. No Brasil, há um número próximo de 250.000 chineses (ROBERT, 2012) concentrados, em sua maioria, na região sudeste (especialmente no Estado de São Paulo). Na região Nordeste, conforme o consulado chinês instalado na cidade do Recife, há um número entre 9 e 10 mil chineses. E no estado do Piauí, segundo a Polícia Federal, há aproximadamente 140 chineses.

Considerando a análise destes números, entendemos que uma abordagem pautada no cruzamento de fontes múltiplas e uma ligação entre o geral e o específico (empírico), do global para o local, é possível classificar os imigrantes chineses em Teresina como um contingente representativo das ondas recentes da diáspora que surgiram a partir da segunda metade do século XX (MACHADO, 2006), mas somente sendo percebida a presença dos chineses no Piauí a partir dos anos 2000. Essa presença “tardia” dos chineses na cidade de Teresina justificaria, provavelmente, em razão de que, no final dos anos setenta do século XX, a cidade não se adequasse aos interesses mercadológicos dos imigrantes chineses, fato que só começa a ocorrer em meados de 2002 (SILVA, 2008).

Neste sentido, nossa pesquisa foi motivada pela proposta de estudar a inserção de migrantes chineses, enquanto membros de uma diáspora, na sociedade teresinense, especialmente no aspecto econômico, com atuação na atividade comercial e nas relações socioespaciais em rede, em uma perspectiva de novas territorialidades. Procuramos, também, em nosso trabalho, complementar e avançar em outros aspectos sobre a presença dos chineses que, inicialmente, foram propostos em nossa monografia no ano de 2014, na qual abordamos o tema sobre movimentos migratórios e asiáticos no Brasil e a relação com comércio no centro de Teresina a partir da presença dos chineses. Objetivamos ainda, nesse trabalho

monográfico, identificar estes estrangeiros, quais ramos de atividades comerciais por eles desenvolvidas, diagnosticar o aspecto formal/informal destas atividades e quais razões levaram estes imigrantes a se deslocarem para Teresina.

Assim, com a presença dos chineses em Teresina, a pesquisa levanta os seguintes questionamentos: A presença dos chineses se configura como uma territorialidade por meio do comércio e das relações sociais em rede? Os imigrantes chineses em Teresina são um resultado/reflexo de uma nova diáspora? Diante desta problematização, o principal objetivo deste trabalho foi o de analisar a presença dos chineses em Teresina, na perspectiva da construção de uma nova territorialidade por meio do comércio, das relações sociais em redes, resultantes de uma diáspora de imigrantes chineses. Dentre os objetivos específicos, procuramos estabelecer a relação entre diáspora chinesa e o processo de territorialidade dos imigrantes chineses; compreender sob a perspectiva da territorialidade, das redes e da mobilidade a presença dos chineses em Teresina, e, por fim, apontar os resultados e a dinâmica da construção da territorialidade dos chineses em Teresina com base nas discussões dos conceitos acima citados.

Com uma metodologia de natureza quali-quantitativa, recorreremos especificamente ao método hipotético-dedutivo, em razão da pesquisa levantar hipóteses sobre a configuração ou construção de uma territorialidade em Teresina pela presença de imigrantes chineses, baseados na discussão teórica do termo diáspora e na observação de outros estudos semelhantes que ocorrem no Brasil. A fundamentação teórica está baseada, especialmente, nas obras Haesbaert (2005, 2011, 2012), Ma Mung (1999, 2009) e Rafestin (1993), Saquet e Mondardo (2008), que discutem categorias como território, territorialidades e redes envolvendo questões sobre diásporas. Estes autores deram suporte para entendermos nossa realidade no que diz respeito à construção de territorialidades e redes que se materializaram de forma mais efetiva através do comércio.

Realizamos também uma pesquisa de campo, pois, para a geografia, a abordagem do empírico é fundamental tanto para a produção da informação geográfica quanto para a análise do objeto. Para tanto, utilizamos a técnica da observação assistemática, que conforme Lakatos e Marconi (2003) consiste em recolher e registrar fatos da realidade de modo ocasional e informal. Assim semanalmente, visitávamos os estabelecimentos dos chineses com o objetivo de entender a relação dos chineses entre si com funcionários e clientes; a estrutura de funcionamento e administração, e, ao final da observação, se procediam as anotações relevantes à pesquisa.

Em outro momento, para a coleta de informações junto aos chineses, aplicamos os formulários com questões previamente elaboradas, e, em alguns momentos, ocorriam conversas informais. Utilizamos estes instrumentos em razão das condições não muito favoráveis, e por estarem situados entre os questionários e entrevistas, conforme aponta Gil (2002). A principal dificuldade encontrada foi a da comunicação com os chineses, por que muitos deles falam pouco o Português. Não estabelecemos um número fixo de chineses participantes, seria o máximo possível. Como já falamos, houve grande dificuldade de comunicação com os mesmos, pois são muito receosos em conceder entrevistas para estranhos. Assim, os instrumentos supracitados tiveram a intenção de entender se os chineses estavam enquadrados em algumas das características da diáspora. Por exemplo, se eles se sentiam membros de uma diáspora, se tinham a intenção de voltar para a China, se sentiam-se integrados à comunidade teresinense e se mantinham contato com outros chineses que moram em Teresina, e se a forma de comércio que desenvolvem aqui é a mesma de outros lugares de antes.

Realizamos uma pesquisa exploratória, envolvendo um levantamento bibliográfica em livros de divulgação científica e técnicas; em teses e dissertações que tratassem sobre território e territorialidades, bem como diáspora dos chineses e o comércio; pesquisamos em periódicos, como jornais e revistas, anais de encontros científicos que estão disponíveis em meio eletrônico. Além disso, realizamos visita à Polícia Federal, e, mediante ofício, solicitamos o número de chineses residentes em Teresina, que atualmente são cerca de 130, além de dialogarmos com o responsável por cadastrar a entrada de imigrantes no Piauí, a fim de saber qual a situação dos imigrantes chineses.

O recorte espacial da pesquisa de campo foi o bairro Centro de Teresina, conforme demarcado pela prefeitura, onde está concentrada a maioria (se não todos) dos estabelecimentos comerciais dos chineses. No entanto, outros bairros bem próximos ao Centro da cidade também foram contemplados com a espacialização comercial dos chineses. Cada estabelecimento dos chineses foi visitado, observando-se a expansão e localização das lojas, a fim de demarcação e/ou demonstração da territorialidade e espacialização através do comércio. Procuramos, através do formulário e das conversas informais, localizar as residências dos chineses como parte integrante, também, dessa espacialização dos imigrantes.

A dissertação está composta por três capítulos. O primeiro capítulo inicia fazendo uma discussão sobre o termo diáspora enquanto um conceito, uma teoria e/ou categoria, partindo da visão de vários autores em uma apresentação múltipla e plural do termo. Abordamos tanto as características da diáspora de forma geral, bem como as específicas da diáspora chinesa,

destacando também seu uso na geografia. Em seguida, fazemos um levantamento da diáspora (dispersão) chinesa pelo mundo e, conseqüentemente, pelo Brasil, e ainda qual seu significado para os chineses, bem como um panorama da imigração dos chineses no Brasil. Suscitamos ainda, no final deste capítulo, um debate sobre a identidade, hibridismos e etnicidade da comunidade chinesa, considerando como pontos importantes para a compreensão da dispersão.

O segundo capítulo traz uma análise da mobilidade na contemporaneidade, feita com ênfase no movimento dos imigrantes, mas que, também, aborda temas como a globalização e a pós-modernidade. Fazemos uma discussão sobre multiterritorialidade no processo da des-reterritorialização e de como esses termos são pertinentes para a compreensão da territorialização e apropriação do espaço (território teresinense) pelos chineses, especialmente, por intermédio de suas práticas comerciais. Fazemos uma leitura do território apontando para, pelo menos, dois caminhos: reconhecer vários tipos de territórios que coexistam no mundo contemporâneo, bem como trabalhando com a ideia de construirmos o território de forma articulada, integrada. Inserimos neste capítulo a temática das relações em redes, proporcionando a construção de um território-rede, dinamizada por relações sociais estabelecidas pelos chineses em diversos polos. Por fim, consideramos importante ressaltar a relevância do debate sobre a cidade como “espaços” para desenvolvimento da cultura e territorialidade do comércio chinês.

Finalmente, o último capítulo da dissertação faz uma análise empírica, discorrendo sobre o objeto de estudo. Procuramos demonstrar como algumas das características da diáspora chinesa se refletem e se enquadram à realidade de Teresina, dando ênfase especialmente à mobilidade dos imigrantes entre os diversos polos da migração, que chamamos em nosso trabalho de “remigrações”, e a preservação dos traços da cultura chinesa em nossa cidade, com destaque para o uso da língua materna. Representamos a territorialidade construída pelos chineses através da espacialização dos estabelecimentos comerciais e como ela se efetiva por meio das redes sociais estabelecidas entre amigos e parentes. Encerramos a análise empírica fazendo uma prospecção da presença chinesa em Teresina no contexto do conflito que surge do desejo de retornar à terra natal e a necessidade de ficar, e a perspectiva de novos rumos.

Consideramos, por fim, que este estudo foi importante para aprofundar um pouco mais a compreensão acerca do fenômeno da migração chinesa para Teresina nos últimos anos, através da análise dos impactos dessa presença estrangeira na sociedade teresinense. Assim, a migração empresarial específica, de vendas de produtos importados e pastelarias, o apego a traços culturais por meio da língua, o desejo de retorno à terra natal, forte laço de confiança

entre amigos e parentes na manutenção do dispositivo comercial são, entre outras, marcas da presença chinesa em Teresina como reflexo da diáspora chinesa e como construção de uma nova territorialidade. Portanto, Teresina tem se mostrado um destino promissor para os negócios dos chineses e, conseqüentemente, proporcionado melhor condição de vida a esse grupo.

## 2 DIÁSPORA: DISPERSÃO CHINESA PELO MUNDO E NO BRASIL

O termo diáspora foi frequentemente utilizado para designar situações de êxodo forçado de populações em situações angustiantes, como aconteceu nas perseguições ao povo judeu. Porém, recentemente, a palavra diáspora ganhou em termos sociológicos e também políticos, um novo significado, ligado diretamente a migrações internacionais, caracterizadas por certo grau de permanência, diversidade de destinos e, especialmente, quando se verifica a existência de um forte sentimento de pertença das comunidades imigradas em relação ao seu país de origem e a sua cultura. O termo diáspora, também, tende cada vez mais a expandir-se em abrangência, aparecendo frequentemente associada a quaisquer situações de migração, sem, contudo, haver algum rigor semântico ou sem qualquer justificativa denotativa.

Verificamos, assim, que nas obras dedicadas à análise e desenvolvimento do conceito de diáspora, são numerosas as referências às diásporas de maior dimensão populacional, como a chinesa, caracterizada por uma forte identidade cultural e manutenção de laços com o país de origem e que tem se consolidado com a aceleração dos movimentos migratórios nas últimas décadas e desempenhado um papel crucial enquanto canal de comunicação, de facilitação de fluxos comerciais e de investimentos no estrangeiro. Neste sentido, entendemos que a diáspora possui uma polinização cruzada de indivíduos que, tendo nascido num dado país e/ou região do mundo, são transportados, para muitas distintas paragens, levando a essas novas terras uma marca da sua personalidade cultural originária, aonde irão talvez criar raízes e reproduzir-se.

### 2.1 Diáspora: Um conceito, uma teoria, uma categoria?

Pensar e escrever sobre diáspora na contemporaneidade é algo que exige um olhar multifacetado. É necessário um diálogo com diferentes áreas do conhecimento, como geografia, história, antropologia, filosofia, estudos culturais, literatura, ciências da comunicação etc. Isso mostra a abrangência da utilização do termo e suas várias facetas teórico-metodológicas. Esta polissemia foi percebida durante a pesquisa bibliográfica, onde foi encontrado um vasto material discutindo a temática em diversas áreas do conhecimento. Neste sentido, analisaremos a presença dos chineses em Teresina com base na discussão teórica sobre o conceito de diáspora.

O termo “diáspora”, etimologicamente, tem origem no grego *speiro*, e significa dispersar-se, separar-se, espalhar-se, expandir-se (HAESBAERT, 2012). O termo clássico para “diáspora” por muito tempo fora utilizado de maneira específica, para designar

unicamente a dispersão forçada dos judeus na Antiguidade. Desde sua origem, o povo judeu tem como característica a migração, que se associa, evidentemente, tanto ao histórico de perseguições e intolerância, como a questões culturais e simbólicas envolvendo a busca pela “Terra Prometida”. Segundo o Antigo Testamento, Moisés reuniu os hebreus cativos no Egito para (re)conduzi-los à Terra Prometida. No primeiro século da era cristã (D.C), sob o domínio dos romanos, a maioria dos judeus iria se deslocar da Palestina para outras regiões do mundo, ocorrendo, assim, à diáspora dos judeus (CHEMERIS, 2002).

De acordo com Topel (2015) são muitos os textos sobre diáspora(s) que mencionam, ainda que seja brevemente, o caso judaico e até o consideram como o protótipo da condição diaspórica e que, ao longo da História, a diáspora judaica transformou-se em emblemática de uma categoria utilizada para a descrição e análise de fenômenos semelhantes. No entanto, a mesma autora reconhece que

os processos de globalização e transnacionalização, as novas migrações maciças, a organização política de minorias étnicas e nacionais em diversos países com o decorrente despertar de uma consciência identitária mudaram o tipo de arranjos sociais que hoje são considerados diásporas (TOPEL, p. 332)

Hoje, muitos autores consideram o termo mais do que uma metáfora que dá conta de um tipo de migração ou de mobilidade humana, é considerado um conceito. Isso porque vários autores foram fortemente influenciados com a ebulição das discussões sobre multiculturalismo no bojo das ciências sociais na década de 1980. A partir desta época, passou a haver um maior aprofundamento conceitual sobre as diásporas, e,conseqüentemente os geógrafos passaram, também, a utilizar o termo mais amplamente (HAESBAERT, 2000).

A Organização Internacional para as Migrações (OIM)(2009, p. 19), em seu glossário, definiu “diáspora” como sendo “qualquer pessoa ou população étnica que abandona a pátria tradicional da sua etnia, estando dispersa por outras partes do mundo”. Esta definição encontra-se em consonância com discussão atual, no entanto, carece ser melhor trabalhada, pois, quando contextualizada socialmente, ganha certa complexidade, remetendo não só à ideia de grupos dispersos, mas grupos de migrantes de origens diversas.

A pesquisadora Topel (2015)faz uma discussão semântica do termo, dialogando com diversos autores, alguns com uma visão mais aberta e com múltiplos usos do termo (CLIFFORD, 1994; BHABHA, 1998; HALL, 2006), e outros que fazem ressalvas e restrições da palavra, a fim de que seu uso não seja banalizado ou aplicado fora de uma análise metodológica adequada (TÖLÖLYAN, 2012; BAUMANN, 2000; SAFRAN, 1991, 2005). O primeiro grupo, que faz uma abordagem a partir de uma perspectiva pós-moderna, pós-

colonialista, procura compreender e valorizar as múltiplas diásporas criadas no Ocidente, destacando a sua singularidade no mundo globalizado e transnacional, como um lócus para a recriação de novas culturas, cujas características são o hibridismo, a mistura, a fragmentação e a desterritorialização (TOPEL, 2015).

Com uma visão mais ampla do termo, Stuart Hall (2006) considera que a diáspora é um conceito mutável e reinventado no próprio contexto sociocultural que está inserido, não seguindo um fluxo histórico contínuo. É também uma questão tanto conceitual, epistemológica e empírica, pois é capaz de lançar luz sobre as questões (experiências) da identidade cultural e as complexidades de se construir e imaginar a nação numa era de globalização crescente. Neste sentido, as nações não são apenas entidades políticas soberanas, mas “comunidades imaginadas”, ou seja, “nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas” (HALL, 2006, p. 30). Clifford (1994) ressalta que, talvez, a melhor maneira de definir o conceito de diáspora se assenta na construção da diferença, da ideia de comunidade, ou seja, à experiência comum de “marginalização” na nova pátria e à história de ser tratado como o “outro” em oposição às regras dos estados-nações e às reivindicações nativas.

Em função do uso do termo diáspora designar situações tão díspares, o segundo grupo levantou-se tentando colocar uma ordem na discussão. O principal argumento desse grupo é que, se a categoria diáspora incluir qualquer minoria étnica, religiosa, tribal ou nacional, ela perdeu seu poder explicativo. Tölölyan (2012) afirma que o termo “diáspora” corre o perigo de tornar-se uma categoria promíscua de grande abrangência, empregado em diversos trabalhos. Baumann (2000, p. 324) destaca que nos últimos anos o conceito de diáspora tem se transformado em uma moda em virtude da sua utilização por muitos autores.

*Aspiring to move beyond essentialising notions such as ‘ethnicity’ and ‘race’, in often jargon laden papers, the idea of “diaspora” has been celebrated as expressing notions of hybridity, heterogeneity, identity fragmentation and (re)construction, double consciousness, fractures of memory, ambivalence, roots and routes, discrepant cosmopolitanism, multi-locationality and so forth<sup>1</sup>.*

Embora Baumann defenda o uso mais cuidadoso do termo, em outro momento ele aponta três formas para se entender a experiência diaspórica. Ela pode se referir ao processo de dispersão e suas consequências; à comunidade vivendo fora da terra de origem e ao espaço geográfico ocupado por este grupo (BAUMANN, 1995). A partir desta tríade perspectiva,

---

<sup>1</sup> Almejando ir além de noções essencialistas tais como “etnia” e “raça”, em frequentes trabalhos cheio de jargão, a ideia de “diáspora” tem sido comemorada por expressar noções de hibridismo, heterogeneidade, fragmentação da identidade e (re)construção, dupla consciência, divisão de memória, ambivalência, raízes e rotas, cosmopolitismo discrepante, multilocalidade e assim por diante. (Traduzido por: Ginê Ferro)

Steven Vertovec (1999, p. 3) da sua contribuição levantando três significados históricos e contemporâneos para a diáspora

*One of the hallmarks of diaspora as a social form is the ‘triadic relationship’ between (a) globally dispersed yet collectively self-identified ethnic groups, (b) the territorial states and contexts where such groups reside, and (c) the homeland states and contexts whence they or their forebears came.<sup>2</sup>*

Partindo do modelo judaico de diáspora, William Safran (2005) aponta sete critérios para se caracterizar uma diáspora, que, em suma, são: (1) Os ancestrais terem sido dispersos de um centro específico original para regiões periféricas; (2) a existência de uma terra natal na memória coletiva, visão ou mito do grupo; (3) as complexas formas de relacionamento do grupo com os elementos dominantes das sociedades de acolhimento com a concomitante crença de não conseguir ser aceito completamente por ela; (4) a consideração da terra natal ancestral como a terra ideal à qual um dia os membros do grupo ou seus descendentes eventualmente voltarão; (5) a manutenção de relações de diferentes tipos com a terra natal e uma solidariedade que atravessa as fronteiras dos Estados nacionais nos quais se encontram as diásporas; (6) o desejo de perpetuar-se como uma comunidade distinta através da preservação e transmissão de seu repertório cultural e religioso originado na terra natal; e, por fim, (7) o fato de que as relações culturais, religiosas, econômicas e políticas com a terra natal formam parte significativa das instituições comunitárias do grupo.

Assim, conforme o autor supracitado, além do modelo judaico, outras diásporas históricas compartilham vários dos critérios apontados, a exemplo das diásporas armênia, chinesa, indiana, curda e palestina. Mais adiante abordaremos outros critérios que caracterizam uma diáspora. Especificamente, a diáspora chinesa será discutida mais detalhadamente por autores da geografia que tratam sobre o assunto. Faremos, a seguir, mais algumas citações, mesmo que brevemente, de outras formas de aplicação da categoria diáspora em diferentes áreas de estudos.

Vale acrescentar que, por meio da diferença entre diáspora e exílio, feita por Tölölyan (2006, p. 196), podemos compreender melhor o termo diáspora, pois aponta algumas das suas características, como o hibridismo cultural, a relativa integração à sociedade acolhedora e o alcance de várias gerações, que se consideram parte de uma diáspora.

---

<sup>2</sup> Uma das características da diáspora como uma forma social de “relação triádica” está entre (a) globalmente disperso ainda coletivamente grupos étnicos auto-identificados, (b) os estados territoriais e contextos onde tais grupos residem, e (c) os estados natais e contextos de onde eles ou os ancestrais deles vieram. (Traduzido por: Ginê Ferro)

*While exile and diaspora are linked and overlapping concepts, especially in the Jewish case, they are not identical, for at least two reasons. First, in most cases exile tends to endure for no more than the lifetime of the individuals concerned, or for two generations, whereas a diaspora endures past the first two generations of dispersion. Second, exiles tend to remain relatively isolated from the society of asylum, whereas the Diasporic condition involves greater integration into the host society; in modern times this relative integration leads to citizenship in politics and hybridity in culture.<sup>3</sup>*

Recentemente, em virtude dos avanços tecnológicos e da grande utilização da rede de internet (sites, blogs, fóruns, comunidades, Redes Sociais), surgiu um novo modelo de diáspora, conhecido como “webdiáspora”, que alimenta a rede de relação social entre os membros de diáspora, ligado diretamente às significativas migrações transnacionais que vem convertendo as cidades e nações em espaços de convivência entre realidades socioculturais diversas. A importância de frisar este novo conceito de diáspora, é que procuramos incluí-lo na análise empírica da nossa pesquisa, como veremos posteriormente, pois as tecnologias são recursos bastante utilizados pelos chineses na comunicação com outros compatriotas para os mais diversos fins. Este novo conceito está relacionado aos estudos migratórios dentro do campo da Comunicação Social no contexto das Tecnologias de Informação e Comunicação, as chamadas TICs. Escudeiro (2013, p. 10) problematiza “webdiáspora” da seguinte maneira:

Espaços virtuais e transnacionais localizados dentro de processos migratórios multiterritoriais construídos e compartilhados, mediados pelas TIC's – especialmente, a Internet –, nos quais os fluxos de informação, simbólicos ou reais, e a interação são responsáveis pelo estabelecimento de vínculos entre os envolvidos em relações interculturais e a manutenção de uma identidade diaspórica.

O autor considera que nesses “espaços” comunicacionais é possível observar uma espécie de reorganização territorial das experiências e práticas dos próprios imigrantes, que resultam em verdadeiros locais transnacionais de informação e de interação do migrante no âmbito global, não só relacionados ao seu deslocamento, mas também à manutenção de laços (simbólicos e/ou reais) com o país de origem, a sua mobilização e participação no país receptor e à construção de novas identidades.

Neste sentido, as novas geografias midiáticas, o crescimento dos espaços virtuais, as redes sociais midiáticas e os processos de autocomunicação em massa são parte do contexto em que a formação identitária – diaspórica ou não – se desenvolve. As mídias podem operar

---

<sup>3</sup> Enquanto exílio e diáspora estão conectados e sobrepondo conceitos, especialmente no caso judaico, eles não são idênticos, por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, na maioria dos casos o exílio tende a persistir por não mais do que a duração de vida dos indivíduos em questão, ou por duas gerações, enquanto a diáspora perdura passadas as duas primeiras gerações de dispersão. Em segundo lugar, os exilados tendem a permanecer relativamente isolados da sociedade de asilo, enquanto a condição diaspórica envolve uma maior integração na sociedade acolhedora; nos tempos modernos essa integração relativa leva à cidadania na política e hibridismo na cultura. (Traduzido por: Ginê Ferro)

possibilitar, transnacionalmente, em termos de apelo e fortalecimento do desejo de vinculação a uma diáspora, a construção e o compartilhamento de imaginários simbólicos comuns entre os migrantes, especialmente em um tempo em que as diásporas são fluidas, móveis, flutuantes, contemporâneas e em permanente “via de constituição” (COGO, 2013, p. 48).

Hoje, entendemos que além da realocação e reordenação das práticas e significados derivados do ponto de origem as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) (de baixo custo e fácil acesso), principalmente, a *internet* tem contribuído para a criação de espaços interativos, transnacionais, multiterritoriais. Assim, os resultados da interatividade, caso do processo migratório que as Redes Sociais na *internet* proporcionam, “caracterizam o modo de organização dos próprios imigrantes, numa lógica que atravessa diferentes esferas de vida, como modo de produção, participação social, dinâmica de mobilização, interação e estabelecimento de vínculos” (BRIGNOL, 2010, p.75).

Na análise de Escudeiro (2013), através das ferramentas da *Web* é possível observar que a troca de informações básicas e de ordem prática contribui tanto para questões de situações reais do deslocamento, por exemplo, a decisão de migrar e a escolha do lugar de destino, incentivadas por informações de quem já viveu tal experiência, passando pela articulação de sua instalação no país de destino (trabalho, habitação, aprendizagem do idioma etc.), como as questões de ordem subjetiva, como a construção de uma identidade diaspórica e o estabelecimento de vínculos sociais, seja na manutenção de relações com o país de origem, seja na construção de relações no país de acolhida. Tudo isso resume os modos de configuração das migrações hoje constituídas por meio da *internet*.

Segundo alguns pesquisadores como Denise Cogo, Mohammed ElHajji e Amparo Huertas (2012), que discutem a relação entre práticas midiáticas e movimentos migratórios, a “webdiáspora” propicia ao imigrante a construção não só de espaços transnacionais de informação e interação, seja com relação ao país de origem, seja com o país receptor, mas também pode proporcionar espaços de cidadania que atendam às demandas, principalmente da ordem da cidadania intercultural do imigrante, para que os imigrantes possam falar, atuar e converter as diversidades em oportunidades. Destacamos aqui um importante aspecto no exercício desta cidadania, no que se refere aos migrantes como usuários locais, nacionais e transnacionais no universo do trabalho, que Cogo (2012) vai mencionar como o “comércio étnico”, em torno do qual se produzem iniciativas midiáticas relacionadas às migrações. Ligamos, portanto, este aspecto à nossa pesquisa, pois entendemos que o desenvolvimento do comércio dos chineses em Teresina é influenciado por uma

estratégia de comunicação entre os que já estão aqui estabelecidos e a chegada de outros compatriotas.

A evolução dos projetos migratórios dos trabalhadores migrantes e de suas famílias, as iniciativas empresariais familiares, a gradual ascensão social, trabalhista e econômica de pessoas que migram, impulsiona um conjunto de atividades econômicas relacionadas especificamente ao universo migratório: locutórios<sup>4</sup>, empresas de remessas, restaurantes, lojas de alimentação etc., [...] que circulam no espaço urbano e se dinamizam em torno de um mercado cultural [...] (COGO, 2012, p. 48).

Portanto, o novo conceito “webdiáspora” aqui discutido, resumidamente, contextualizado e problematizado assume ao menos três dimensões: 1) (re)afirmação e articulação identitária da diáspora; 2) construção de um campo alternativo e contra-hegemônico de construção midiática das migrações transnacionais; 3) inserção das práticas midiáticas na mobilização e luta no campo das políticas migratórias nacionais e supranacionais, sobretudo aquelas referentes a cidadania universal (COGO, 2012).

Diante desta exposição e discussão teórico-conceitual, é possível percebermos que os autores apresentados, em certos pontos e momentos chegam a um consenso nas visões diferenciadas. A principal concordância entre os teóricos é que a diáspora se transformou em um dos conceitos centrais para a compreensão das manifestações que assumem os novos atores coletivos transnacionais num mundo globalizado. Relacionado a esse ponto é possível verificar que tanto os autores pós-modernos como seus críticos, destacam o transnacionalismo<sup>5</sup> como variável fundamental para compreender as diásporas contemporâneas, pois o termo nos conduz a novos fenômenos surgidos a partir das mudanças e das experiências diaspóricas. Fenômenos que deixaram sua marca como identidades coletivas, mitos de origem, territórios e territorialidades que se relacionam entre si, dando surgimento às diásporas transnacionais.

---

<sup>4</sup> Locutórios são locais que oferecem serviços de telecomunicações (como acesso à *Internet*, telefone, fax, impressão, etc.) a baixo custo, ao mesmo tempo em que se convertem em espaços de estabelecimento de relações sociais, vínculos entre os usuários e deles com os proprietários e atendentes. Gerenciados, na maioria das vezes, também por migrantes, são espaços em que podem ser observadas referências diretas aos países de nascimento, com marcas étnicas e identitárias de seus donos e frequentadores, funcionando como pontes de conexão entre os migrantes e seus países de nascimento, ou “espaços sociais transnacionais”.

<sup>5</sup> Para Vertovec (1999), transnacionalismo descreve uma condição na qual, apesar de grandes distâncias, e não obstante a presença de fronteiras internacionais (e de todas as disposições legislativas, regulamentares e narrativas nacionais que representam), certos tipos de relacionamentos foram globalmente intensificados e agora têm lugar.

Conceito de ElHajji (2012) remete aos modos de organização e ação das comunidades diaspóricas incluídas em mais de um quadro social nacional estático, com referências culturais, territoriais e/ou linguísticas originais comuns entre eles através de redes sociais transnacionais (reais ou virtuais), que veiculam discursos de solidariedade e/ou de identificação, além das fronteiras formais de seus respectivos países de acolhimento.

Portanto, a grande questão levantada é que a diáspora se tornou um conceito em deslocamento e cada área procura sua melhor adequação de definição e método de pesquisa, buscando, é claro, o diálogo interdisciplinar. O termo pode ser utilizado, ora como teoria, e, às vezes, como categoria ou ainda como conceito, por fim, de modo associativo e relacional. Nas Ciências Humanas, a noção vem sendo examinada sob a ótica das ações humanas que religam e recriam conexidades diante de processos de dispersão. Notadamente, os membros de uma diáspora envolvem grupos com uma forte identidade cultural, laços de solidariedade e expressiva vinculação econômica e política, baseado em nacionalidades que dirige o olhar para ligações, redes, atividades e consciência de uma perspectiva global.

## **2.2 A diáspora no contexto da geografia**

A noção de diáspora, no contexto da geografia, está articulado a uma forma especificamente contemporânea de desreterritorialização (este aspecto da diáspora será melhor trabalhado no próximo capítulo) dos processos migratórios e ao refortalecimento dos laços identitários e de compartilhamento entre os grupos migrantes. Trabalharemos com alguns autores da geografia que utilizam o termo diáspora de forma mais ampla na análise de estudos sobre processos migratórios. Evidente que não é possível fazer uma abordagem geográfica independente e isolada, à parte de outras disciplinas.

O geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert defende que novas territorialidades num mundo globalizado e no contexto da mobilidade moderna são construídas por meio de uma diáspora globalmente estruturada e mantida em rede (HAESBAERT, 1999, 2011, 2012). Na visão do autor, as diásporas configuram-se por duas extremidades na dinâmica migratória. De um lado, há grupos mais desterritorializados (refugiados) e, de outro, grupos mais territorializados (ainda que num sentido mais simbólico), os migrantes organizados em redes de diásporas (HAESBAERT, 1999).

Através da análise de estudos de outros teóricos, o autor supracitado descreve algumas manifestações da diáspora. Para o mesmo, uma das principais características da diáspora é a intensa relação construída e acumulada através de diversas gerações, ou seja, ela não se restringe apenas ao processo migratório em si, mas pode incorporar também descendentes de migrantes já nascidos no país de destino e que de alguma forma foram afetados pelas condições envolvidas na migração, e que o autor classifica como “efeitos de diáspora” ou uma espécie de “ser no mundo”. “É como se todos eles, de alguma forma, por mais integrados

que estejam no país de imigração, partilhassem de um mesmo vínculo cultural-histórico do qual dificilmente poderiam se desvencilhar” (HAESBAERT, 2012, p. 4).

Outra característica está na multiterritorialidade partilhada por estes participantes de diáspora, quando cruzam mais de uma territorialidade ao mesmo tempo, seja concreta ou simbolicamente (discutiremos melhor o aspecto simbólico do território mais à frente), com múltiplas referências territoriais, seja em escala local (um bairro de uma grande cidade para onde migram, no caso dos chineses, as Chinatowns ao redor mundo), nacional (Estados de origem e os receptores), e numa escala global de rede transnacional. Neste aspecto, a multiterritorialidade da diáspora se manifesta não apenas no potencial de deslocamento interterritorial, seja internacional ou não, mas também pela experiência multipolar, que permite ao migrante em diáspora fortalecer laços, tanto com seu país de origem quanto com migrantes em diversas partes do planeta.

É possível percebermos através deste estudo que os chineses que migraram para Teresina participam da experiência multipolar e interterritorial ao partirem, por exemplo, de outros estados brasileiros, diretamente da China ou de outros países onde estavam dispersos. Para Haesbaert (2012), esta dinâmica retrata um “viver nas fronteiras”, uma espécie de transterritorialidade<sup>6</sup> que valoriza o transitar, o ir e vir entre territórios. Ao falarmos em transterritorialidade, enfatizamos a dimensão cultural do/no território/territorialidade, por isso, é importante atrelar a esta dinâmica a visão de conjunto e de processo que produzem a transculturação, que opera, assim, pelo atrito das culturas que expressa uma perspectiva criadora através de perdas, ganhos, conflitos, assimilações, negociações e cruzamentos. Neste sentido, podemos pensar que o trânsito na produção de territorialidades corresponde à dimensão espacial dos processos de transculturação.

Uma última característica importante da diáspora, segundo Haesbaert, diz respeito ao fechamento sociocultural ou guetificação (chamado pelo autor também de falso gueto ou gueto voluntário), produto ao mesmo tempo da dispersão/separação e da agregação/união que mobiliza o grupo migrante na defesa de sua especificidade cultural e também econômica. É neste sentido que a rede migratória pode tanto favorecer o hibridismo (termo que será trabalhado mais à frente), a troca cultural com o outro, quanto ao fechamento do grupo dentro

---

<sup>6</sup> A compreensão de territorialidade, conforme Goettert (2010), passa pela transterritorialidade, que são disputas, tensões, conflitos, mediações entre territorialidades, ou expressões territoriais da cultura. As pessoas, grupos, classes e instituições transitam entre territorialidades; ao mesmo tempo que transpassam e são transpassados por territorialidades. Segundo Haesbaert (2010), a transterritorialidade pode ser demonstrada, por exemplo, em laços afetivos (em uma escala mais pessoal) entre um bengali muçulmano na Inglaterra e um inglês que frequenta constantemente o bairro de predomínio bengali no leste de Londres. Aqui há um transitar entre territórios/territorialidade, ou seja, uma transterritorialidade, pois implica uma articulação de territórios distintos, o trânsito e a vivência entre eles, resultante da frequente mobilidade entre bairros diferentes.

de vínculo voltado basicamente para seus semelhantes. Vale lembrar que um grupo desterritorializado (não necessariamente destituído de território) pode “carregar consigo sua territorialidade”, tanto num sentido simbólico, quanto materialmente.

Importante ressaltar de antemão que a dimensão simbólico-cultural do território/territorialidade é mais subjetiva (mas não necessariamente imaterial), isto é, o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido e ao valor de uso. Um espaço de referência para a construção de identidades (étnica, cultural, sociais, territoriais) ligado a contextos marcados por relações de poder simbólico, ou seja, é a imposição de um modo de apreensão do mundo social. À medida que elas (identidades) têm como fontes de significado, geografias e histórias “imaginárias” ou “reais”, podem fornecer para a ação social dos agentes subsídios para construção de territorialidades que através delas se reconhecem e sejam reconhecidas, podendo transitar pelo mesmo conjunto de territórios, sejam bairros de predomínio da mesma etnia, empresas do mesmo grupo, hotéis e restaurantes da mesma rede etc. No caso de populações dispersas, este lugar pode ser real, imaginado ou simbólico.

O teórico citado, no intuito de esclarecer e melhor entender a formação de novas territorialidades das diásporas, propõe outro termo, que segundo ele, sintetiza bem a discussão conceitual, a “glocalização”

A noção de glocalização permite pensar numa sobreposição de territórios, numa territorialidade multiescalar com várias formas de inserção nos circuitos da globalização. Ela destaca também a possibilidade de partilhar mais de um território, tanto no sentido mais literal de sobre posição (simultaneamente ‘encaixada’) quanto da possibilidade (flexibilidade) de acionar, dependendo da situação, diversos territórios (HAESBAERT, 2005, p. 174).

O termo “glocalização” envolve duas escalas geográficas representadas pelo binômio global-local (e vice-versa). Os processos globais “implantam-se” no local, adaptando-se a ele, ao mesmo tempo em que o local pode globalizar-se na medida em que expande pelo mundo determinadas características locais. O autor chama atenção para a intrínseca contradição entre as tendências de absoluta mobilidade do capital, o global, e de afirmação de identidades étnicas, religiosas, culturais com forte grau de enraizamento, o local<sup>7</sup>. Ele ressalta que os circuitos globais podem ter tanto um caráter geral, mais difundido, como é o caso das redes

<sup>7</sup> Haesbaert (1999, p. 26) faz três abordagens para compreensão de local: 1) o local vinculado aos processos gerais de heterogeneização/diferenciação (frente a um “global” de tendências homogeneizadoras e universalizantes); 2) o local como instrumento de análise, escala geográfica de abordagem (envolvendo as relações sociais ligadas ao cotidiano e aos contatos face-a-face); 3) o local como lugar (este geralmente entendido como um espaço culturalmente significativo, dotado de valor subjetivo). Sendo que esta última abordagem é considerada muita rica em conteúdo geográfico. E a que mais se adequa à nossa análise.

deinformação e financeira, quanto o caráter segmentado, envolvendo grupos e culturas específicos, como ocorre nas diásporas mundiais (chinesa, indiana, japonesa).

Embora a escala cartográfica de atuação em ambos os casos seja global, o “recorte” é distinto, ou seja, enquanto as redes informacionais e financeira envolvem agentes com uma clara intenção de expandir ao máximo sua atuação, as diásporas mantêm laços atrelados à sua etnia ou grupo nacional (ainda que esteja bem adaptado à sociedade receptora) (HAESBERT, 1999). Mesmo não fazendo uso do termo “glocalização”, Ma Mung (1999) sintetiza bem este aspecto multiescalar da diáspora. Pois, para esse autor, o agir localmente e pensar globalmente é o lema que coloca em prática a diáspora de grupos migrantes internacionais.

Portanto, apreende-se da visão de Haesbaert, a multiterritorialidade como fio condutor para a compreensão e construção das diásporas de migrantes, que segundo ele, possui um papel cada vez mais relevante no mundo contemporâneo. A percepção de territorialidade da diáspora, aqui apresentada, não está vinculada apenas a uma geografia imaginária ou a uma identidade cultural sem referencial espacial concreto, pois há sempre algum vínculo com o espaço material, seja ele a pátria de origem, sejam as áreas no estrangeiro onde se aglutinam os membros da diáspora. Neste sentido, a sobrevivência de referências territoriais essencialmente simbólicas, e os múltiplos territórios dispersos que compõem o grande território-rede da diáspora, operam um tipo muito próprio de reterritorialização múltipla, na dispersão, articulada em rede, com ou no movimento, ou seja, é mobilidade global e permanente, multi ou transterritorial de muitas diásporas.

Emmanuel Ma Mung é um geógrafo francês que também possui diversos estudos sobre a diáspora, em especial a chinesa. Ma Mung (1999) considera a diáspora, ou o fato de estar disperso, como um “recurso espacial”, pois, através da dispersão, é possível realizar coisas que não se faria se não estivesse disperso. O mesmo autor postula que a diáspora tem duas características morfológicas: a multipolaridade – o que corresponde a uma resolução mínima de diáspora (dispersão), ou seja, o potencial de deslocamento ou de relação interterritorial, e a inter-polaridade, que reflete as relações entre os diferentes polos, isto é, a migração de um polo para outro. Isso significa também dizer que seus vínculos prioritários acabam não sendo mais, necessariamente, com o país de origem ou de onde inicialmente se partiu. Neste sentido, a diáspora se constitui de uma identidade estabelecida entre “nós” geograficamente dispersos, mas reconstituída em cada comunidade da diáspora.

Outra característica apontada por Ma Mung (1999), essencial para compreensão da diáspora, é que ela significa uma forma particular de auto-representação no espaço, uma forma de extraterritorialidade, pois, na visão do autor, a diáspora traduz “a ideia de uma vida

fora do território" que se realiza a favor do desenvolvimento de uma identidade étnica transnacional. Contudo, é preciso ter cuidado, conforme Haesbaert (2011), com a leitura de que o território desaparece em prol de uma "identidade transnacional" que se associa à globalização e a desterritorialização, subvalorizando o papel múltiplo da nova territorialidade que se constrói na dispersão. Não é exatamente uma identidade global (no sentido de sua universalidade), pois estaria restrito a um conjunto muito seletivo de espaços em que se daria a reprodução de grupos sob a mesma origem étnica.

A nova identidade territorial (transnacional) ou extraterritorialidade, a que se refere Ma Mung (1999), se constrói ao mesmo tempo global e local, está ligada a um conjunto de espaços dispersos, descontínuos, conectados em rede através do mundo, um típico território-rede. Este(s) espaço(s), portanto, seria fantasiado, imaginário e utópico, baseado na consciência da diáspora, de que não existiria somente no sentido objetivo, "morfológico", material, mas a diáspora seria, então, um sentimento, um sonho, uma utopia (HAESBAERT, 2011) a cultura e a sociedade torna-se, portanto, um "território" de apego.

O autor acrescenta que a diáspora também tem um relacionamento especial com o tempo e o espaço, constituindo uma memória/história especial. O mesmo sugere a diáspora como uma unidade espaço/tempo, como uma diferenciação unitária de estar junto, ao mesmo tempo em que dispersa "corpos geográficos" e memórias individuais. Como vimos anteriormente, o desenvolvimento das relações entre os locais interpolares, fortalecimento da multipolarização da migração, migração constante e a densificação do espaço migratório, permitem o surgimento da consciência diaspórica. Isso dá origem, ao mesmo tempo, à constituição de uma história memória coletiva e às eventuais substituições que estão ligados ao lugar de origem.

Esta memória/história move o lugar mítico de origem para um espaço metafórico que seria o da diáspora. Essa memória também está calcada, em grande parte, na recordação e comemoração (comemoração, aqui, no sentido de preservar a memória de alguém) que faz referência a uma territorialidade, focada menos no território comum e mais na memória, ou na dinâmica social da recordação e da comemoração, tratando-se na verdade de outra concepção de espaço (território). A partir dessa visão da simultaneidade do espaço/tempo no contexto da diáspora, temos que

O próprio conceito de espaço é transformado na medida em que é visto menos através de noções obsoletas de fixidez e lugar e mais em termos de circuitos comunicativos ex-cêntricos que possibilitam a população dispersa dialogar, interagir e mesmo sincronizar elementos significativos de suas vidas sociais e culturais (GILROY, 1994, apud, HAESBAERT, 2011, p. 357).

Ma Mung (2009) propõe outra noção de território (complementar ao discutido no parágrafo anterior), a partir da diáspora; um território intercambiável, “equivalente”. É como oferecer continuidade aos espaços disjuntos que são diferentes comunidades na diáspora. Podemos associar a esta idéia, aquilo que já foi tratado aqui como multiterritorialidade da diáspora (na percepção de Haesbaert). A “equivalência territorial”, a que o autor se refere, resulta em um território em movimento, extremamente dinâmico, e sua principal manifestação pode estar às vezes nos próprios grupos ou nessa “multidão” que o reproduz nos espaços por onde ela circula.

Por fim, Haesbaert (2011), reelaborando as idéias proposta por Ma Mung (1999), sintetiza as características geográficas das diásporas da seguinte forma:

- 1) A multipolaridade da migração é uma característica da diáspora, e mesmo que possuindo um Estado ou região de origem, não obrigatoriamente este(a), representa a função de centro no conjunto de relações da rede;
- 2) A interpolaridade das relações da diáspora em vários Estados/contextos econômicos pelo mundo pode ser vista como recurso, podendo o migrante usufruir dessa dispersão tanto para recorrer a outros membros em momentos de crise quanto para a expansão de seus negócios;
- 3) A multiterritorialidade, a exemplo das identificações, tanto no sentido de uma consciência multi ou pluriescalar, com múltiplos espaços de referência identitária, de forma mais concreta (um bairro), uma referência mítica (o país de origem), e a diáspora enquanto fenômeno global, no sentido da criação de uma “identidade étnica transnacional”.

Outro geógrafo francês que estuda e trabalha o conceito de diáspora é Michel Bruneau (2010). Este autor, em consonância com os outros acima apresentados, considera que o termo diáspora muitas vezes desempenha um papel mais metafórico do que uma função instrumental. A diáspora tem um capital simbólico e "iconográfico" que lhe permite reproduzir e superar o obstáculo. Os membros de uma diáspora integram-se ou agrupam-se ao seu local atual e a um conjunto de micro-lugares (bairros, aldeias etc.) ocupados ou atravessados por aqueles que eles reconhecem como seus. Cada um desses lugares atua como um Centro em um território onde as proximidades sociais suprimem distâncias espaciais e temporais.

Na diáspora, o vínculo comunitário desempenha o papel essencial, mantido com o país ou território de origem, por meio da memória, e através do sistema de relações dentro do espaço em rede que conecta diferentes polos. Este vínculo pode vir em diferentes formas, tais

como família, comunidade, religião, relações sócio-político, econômica ou à memória compartilhada. Portanto, para Bruneau (2010), todas as diásporas são redes socioespaciais, necessariamente territoriais, pois agregam tanto os locais de memória como os locais de presença.

O autor supracitado delimita ainda algumas características de um processo migratório enquanto diáspora, que, em suma, constitui-se de seis aspectos:

- Uma origem a partir de catástrofes, conflitos ou crises muito agudas;
- Uma forte organização dos grupos dispersos em forma de rede;
- Uma longa duração dos vínculos (várias gerações) na dispersão;
- Uma identidade étnica ou nacional reivindicada pelo grupo (consciência identitária, mesmo quando integrado e aculturados – mas jamais assimilados);
- Uma organização política, econômica, religiosa ou cultural (manifestando, assim, uma rica vida associativa);
- Contatos reais ou imaginários com o território ou país de origem (que se transforma em um espaço de referência identitária).

A diáspora é tratada na produção de novos territórios, desde os territórios do cotidiano até os lugares de fundação (ou de origem). Nas diásporas, o laço comunitário é reconstituído pela própria dispersão, pela consciência que o grupo desenvolve de sua condição territorialmente fragmentada, fazendo, assim, circular fortemente sua memória através das redes que mantêm a coesão do grupo. “Há sempre território: aqueles do cotidiano, mas, sobretudo, aquele da origem carregado do simbolismo do lugar de fundação, verdadeiro cimento comunitário sem o qual a rede não poderia transportar sua memória” (CHIVALON, 1999, apud HAESBAERT, 2011, p. 356).

Depreendemos, pois, dos teóricos da geografia que a leitura da diáspora, nesta perspectiva, está relacionada aos processos de des-re-territorialidade, de multiterritorialidades e multipolaridade, com uma concepção mais simbólica da compreensão de território, e com um olhar diferenciado sobre uso do espaço pelos imigrantes e ainda com as relações estabelecidas através das redes, que Haesbaert (2011) denomina de território-rede. Portanto, com base nesta discussão teórico-conceitual, o termo diáspora em nosso trabalho assume um significado múltiplo e aberto, de interdependência entre conceito-teoria-categoria, buscando dar conta da análise do estudo em questão, ou seja, a presença dos chineses em Teresina como resultado/reflexo de uma diáspora e que envolva, de modo complementar, outras categorias e conceitos como território, mobilidade, redes e comércio.

Neste sentido, avaliamos a aplicabilidade e enquadramento das características-condições de uma diáspora, aqui apontadas, para a realidade empírica dos chineses em Teresina na atualidade. Dentre os pontos que destacamos como sendo características-condições dos processos diaspóricos: os “contatos reais ou imaginários” com o território (território disperso) ou país de origem, a multiterritorialidade e a organização em redes, são algumas das características que encontramos evidenciadas no caso dos imigrantes chineses em Teresina, uma vez que a comunidade chinesa brasileira e/ou piauiense não é oriunda de uma mesma origem geográfica. Isto cria uma consciência identitária referenciada nestes territórios, que, ora passa de uma condição virtual para uma condição de concretude.

Portanto, entendemos que os grupos de chineses dispersos por vários locais do globo se organizam em forma de redes, e criam, a partir destas redes, uma forte identidade étnica, que compartilham com os demais membros da comunidade chinesa, mesmo estando em lugares diferentes tanto de arraigamento quanto de origem. Veremos, então, a seguir, como se deu esta dispersão dos chineses pelo mundo, e, conseqüentemente, a chegada da diáspora chinesa ao Brasil.

### **2.3 Diáspora chinesa: A trajetória dos chineses pelo mundo**

Procuraremos neste tópico tratar especificamente da diáspora chinesa pelo mundo, problematizando suas características, causas, estrutura e resultados deste fenômeno. Como base para análise da diáspora chinesa, utilizaremos alguns teóricos que trabalham a temática e trabalhos acadêmicos como teses, dissertações e artigos. Estas fontes apontam que a diáspora chinesa é um fenômeno mundial, principalmente na atualidade. Apesar de já existirem movimentos migratórios dessa população antes da segunda metade do século XX, estudos mostram que a migração se intensificou nesse período. A América Latina, assim como outras partes do mundo, recebe um contingente significativo dessa população. Esses imigrantes influenciam na dinâmica econômica, social, cultural, dos países receptores (AMORIM, 2016).

De acordo com os teóricos aqui apresentados (MA MUNG, 1999, 2009; TREVISAN, 2009; TROLIET, 1994 e outros), a diáspora chinesa, com grandes massas populacionais de deslocamento, teve início no século XIX<sup>8</sup>, sendo alimentada desde então por diferentes ondas migratórias. No entanto, o principal período a ser considerado neste estudo, em termos de

---

<sup>8</sup> Antes do Século XIX as migrações chinesas estavam ligadas a várias expedições navais, que eram realizadas sob os imperadores da Dinastia Ming, no início das primeiras décadas do século XV. A China, em seguida, atingiu o seu pico como uma potência marítima, e este período viu o estabelecimento das primeiras comunidades chinesas no Sudeste Asiático. A partir de meados do século XV, elas são marcadas pelas sucessivas autorizações e proibições de comércio exterior.

Brasil, é o compreendido nos anos 90 do século XX até os dias atuais. Deste modo, levando em consideração que a China possui um legado histórico milenar, seria bastante exaustivo fazer um levantamento de todos os eventos que marcaram a longa história deste país. Por esta razão, faremos uma breve discussão sobre a diáspora chinesa iniciada no século XIX.

A China é um país gigantesco. Segundo relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas, em Junho de 2017, a China possui cerca de 1,4 bilhões de habitantes, um quinto da população mundial. Em linhas gerais, pode-se dizer que, em sua história, a China esteve isolada a maior parte do tempo. Submetida a toda sorte de adversidades advindas dos violentos ataques de invasões estrangeiras (mongóis, manchus, japoneses, russos), lutas internas, fatores de ordem ecológica, êxodo rural, crescente urbanização, constituíram os fatores que resultaram na saída em massa dos chineses. Há um consenso entre os estudiosos da diáspora chinesa que ao menos três eventos na história foram importantes para alimentar a diáspora chinesa no século XIX.

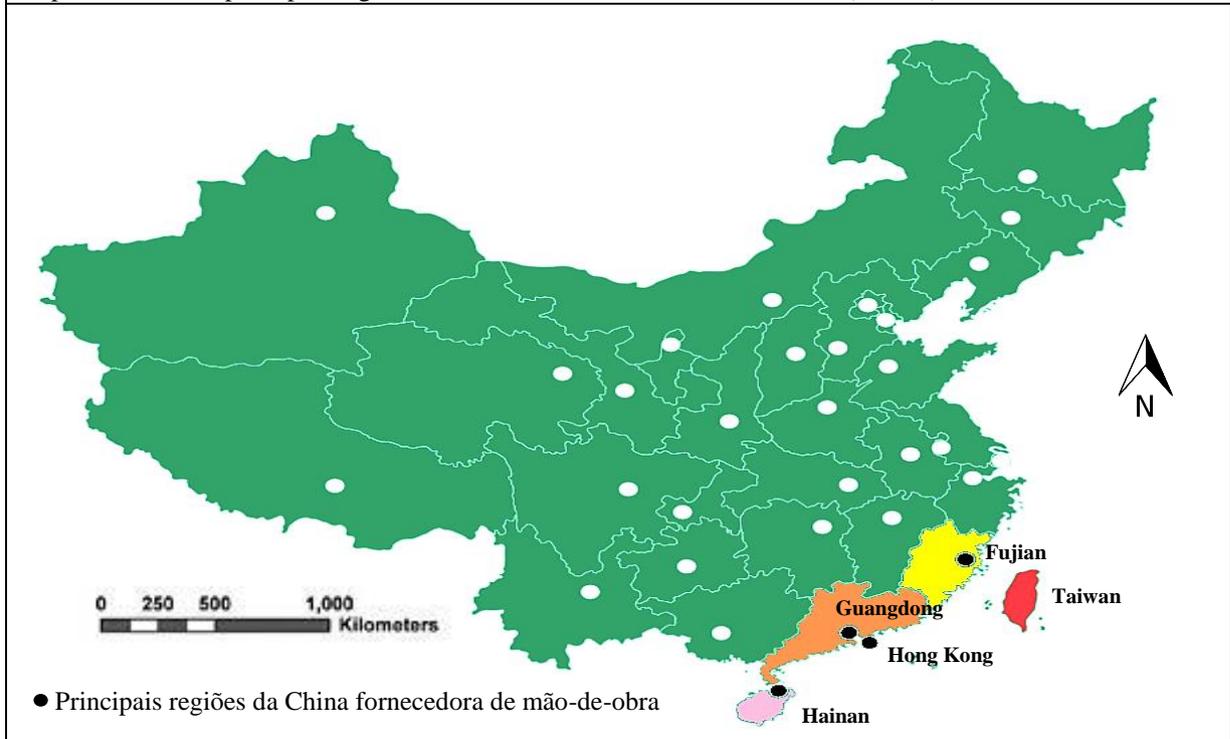
O primeiro se refere às duas guerras do Ópio (1840 a 1842 e 1856 a 1862), onde a China entra em confronto armado com Inglaterra em função de divergências com o comércio do ópio, e que a China saiu derrotada, e, como consequência, insurgiu diversas rebeliões populares, com destaque para a rebelião de Taiping (1850-1864), deixando 20 milhões de pessoas mortas. O segundo está relacionado com a abolição da escravatura e o recrutamento dos chineses como mão de obra substitutiva para o desenvolvimento das colônias ocidentais (Inglaterra, França e Holanda). O terceiro foi em consequência do empobrecimento do país com o enfraquecimento do Império do Meio (MA MUNG, 1999).

Como resultado dos tratados das Guerras do Ópio, a criação do "comércio *coolie*"<sup>9</sup> permitiu potências coloniais contratar trabalhadores para os territórios de suas dependências. Este comércio *coolie* vai causar a partida especialmente para o Sudeste Asiático. Esses trabalhadores, na sua maioria agricultores sem-terra, pobres, vêm nestes contratos a oportunidade para si e para sua família sobreviver. A grande maioria deles vêm de províncias do sul da China, principalmente Guangdong (Cantão), Fujian e Hainan (conforme Mapa 01), para trabalhar no desenvolvimento das novas colônias britânicas, francesas e holandesas (Indochina, Indonésia, Malásia, Singapura etc), nas plantações (borracha, pimenta, cana-de-açúcar) e na mineração. Esta força de trabalho veio a substituir a mão-de-obra escrava que havia chegado ao fim. (MA MUNG, 1999).

---

<sup>9</sup>*Coolie* - termo de origem hindustânica (pertencente ao idioma hindi, Índia), que significa "carregadores de fardo", usado historicamente para designar trabalhadores braçais de origem asiática, principalmente Índia e China, contratados como mão-de-obra barata para trabalhar nas colônias europeias no Séc. XIX e XX (DEZEM, 2005).

Mapa 01: As cinco principais regiões da China fornecedoras de mão-de-obra (*coolies*)



Fonte: Adaptado Ma Mung (1999).

O comércio de *coolies*, que no início foi um fator de desenvolvimento das colônias no ocidente, passou, gradativamente, a se tornar um obstáculo a este próprio desenvolvimento. Muitos entendem, na verdade, que com o fim do tráfico de escravos, o nome havia apenas mudado para sistema de *coolie*, uma continuação da escravidão clássica. Os ocidentais chegavam à China através de barcos a vapor, possibilitando aos chineses sua partida para lugares mais distantes. Este comércio de *coolies* durou oficialmente dos anos 1840 aos 1920, e ocorriam em colônias sob domínio europeu, que usaram deste recurso por ser economicamente vantajoso. (VERAS, 2008).

Com a decadência da dinastia Qing no império do meio<sup>10</sup> mergulhada em revoltas e humilhada pelas potências estrangeiras, escassez de finanças frente às guerras e à morte de

<sup>10</sup> O império do meio foi a última de dinastia chinesa, que após sua queda, em 1911, surgiu a República Popular da China (RPC). O império do meio durou de 1864 a 1911, batizada de Qing, foi comandada pelos manchus, que levou o império ao apogeu e mais tarde viu o início do período de maior humilhação da China. Na segunda metade da dinastia Qing, sofre uma série de rebeliões motivadas principalmente por uma explosão populacional, que teve efeito direto sobre a agricultura e questões agrárias. A situação foi agravada pelos confrontos com as potências ocidentais (TREVISAN, 2009).

milhões de chineses, empurrou para a derrocada o regime Manchu, no século XIX. Todos estes fatores estimularam grande número de chineses a migrar. Em síntese, em razão do enfraquecimento do império do meio, o empobrecimento do país e o fim do tráfico de escravos, milhões de chineses deixaram sua terra natal para trabalhar além das colônias, no sudeste do continente asiático, na construção de ferrovias em países como Estados Unidos, Austrália e África do Sul. No fim do século XIX e início do XX, os imigrantes chineses, em várias partes do mundo, foram fundamentais para financiar as atividades de Sun Yat-sen, conhecido como pai da China moderna e o fundador da República contra a Dinastia Qing (TREVISAN, 2009).

Depois do século do XIX, a outra grande onda de emigração ocorreu na Revolução Comunista de 1949, sob o comando de Mao Tsé-tung<sup>11</sup>, quando entre 2 e 3 milhões de pessoas fugiram para Hong Kong e Taiwan. A partir daí, o fluxo de pessoas para fora do país passou a ser cada vez mais restrito. Mas os milhões de chineses que haviam emigrado nas décadas anteriores construíram uma rede que serviria de base para a gradual retomada do movimento de chineses pelo mundo, a partir das reformas de 1978 (TREVISAN, 2009).

As reformas concebidas por Deng Xiaoping, a partir de 1978, fizeram da China um espetacular caso de sucesso econômico da história e provocou uma mudança na ordem mundial. Os líderes chineses decidiram abraçar a globalização e se abriram às regras de mercado. As reformas começaram na zona rural, que levou a um rápido aumento da produção agrícola e à melhoria da qualidade de vida dos camponeses. As famílias cultivavam pedaços de terra de maneira individual e vendiam parte de sua produção a preço de mercado. O resultado das reformas transformou o país em um imenso canteiro de obras, com a construção de infraestrutura necessária à expansão econômica e ao desenvolvimento das cidades no rápido processo de urbanização.

No início dos anos 1980, surgiram as primeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que eram regidas por relações trabalhistas mais flexíveis que as vigentes no país e recebiam

---

<sup>11</sup> A China, conquistada pelos comunistas em 1949 (domínio que durou até 1976 com a morte Mao), era um país dilacerado pela guerra civil e pela invasão japonesa, mergulhado no caos econômico e com o estado desestruturado. A tarefa de reorganizar foi centrada no Partido Comunista da China (PCC). Este período (1949 a 1976) foi marcado por três grandes eventos: 1) A reforma agrária, que redistribuiu as terras, mas que criou confronto entre trabalhadores e antigos donos de terra; 2) O “Grande Salto Adiante”, projeto que tinha como objetivo utilizar o campo como principal fonte de receita para financiar o processo de industrialização do país; 3) Revolução Cultural, uma revolução dentro da revolução, um culto à personalidade de Mao. O objetivo era resgatar o ímpeto revolucionário, engajar as massas na luta de classe e destruir o que restasse da velha ordem. Pregava-se aversão a tudo que tivesse relação com o ocidente ou exterior. Professores, intelectuais, escritores que não aderissem aos novos ideais revolucionários eram destinados ao ostracismo, prisão ou morte. A revolução comunista (1949-1976) foi marcada por um ambiente de convulsão social, miséria, opressão que levou à morte de milhões de pessoas (TREVISAN, 2009).

investimentos estrangeiros por meio de incentivos fiscais. As primeiras ZEEs, voltadas principalmente para a exportação, foram criadas em cidades do sul da China, próximas a Hong Kong, que já era bastante influenciada pelo capitalismo. Além disso, as famílias começaram a abrir pequenos negócios, aproveitando a liberdade dada pelo Estado. A crescente internacionalização da economia e o aumento dos negócios com o restante do mundo deram origem, portanto, a um novo ciclo de dispersão chinesa para outros países. Eles já se juntaram aos milhões que já haviam deixado a China anteriormente e hoje formam o maior grupo de imigrantes de todo o mundo (TREVISAN, 2009).

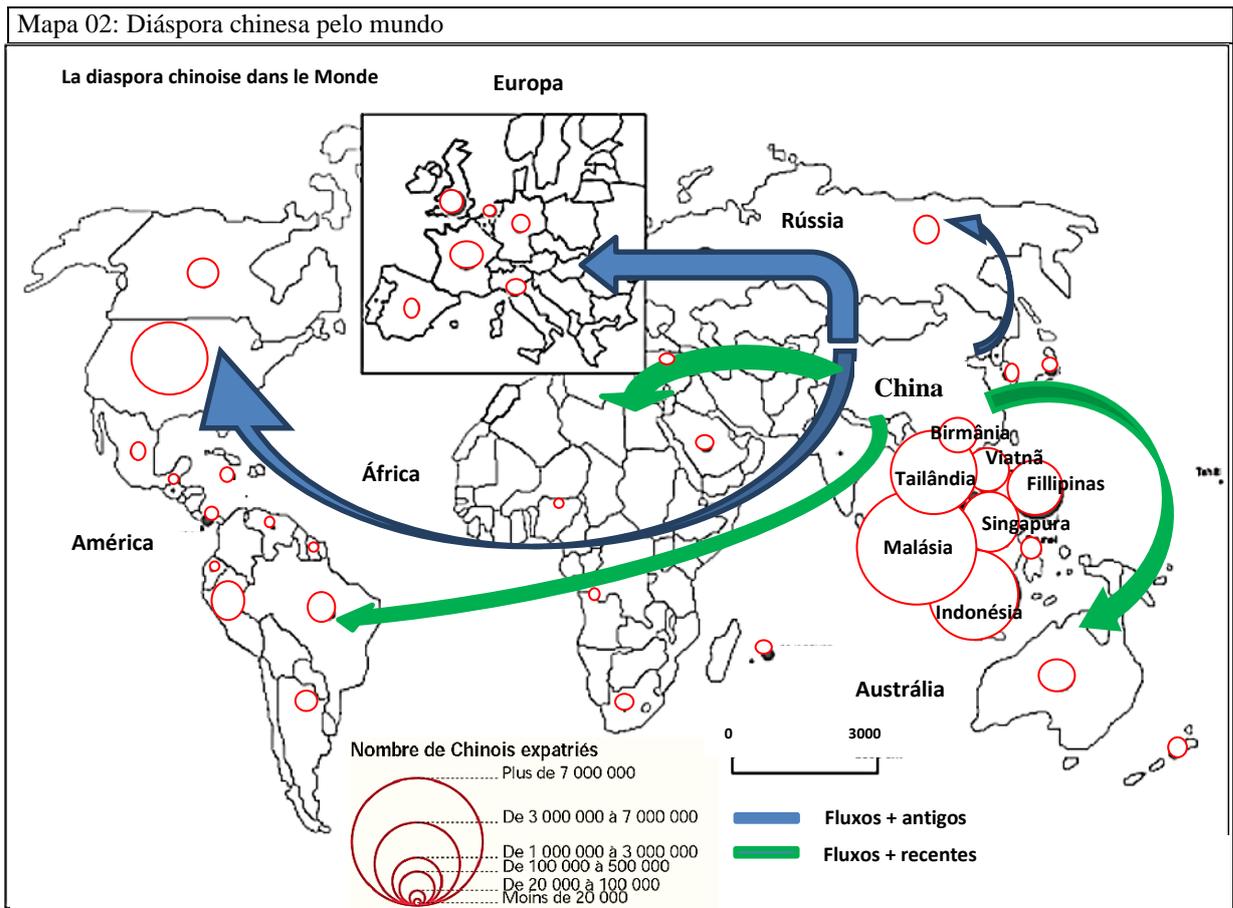
O termo “chinês ultramarino” (em inglês, *Overseas Chinese*) é principalmente associado com o primeiro período de migração (1850-1950) em massa da China, que começou durante meados do século XIX. Durante este período, o principal destino para os emigrantes chineses do sul, foi o Sudeste Asiático. Até o fim da Segunda Guerra Mundial, a maioria deles se consideravam *huaqiao*, termo que fazia referência aos chineses de primeira geração, que estavam temporariamente no estrangeiro e que permaneciam política e culturalmente leais à China continental (Taiwan e Hong Kong também são comunidades chinesas, no entanto são ilhas).

Durante o segundo período (1950-1980), novos padrões migratórios surgiram à medida que os chineses migraram de Hong Kong, Taiwan e Sudeste Asiático para a América do Norte, Austrália e Europa Ocidental. Os emigrantes chineses que deste segundo período já estavam menos ligados à China e não se consideravam mais como residentes temporários e gradualmente se tornaram *huaren* (chineses que residem fora da China), e já estavam em certa medida adaptados à cultura dos seus países de acolhimento. Ainda relacionado a este grupo, muitos preferem usar o termo *huayi*, que são os descendentes de chineses e que possuem um certo nível de identidade nacional (DONGEN, Van; LIU, H, 2013).

Finalmente, durante o terceiro período (1980 em diante), os novos imigrantes, conhecidos como *xin yimin*, um grupo mais recente de imigrantes originários de várias localidades da República Popular da China (RPC), bem como de outras partes do mundo (re-migrações) e que foram beneficiados com os efeitos das reformas econômicas em 1979 (pós-Mao). Segundo Sinanam (2016), estão inclusos neste grupo quatro categorias de migrantes: os estudantes, profissionais, migrantes que mantêm rede de relacionamento com parentes no estrangeiro e os imigrantes ilegais. (DONGEN, Van; LIU, H, 2013).

Assim, o termo diáspora chinesa se aplica a milhões de pessoas com origem na China continental que se espalharam pelo mundo nos últimos dois séculos, chamados também de chineses ultramarinos (TREVISAN, 2009). O mapa 02 a seguir, que procura demonstrar esta

dispersão, foi extraído de um estudo sobre a diáspora chinesa, realizado por Emmanuel Ma Mung (1999), considerado um dos principais pesquisadores acerca do tema. Os números apresentados dos fluxos populacionais são uma reunião de dados coletados em diversos sites e trabalhos científicos específicos que abordam a questão da diáspora chinesa. O período mais recente dos números apresentados é do ano de 2012, devido à dinâmica e a dificuldade em se coletar, contabilizar e precisar estes dados.



Fonte: Adaptado de *Commission aux affaires des Chinois d'outre-mer*, Emmanuel Ma Mung, Dr. Zheng Liren (1999). Os números populacionais contidos neste mapa são uma reunião de dados mais recentes (2012) de diversos trabalhos científicos que abordam a temática e de *sites* específicos.

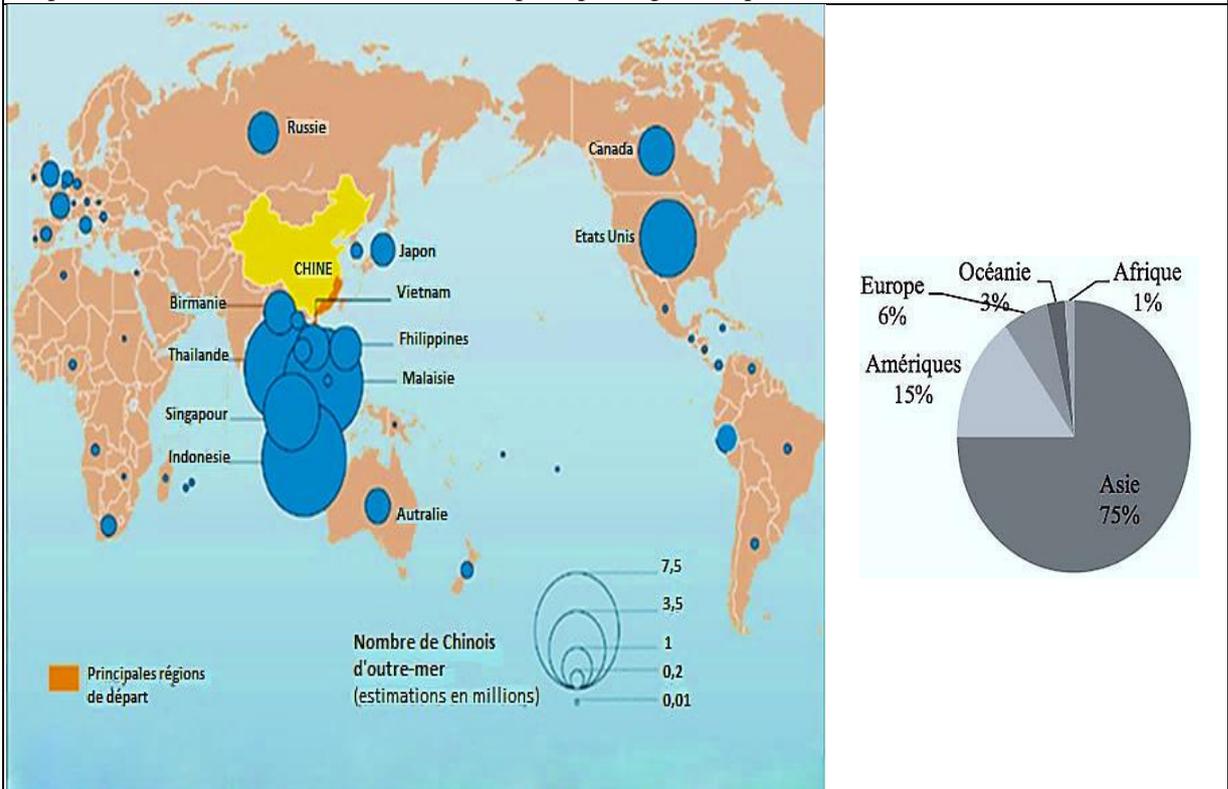
Muitos autores destacam a dificuldade de definir um número preciso de chineses ultramarinos, mas a estimativa é que a diáspora chinesa representa cerca de 46 milhões de pessoas ultramar espalhadas nos cinco continentes (Figura 02) e em cerca 150 países (DONGEN, Van; LIU, H, 2013)<sup>12</sup>. A maioria dos chineses está no sudeste asiático, assumindo hoje outras nacionalidades. Os chineses dispersos não representam parte significativa da população de nenhum país de destino, somente em Cingapura eles são cerca de 75% e na

<sup>12</sup> Conforme H. Liu e Von Dongen, este número de 46 milhões inclui imigrantes da China continental, Hong Kong, Taiwan e Macau. Segundo a Organização Internacional para Migração (OIM), este número é de aproximadamente 40 milhões de chineses, espalhados e 130 países. Estes dados são de 2010. Em 2000, esse número estava entre 35 a 37 milhões (MACHADO, 2007).

Malásia se aproxima dos 35% da população, mas, segundo Ma Mung (2009, p. 34), “a diáspora chinesa é a mais antiga, a maior e mais próspera do mundo”.

Pensando na dificuldade de investigação que estes estudos apresentam, quanto a obtenção de dados mais precisos, o próximo Mapa 03 complementa as informações contidas na figura anterior, pois apresenta um gráfico com a distribuição em percentual da diáspora chinesa no mundo, buscando mostrar mais claramente a teoria apresentada da tendência de espalhamento/dispersão dos chineses.

Mapa 03: Número de chineses fora da China e principais regiões de partida



Fonte: compilação de Emmanuel Ma Mung (2009) a partir de vários censos nacionais; O Instituto de Estudos Chineses, Universidade do Estado de Ohio; A distribuição no exterior Compatriot População, República da China.

Como mostrado no gráfico e nos mapas, a maioria dos 46 milhões de chineses foram agrupadas principalmente no sudeste da Ásia, 75%, especialmente na Indonésia, Tailândia, Malásia, Singapura e Vietnam. No continente americano, os 15% dos imigrantes chineses, em sua maioria se estabeleceu nos Estados Unidos, Canadá, e de forma surpreendentemente, no Peru (cerca de 1,3 milhões), além de Brasil e Argentina. Na Europa, os 6% estão principalmente na França, Reino Unido e os Países Baixos. Itália, Espanha e Alemanha são os novos destinos. O restante está distribuído na Oceania, 3%, e na África, 1%, que tornaram os mais novos locais para a imigração chinesa (LIU, 2013).

Como já apontado, a diáspora chinesa é um tema interdisciplinar de investigação por excelência. Localizada na intersecção das Ciências Humanas e Sociais, engloba disciplinas tão diversas como geografia, sociologia, história, antropologia, psicologia e ciência política. Além disso, estudos sobre o tema caracterizam-se por mudanças de configurações e abordagens que se refletem nos debates terminológicos. Desde então, o estudo da presença dos chineses no exterior, em contextos nacionais e da migração chinesa como um relato de partida, chegada e liquidação, foi complementado com ênfase na mobilidade, redes e identidades flexíveis.

Uma vez que o tema da diáspora chinesa é de natureza interdisciplinar, tipificado pela mudança de abordagens e englobando todos os aspectos da vida dos chineses étnicos espalhados por mais de 150 países, convém levantarmos alguns questionamentos na intenção de tornar o assunto mais claro e desmistificá-lo de incongruências que o cercam. Pode-se falar realmente em diáspora chinesa? O termo se aplica à mobilidade dos chineses pelo mundo? Não seria apenas um movimento migratório como o de qualquer pessoa ou grupo? Entendemos que este debate é importante antes de falarmos sobre as características, estruturas e manifestações da diáspora chinesa, que são os objetivos deste tópico.

O geógrafo francês Pierre Trollet faz exatamente uma abordagem, a partir de uma perspectiva diacrônica, sobre a questão de que realmente podemos falar sobre diáspora chinesa, em seu trabalho *Peut-on parler d'une diaspora chinoise?* (1994). Este artigo procurou situar os chineses no exterior sobre o fato da diáspora, em geral, e em relação ao que chama de “mundo chinês” disperso. Ele evoca as bases geográficas e o geo-dialeto da diáspora chinesa em função da diversidade etno-linguística dos migrantes chineses e a sucessão histórica de ondas migratórias, que corresponde ao maior número de modalidades diferentes de emigração - comerciantes, “cules”, “séjournants” (residentes) e temporários. Aborda ainda o seu caráter político, as suas estruturas específicas (principalmente a cultural), sua sustentabilidade e sua complexidade. Ele destaca as mais diversas etnias (56 etnias no total)<sup>13</sup>, na própria China, com peculiaridades próprias. O autor ressalta que mesmo os chineses estando concentrados no sudeste asiático, isso não os impedem de estar menos presente em

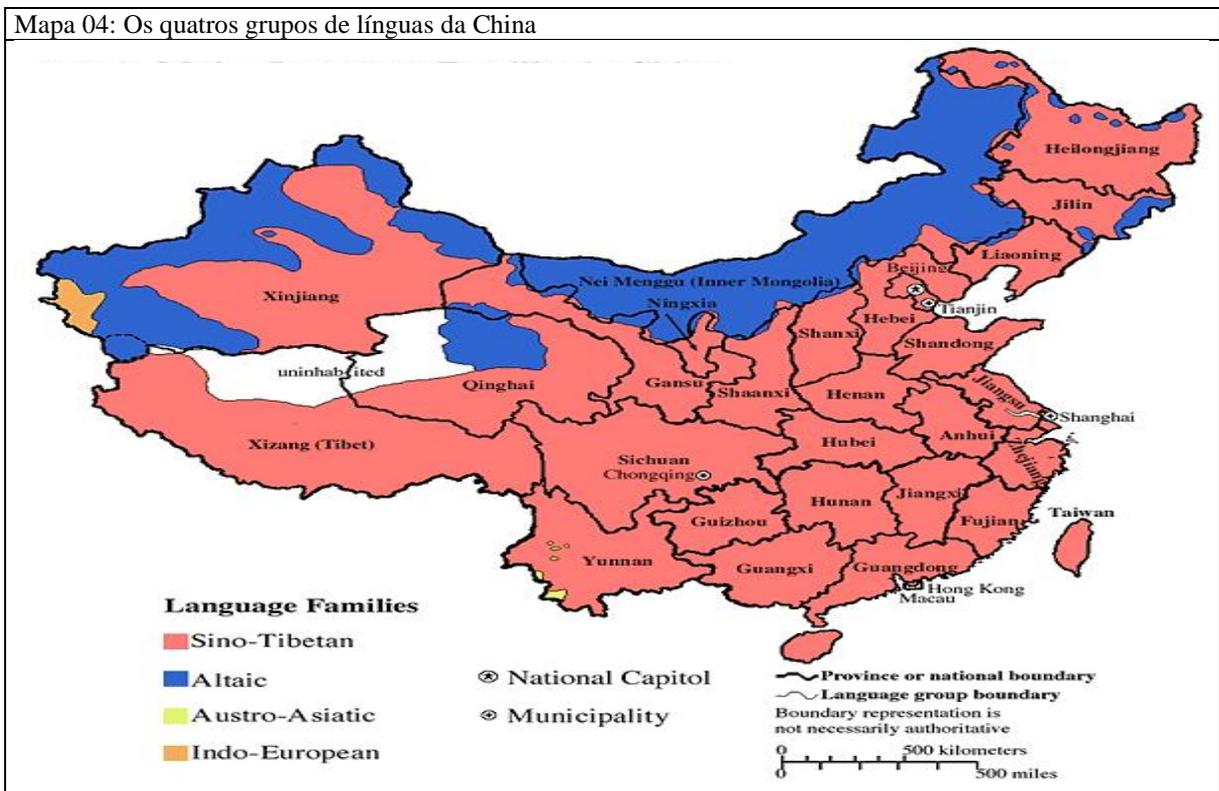
---

<sup>13</sup>A China possui no total 56 etnias, nomeadamente, Han, Mongol, Hui, Tibetana, Uigur, Miao, Yi, Zhuang, Buyi, Coreana, Manchú, Dong, Yao, Bai, Tujia, Hani, Cazaque, Dai, Li, Lisu, Wa, She, Gaoshan, Lahu, Shui, Dongxiang, Naxi, Jingbo, Quirquiz, Tu, Daur, Mulau, Qiang, Blang, Salar, Maonan, Gelao, Xibe, Achang, Pumi, Taquique, Nu, Uzbeque, Russa, Evenki, Deang, Baoan, Yugur, Jing, Tatar, Drung, Oroqen, Hezhe, Moinba, Luoba e Jino, assim como alguns grupos étnicos não-identificados. Os Hans representam aproximadamente 92% da população nacional, e as outras 55 minorias étnicas, mais de 8% (VERAS, 2008).

todos os continentes, em mais de 150 países. Diante disso, Trollet (1994) afirma que o caso chinês possui uma natureza diaspórica.

A diversidade étnica do povo chinês é comprovada nas 56 minorias que lá existem, pois são formadas por grupos de pessoas que têm seus próprios costumes, modos de vida, cultura, sua própria língua, e até mesmo escrita. O Mandarim é a língua oficial do país, falado por mais 900 milhões de chineses, pertencentes à maioria étnica Han. No entanto, o país possui outros dialetos que estão divididos em quatro principais famílias ou grupos de línguas: Sino-Tibetanos (línguas chinesas), os Indo-Europeus, Altaicos e Austro-Asiáticos (línguas não chinesas), conforme mostra o mapa a seguir.

Mapa 04: Os quatro grupos de línguas da China



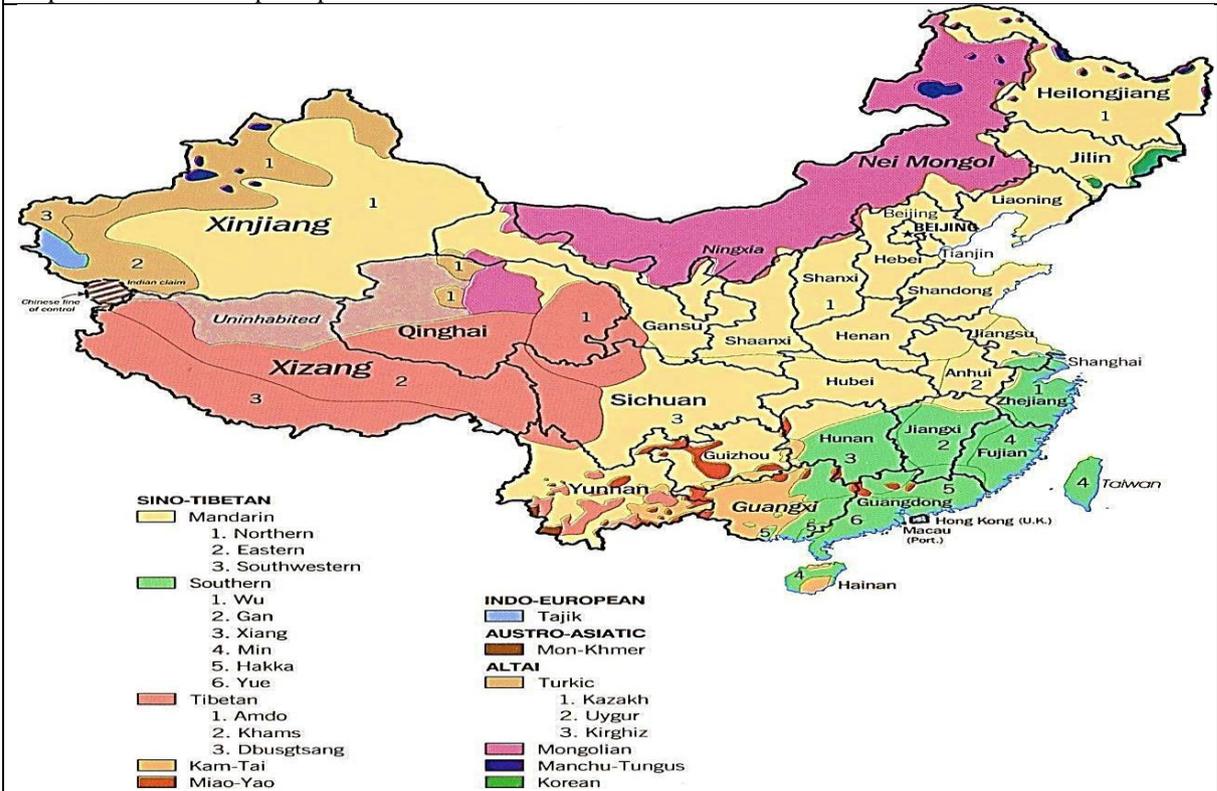
Fonte: <http://www.dartmouth.edu/~chinese/maps/map1.html>

Segundo J. C. Chien Liao (1997), citado por Veras (2008), mais de mil línguas são faladas na China. Mas estudiosos da China apontam os principais dialetos chineses que estão inseridos nos quatro grupos demonstrados no mapa anterior. Os dialetos são: o Wu (inclui o xangainês), o Yue (inclui o cantonês e o taishanês), o Min (inclui hokkien e teochew), o Xiang, o Gan e o Hakka. Neste sentido, é preciso considerar a multiplicidade da China tanto na política, na cultura, quanto na economia. Por exemplo, a existência de “várias Chinas” (a China continental, Taiwan, Hong Kong e Macau) constitui os diversos ramos da migração chinesa, com diferentes motivações, características e projetos. O sentido de ser chinês não é

uma questão basicamente política, ela está impregnada de implicações étnicas. (VERAS, 2008).

O caso dos chineses, nestes aspectos, se encaixa no conceito de diáspora, pois, quando se migra, não é apenas um indivíduo ou grupo, e sim uma nação, uma cultura, “pois só uma pessoa é capaz de conter em si múltiplas identidades” (VERAS, 2008, p. 33). O mapa 05 a seguir nos dá uma dimensão dos principais dialetos falados na China, procurando, assim, demonstrar as implicações étnicas em que os chineses estão mergulhados.

Mapa 05: Divisão dos principais dialetos falados na China



Fonte: <http://www.dartmouth.edu/~chinese/maps/map1.html>

O mapa confirma que o mandarim é a língua de maior abrangência na China. Na parte Sul da China, principal área histórica de origem das migrações, é caracterizada por um entrelaçamento de línguas chinesas extremamente variadas. Esta situação tem produzido vias migratórias distintas que formam grupos distintos, cada uma com suas redes relacionais próprias, de migração e econômicas, com base na origem e uma linguagem comum. A diáspora chinesa é assim apresentada como uma diáspora da diáspora. No entanto, um importante elemento que contribui para unificar este conjunto é a prática do idioma mandarim, desenvolvido em populações que originalmente não falam a língua. Muitos dos quais não foram educados. Assim, é comum para os indivíduos da diáspora falar

o *mandarim*. As migrações contemporâneas, que são praticadas por indivíduos educados na China, contribuem para unificar a diáspora linguisticamente (MA MUNG, 2009).

Para fugir de uma suposição da existência de uma comunidade homogênea, Ma Mung (1994) acredita que o melhor termo para expressar a heterogeneidade chinesa seria o uso no plural de “diásporas chinesas”. No entanto, o uso contemporâneo do termo, destacando seus efeitos performativos, é o que deve ser melhor observado, pois é analisado numa perspectiva interna da própria população de origem chinesa que se vê e se organiza como uma diáspora, ou seja, balizam suas ações e representações individuais por referência a um coletivo identitário, que atingem as práticas cotidianas dos migrantes.

Segundo Piza (2012), a expressão mais apropriada para a tradução do mandarim e outros idiomas e dialetos chineses para a palavra diáspora, é o termo “ultramarinos”. Para ele, esta expressão não apenas traduz melhor o termo “diáspora”, mas evoca uma performatividade discursiva e identitária, bem como uma manipulação de sua apresentação social em face de problemas políticos, econômicos e culturais. Neste sentido, compartilhamos a mesma ideia de Piza (2012, p. 123), ao salientar que “a utilização dos termos chineses ‘ultramarinos’ e ‘diáspora chinesa’ nesta dissertação seguem a intenção de escolher os termos que mais performam a construção de uma identidade étnica transnacional”.

Referindo-se sobre as últimas tendências de utilização do conceito de diáspora chinesa, Jia Gao (2009) faz uma abordagem sobre o uso do conceito e porque os chineses optam por viver uma vida diaspórica como uma alternativa de vida. O termo “diasporização”, utilizado no seu trabalho, refere-se a dois processos relacionados com o chinês ultramarino contemporâneo: à análise das diferenças aparentes entre as características focais, ou elementos-chave, do conceito tradicional da diáspora e às complexidades das migrações globais mais recentes do povo chinês. O autor entende que o conceito de diáspora pode ser usado para olhar para questões além das causas e consequências, pois no campo dos estudos sobre os chineses ultramarinos, muitos conceitos teóricos “velhos” tornam-se ineficazes em analisar as complexidades de migrações globais do povo chinês.

Segundo Jia Gao (2009), embora as comunidades chinesas ultramarinas fossem consideráveis antes do início dos anos 80 do século XX, os migrantes chineses anteriores eram em grande parte de Guangdong e Fujian, duas províncias agrícolas anteriormente pobres. Nas últimas duas ou três décadas, as comunidades chinesas ultramarinas não só expandiram rapidamente e continuamente, mas também mudaram suas composições para incluir aqueles que são de uma ampla gama de regiões na China (como grandes aglomerações de Beijing, Tianjin, Shanghai, ou Dongbei, Nordeste da China, que inclui as províncias de

Heilongjiang, Liaoning, e Jilin) e optaram por viver uma vida diaspórica. Decidiram pela migração por razões diferentes das anteriores, e também adotaram diferentes atitudes em relação à sua vida diaspórica.

O mesmo autor defende que a chave para esta discussão é desafiar as simplicidades da ideia de dispersão, carregada pelo conceito convencional de diáspora e o conceito de partida forçada do lar, que está contido não apenas na velha idéia de dispersão, mas também no amplamente utilizado *push-pull* (repulsão/atração) modelo de migração. Para questionar ainda mais essas idéias, o autor adota o conceito de alienação para conceitualizar os fatores que impulsionam ou motivam as pessoas a se mover, especialmente no contexto da migração contemporânea (JIA GAO, 2009).

Para problematizar o conceito de alienação, primeiro diz que a China não é um país ou lugar onde um único evento sócio-histórico ou sociopolítico de grande escala, incluindo a guerra civil ou a invasão, possa fazer com que toda a sua população, ou mesmo uma parte deles, seja deslocada. Em segundo lugar, as decisões de migração feitas por migrantes chineses muitas vezes não têm conexões diretas com eventos significativos ocorrendo na China. Trata-se de um debate sobre se existe alguma forma de força direta na formação das diásporas chinesas e de desafiar a natureza potencialmente passiva da definição de diáspora. E que alienação é um termo que poderia explicar melhor porque algumas pessoas decidem deixar sua terra natal. O termo “alienação” parece ser o que explica melhor a relação entre aqueles decididos a migrar e seu lugar de origem.

Jia Gao (2009) exemplifica alienação, usando relatos de chineses que citavam a segurança política e a liberdade que adquiriam no estrangeiro, pois parece que alguns chineses migram para atingir certo nível de autoexpressão e autorrealização. Isso motiva as pessoas a abandonar, quando se sentem incapazes de realizar o seu potencial, a sua terra natal. O sentimento de estar alienado da sociedade ou de outras pessoas poderia ser expresso pelas pessoas de várias maneiras diferentes. Outros citam a “discriminação em casa” como motivo para a emigração.

O outro aspecto da análise do autor sobre a diáspora contemporânea, é que durante muito tempo as características das comunidades chinesas ultramarinas foram consideradas consistentes com o conceito tradicional da diáspora, ou seja, nunca sendo plenamente aceitas pela sociedade de acolhimento, mas sim desenvolvendo a sua própria cultura comunitária e necessidades especiais. Tais atitudes e práticas mudaram ao longo do tempo, à medida que mais chineses adotaram viver em uma comunidade diaspórica como um modo de vida alternativo. Argumenta que a singularidade dos chineses no exterior simplesmente provou que

havia um grande nível de participação na política local, enquanto alguns formaram identidades únicas ou flexíveis predominantemente por causa da interação de fatores locais e transnacionais.

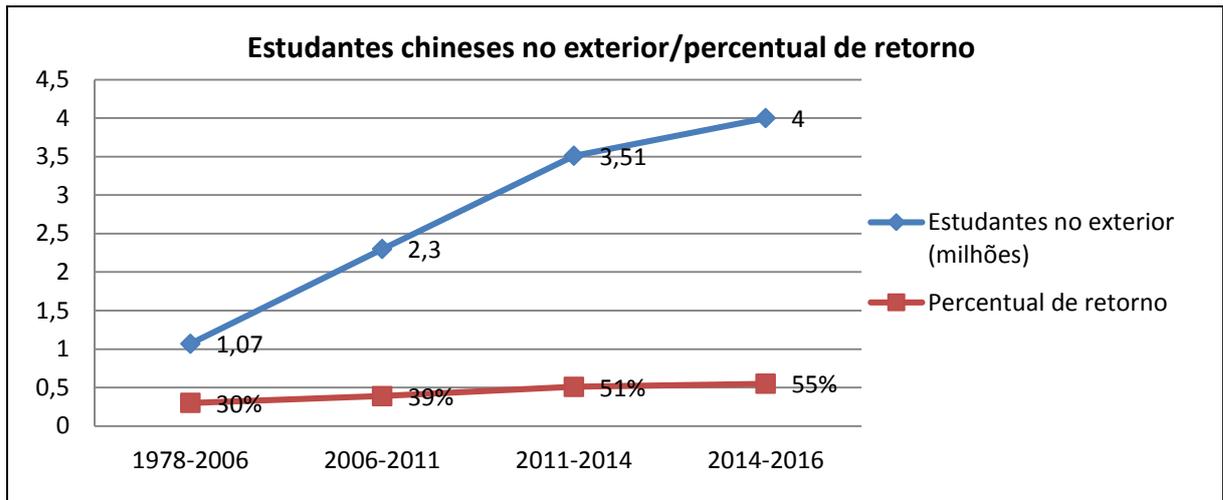
Os chineses ultramarinos têm conseguido se adaptar a todos os tipos de comunidades pelo mundo. O grau de assimilação, ou não, varia de acordo com a época. Há diferenças entre sociedades europeias e as do sudeste asiático, mas a maior diferença encontra-se na América do Norte, para onde mais chineses têm migrado desde o fim da segunda guerra mundial. O perfil desses migrantes, que recriam novas *Chinatowns*, vem alternando à medida que eles observam de perto os não chineses com quem têm vivido, estudado e trabalhado, mesmo mantendo laços muito próximos, com Taiwan, Hong Kong e a China continental.

A perspectiva sobre ser chinês, como se manter chinês, como se tornar chinês, ou como perder o próprio caráter chinês, varia grandemente entre regiões. A despeito dessas diferenciadas experiências históricas, a história dos chineses fora da China continua a apresentar margens comuns, ou seja, apesar da multiplicidade de destinos, eles ainda mantêm ligação com a mesma origem. Para a China, os *hauren* são considerados chineses, ainda que tenham outra cidadania. “Ao encarar a questão desta forma, a China não tem que lidar com a vergonha de ver tantos chineses abandonando a terra natal” (VERAS, 2008, p. 82).

Como verificamos anteriormente, a diáspora dos chineses, no início, foi alimentada principalmente por fatores negativos, crises e conflitos sociais. As mais recentes, muitos estudiosos as chamam de “migrações espontâneas”, principalmente sob dois prismas: os migrantes investidores, que fazem investimentos de grande capital, ou pequenos empresários, que buscam melhores condições de vida. O outro diz respeito à migração de “fuga de cérebros”, que apresentam duas categorias: os alunos que estudam no estrangeiro e vivem lá, e os intelectuais qualificados que imigram para outros países.

As informações contidas no gráfico a seguir (figura 01), foram produzidas pelo Relatório sobre o Desenvolvimento dos Chineses Estudantes No Exterior, no ano 2016 e veiculado pelo jornal chinês China Daily entre os anos de 2006 e 2016. O gráfico demonstra que os estudantes que estavam no exterior por muitos anos, em sua maioria, não retornavam, embora, recentemente, esta diferença entre os estudantes chineses ultramarinos e o percentual de retorno tem diminuído. Os estudantes fora China se formaram a partir de 1978, quando a China iniciou sua política de abertura para o mundo, desde então esse número é crescente.

Figura 01: Gráfico demonstrando os estudantes chineses no exterior e o percentual de retorno



Fonte: <http://www.chinadaily.com.cn/china> (2006 - 2016)

O gráfico revela que somente a partir de 2011 a diferença entre o número de pessoas que estão indo para o exterior e retornando foi sendo reduzida gradativamente, mas ainda é um número bastante expressivo de estudantes no estrangeiro. Portanto, é inegável o peso da diáspora chinesa na própria economia do país de origem. As estatísticas sobre Investimento Estrangeiro Direto (IED) mostram a relevância para o crescimento do país, com a participação da comunidade chinesa que vive fora da China continental (TREVISAN, 2009). O chinês ultramarino é motivo de orgulho. As conexões chinesas no exterior passaram a ser cada vez mais valiosas e os fluxos só perpetuaram. No país de adoção, os chineses também desempenham importante papel. Só no Brasil, várias famílias chinesas abriram empresas nos diversos ramos, desde pequenas empresas a grandes empreendimentos (VERAS, 2008).

Ao mesmo tempo em que aumenta a força de atração de capitais internacionais para o país, cada vez mais chineses deixam sua terra natal. O aumento do grau de liberdade política e de abertura econômica, além de melhoria de vida dentro da China, acaba por ser um motivador da saída dos chineses, caindo por terra a ideia de que a emigração na China ocorre porque a repressão é grande e as oportunidades econômicas são poucas, mas é justamente quando a primeira diminui e as últimas aumentam que cresce a emigração. Assim, o retorno mítico de que falam Sayd (1998) e Hall (2003) ocorre sobretudo na forma de investimento.

Diante desta abordagem teórico-conceitual e analítica sobre a diáspora chinesa, entendemos certamente que ela não é uma discussão acabada e encerrada, ou que na verdade ela consiga dar conta de rotular um grupo tão heterogêneo. Certamente, a reconceitualização do termo diáspora não tem passado sem debate, vários autores têm questionado a aplicabilidade do termo no caso dos chineses (ANG, 1998; WANG, 1999; CHUN, 2001; SKELDON, 2003), como outros também tem defendido sua aplicabilidade no caso chinês (TROLLIET, 1994;

LEVER-TRACY IP E TRACY ED., 1996; ONG E NONINI ED, 1997; WANG E WANG ED, 1998; PAN ED, 2000; MA MUNG, 2000; MA E CARTIER ED, 2003).

Passaremos,então,a apontar algumas características e manifestações da diáspora chinesa segundo os estudos de Ma Mung (1994; 1999; 2009), que é uma das referências mais importantes sobre o assunto. Como vimos no início deste capítulo, a diáspora chinesa possui pontos de origem e destino múltiplos, e as ligações entre esses diferentes polos são intensas, ou seja, ela é multipolar (da China para diversos destinos) e interpolar (migrações de chineses de um país estrangeiro a outros) ou as chamadas re-migrações. Os movimentos são extremamente diversificados em termos de origens e destinos, por exemplo, da Malásia para o Reino Unido ou a Austrália, Ilhas Maurício para o Canadá, a partir de Coreia para os Estados Unidos, França para a Espanha e Itália, Papua Nova Guiné para a Austrália etc. Estes são alguns exemplos das migrações interpolares. Um índice destas migrações interpolares é a variedade de origens nacionais dos chineses ultramarinos no mesmo país (MA MUNG, 2009).

Uma das principais características da diáspora chinesa, apontada por Ma Mung (1999), está no seu uso enquanto recurso espacial, que o mesmo define como um recurso espacial disponível para os sujeitos da dispersão, para uso em benefício pessoal, ou seja, o fato de estar disperso é utilizado para fazer coisas que não se poderia fazer se não estivesse disperso. Aqui, a dispersão é vista no sentido positivo. Para os chineses, o transitar ou construir relações através de vários países faz dessa condição um “recurso espacial” ou uma estratégia a que pode recorrer em momento de dificuldade – social, cultural, política e econômica. Haesbaert (2011, p. 359) faz referência a Ma Mung (1999), quanto ao aspecto do recurso espacial da diáspora chinesa.

[...]Referindo-se à diáspora chinesa, ele afirma que o fato de possuir parentes em outros países é sempre motivo de satisfação, de orgulho, tanto maior quanto maior o número de países em que os migrantes se encontram dispersos. Esses recursos espaciais, vinculados à dispersão, são mobilizados em diferentes escalas e utilizados em diversos domínios, especialmente no campo dos negócios, com a formação de redes comerciais, o deslocamento de atividades de um país para outro em condições desfavoráveis e mesmo a reorientação dos fluxos migratórios em função da conjuntura econômica.

O autor aponta três processos que podem transformar a diáspora em um recurso. O primeiro é a continuidade genealógica (um sentido de continuidade nos indivíduos dos seus “antepassados”), cuja relação espacial se mantém com o território da dispersão. Considerar a comunidade dispersa como única, e que compartilha uma origem comum, possibilita a compreensão da construção de uma memória e uma história coletiva. Esta continuidade

genealógica desenvolve uma identidade étnica total ou parcial previamente existente ou circunstancial relacionada ao movimento migratório.

A continuidade geográfica, caracterizada pela habitação em vários países, constitui o segundo processo, que também serve de base para a formação de uma identidade étnica de uma sociedade, definida por uma postura extraterritorial composta por vários lugares onde a diáspora se estabeleceu. O autor evidencia, portanto, que a formação da continuidade genealógica permite a fabricação de uma continuidade geográfica. O sentimento de extraterritorialidade é o último processo que transforma a dispersão em um recurso espacial, pois é um sentimento manifestado na identidade que transcende as fronteiras das nações soberanas onde a diáspora chinesa se estabeleceu, na medida em que permite aos habitantes transcenderem as fronteiras, quer numa escala transnacional ou local. Sentimento de extraterritorialidade é, assim, a chave para conceber a unidade da sociedade chinesa dispersa (MA MUNG, 1999).

Os fatores que tornaram possível transformar a dispersão em um recurso espacial foram: a melhoria dos meios de transporte material e a comunicação de pessoas, bens e valores (mercadorias, ideias, códigos, modelos culturais etc.). Como resultados, os relacionamentos podem ser ativados e uma identidade étnica transnacional pode ser desenvolvida como produto da criação de uma memória/história. Uma nova relação com o território surge, uma vez que a continuidade genealógica é transformada em contiguidade geográfica, isso promove o senso de extraterritorialidade. Esses processos possibilitam a otimização dos recursos espaciais, a multipolaridade da migração e a inter-polaridade das relações. O exemplo clássico é a forma como as redes comerciais são criadas entre a China e os vários países que acolhem a diáspora.

Conforme Ma Mung (2009), na maior parte dos destinos diaspóricos, os migrantes ou suas gerações seguintes deram início à formação de organizações econômicas nas cidades, que são pequenas empresas comerciais ou artesanais que se articulam entre elas na escala local quanto ao abastecimento, financiamento e mão-de-obra e que, muitas vezes, ligam-se a outras por redes internacionais. Nestas organizações econômicas, podemos pensar em pequenas empresas industriais, importadoras, restaurantes, negócios de bairro (vendas, mercados, lavanderias, tinturas) etc. (PIZA, 2012). Este recurso da diáspora, Ma Manug (2009) cita-o como “diáspora empresarial” ou “*trade diaspora*”, principalmente nas migrações contemporâneas.

Durante todo o século XX, houve uma variedade de situações ligadas às histórias de migrações, assentamentos e contextos locais dos chineses. Situações onde eles poderiam estar

totalmente assimilados com população local ou então fortemente discriminados. Em outras situações ou lugares, os chineses ocupam posições sociais que podem variar consideravelmente: por exemplo, os trabalhadores ilegais em *fábricas*, em Nova York, ou *magnatas* multibilionários, no sudeste da Ásia; os pequenos agricultores, em florestas tropicais, vendedores ambulantes ou comerciantes ricos, na Tailândia; vendedores, lojistas, donos de restaurantes, pequenos empresários da confecção, entre outras situações (MA MUNG, 2009).

Ao contrário de situações anteriores, a migração proletária contemporânea corresponde a uma demanda de trabalho que emana de inúmeras pequenas empresas na diáspora ou grandes empresas nacionais chinesas que atuam no exterior. Esta migração de trabalhadores na “diáspora empresarial” para encontrar um emprego nas empresas de seus compatriotas são, provavelmente, em termos numéricos, a mais importante. Há também uma nova forma de migração laboral que tem evoluído desde os anos 1990: a migração de trabalhadores temporários e contratuais que beneficiam grandes empresas chinesas que atuam no estrangeiro em conexão com grande público internacional no projeto de obras e equipamentos rodoviários, ferroviários, óleo, mineradoras etc. (MA MUNG, 2009).

Durante as últimas décadas, outra migração tem crescido em importância, que é indicativo das mudanças na China e ligado a dois fenômenos: o desenvolvimento da produção de bens de consumo para exportação e ao crescente número de pequenos empreendedores. Uma parte deles emigra e distribui a produção (vestuário, têxteis, bicicletas, motocicletas, ferramentas, eletrodomésticos, eletrônicos, computador etc.). Há, hoje, comerciantes chineses em todas as partes do mundo. Esta migração comercial muitas vezes resulta na abertura de centros de distribuição no atacado para fornecer aos varejistas, sejam eles chineses ou nativos, formando espécies de balcões comerciais ou “empórios”.

Ma Mung (2009) cita uma série de exemplos destes casos pelo mundo. Na região de Paris, há centenas de importadores atacadistas estabelecidos desde o início de 2000, onde seus números têm crescido rapidamente ao ponto de novos centros comerciais serem criados. É encontrada situação semelhante na Itália, especialmente em Nápoles, onde um centro de distribuição no atacado foi construído. O mesmo padrão de instalação observado na África. Um dos mais importantes desses centros está localizado em Joanesburgo, chamado de Mercado “China Cidade”, onde reúne várias centenas de comerciantes e atende a comerciantes em todo o país e países vizinhos como o Botswana, Zimbábue, Angola, Nigéria e Gana. A cidade também abriga outros centros comerciais chineses retalhistas, adotando

vários nomes: “como Ásia City, Hong Kong City, Crowne Square, Gold Reef Emporia, Dragon City e do Centro de Comércio Africano” (MA MUNG, 2009, p. 108).

Em Marrocos, no mercado Derb Omar Casablanca é encontrado em uma escala menor as mesmas funções que a da “China City”. Centenas de comerciantes atacadistas abastecem varejistas locais. Encontramos a mesma situação em Gana, onde foi aberto, no mercado de Makola em Accra, no ano de 2006 um centro atacadista Chinês. Em Camarões, centros de comércio atacadistas foram construídos em Yaoundé e Douala e em Lome, Togo. No Senegal, não há mercado atacadista de fato, mas os comerciantes chineses estão localizados no mesmo distrito de Dakar. Eles são, muitas vezes, ambos os atacadistas e varejistas. Eles geralmente estão estabelecidos nas grandes cidades, mas alguns deles também se estabelecem em cidades médias ou pequenas. Este é o caso de Oshikango, uma cidade na fronteira da Namíbia e Angola, que é o ponto culminante de comerciantes em redes (MA MUNG, 2009). No próximo tópico, veremos como esse comércio de imigrantes chineses se estabeleceu no Brasil de forma semelhante.

A partir dessas informações, Ma Mung (2009) identifica algumas características gerais da migração empresarial.

- Uma migração essencialmente comercial: a maioria dos empresários imigrou como comerciante e muitos deles praticavam esta atividade antes de deixar a China. Eles chegaram com o capital necessário para o investimento inicial (comprar o estoque de bens).
- Origens geográficas diversas, aonde a maioria vem de regiões tradicionais de origem (Guangdong, Fujian e Zhejiang, em menor medida), mas alguns são das províncias de Henan, Hunan, Jilin, Liaoning, e as cidades Xangai e Pequim. Há também comerciantes que vêm de outros países onde a diáspora já está estabelecida, como a França, a Itália ou a Espanha.
- Os produtos do comércio são exclusivamente importados da China: a atividade destes comerciantes se dirigiu para a distribuição de produtos fabricados na China, a partir de produtos básicos de consumo (têxteis, vestuário, sapatos, eletrônicos de pequeno porte), muito popular em países onde grande parte da população não dispõe de meios para adquirir outros produtos mais sofisticados como eletrônicos, aparelhos de grandes dimensões, televisores etc. Outra característica destes comerciantes, é que eles compram diretamente das empresas que produzem na China. Isso reduz o número de intermediários e, portanto, o custo de importação do produto e, finalmente, o seu preço de venda.

Nessa apresentação da migração chinesa contemporânea, feita por Ma Mung, tem favorecido duas figuras: o comerciante e o proletário. Estes dois sujeitos correspondem, respectivamente, ao *Huashang* (comerciante chinês) e *Huagong* (trabalhador chinês). Estas duas figuras são combinadas na partilha de uma ideologia comum que se encaixa em uma vontade de mobilidade social, que é a fonte da migração e da mobilidade geográfica e o vetor que permite a sua realização.

Coletivamente e no nível individual eles se encaixam em um “mercado de trabalho étnico”, onde o ajuste entre oferta e demanda de mão de obra é baseado na prevalência da etnia na escolha de parceiros econômicos. O que significa que a maioria dos trabalhadores chineses trabalha em empresas mantidas por compatriotas, ou seja, esses empresários empregam, principalmente, trabalhadores chineses. No entanto, alguns funcionários deixam o mercado étnico para o mercado em geral. Normalmente, as razões apontadas para a ocorrência do “mercado étnico” são os poucos empregos disponíveis no mercado em geral, e a má prática da língua no país de acolhimento e, para os interessados, a ausência de documentos de residência (MA MUNG, 2009).

Outro motivo central, mas pouco mencionado, é que a estadia no mercado de trabalho étnico lhes permite permanecer em um sistema próprio de relações sociais (informação e oportunidades econômicas) onde eles podem usar esta situação para, posteriormente, em um momento adequado, criarem seus próprios negócios. A unanimidade compartilhada por esses proletários é a esperança de se tornarem empresários. Alguns deles irão gerir e manter a esperança de outros. Portanto, fora do mercado de trabalho étnico, há a possibilidade da quebra das fortes ligações oferecidas por essas redes sociais, e, conseqüentemente, abandonar os projetos de promoção social (MA MUNG, 2009).

Diante das características aqui apresentadas, podemos entender que a diáspora chinesa é uma realidade e é cada vez mais organizada. Os *websites*, as Redes Sociais, instituições ligadas ao Estado chinês, demonstram o quanto é importante esse assunto para o governo chinês, bem como para os chineses ultramarinos. Os vários estudos e pesquisas sobre diáspora chinesa também apontam o quanto é importante estudar esse assunto nas mais variadas áreas do conhecimento na atualidade. Deste modo, o fenômeno se estendeu ao longo do tempo e do espaço até chegar ao Brasil e, conseqüentemente, no Piauí, mesmo que de forma tardia.

## **2.4 Os chineses chegam ao Brasil**

Os levantamentos acerca da presença chinesa no Brasil não é uma tarefa das mais fáceis, especialmente no seu início, período que Piza (2012) destaca como sendo um momento incipiente da história da migração chinesa ao Brasil, caracterizado pelo baixo número de imigrantes durante o fim do período colonial, durante o império e ainda pelo poucos registros oficiais de chineses no Brasil. Neste trabalho, partimos da análise de alguns autores que fazem o debate sobre a questão chinesa ou o discurso chinês na imigração para o Brasil. Iniciaremos a diáspora para o Brasil como reflexo do que aconteceu em outros países a partir do século XIX.

Autores como Leite (1992), Lesser (2001), Dezem (2005), Chang-Sheng (2009), são alguns dos pesquisadores aqui trabalhados, além de outras teses, dissertações e artigos que auxiliam na fundamentação da diáspora chinesa para o Brasil. Vamos continuar utilizando o termo “diáspora”, e não migração (embora ela sempre apareça), pelos motivos anteriormente explicados, entendendo que o Brasil se encontra, também, no contexto da diáspora. Em relação aos números mais recentes dos chineses aqui apresentados, se constituem de um agrupamento de dados coletados de *sites* e grupos de estudos relacionados com o Brasil-China, da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho. Faz-se mister ressaltar novamente que estes números são mais uma estimativa do que dados precisos, em razão da dinâmica própria dos movimentos migratórios.

A primeira experiência de introdução de imigrantes chineses no Brasil ocorreu por volta de 1812 e 1814 (um número entre 300 a 400) e esteve vinculada a um projeto de desenvolvimento da cultura de chá no Rio de Janeiro, na fazenda imperial. No ano de 1854, o governo propôs organizar uma empresa de navegação e, através dela, trazer trabalhadores chineses. Em negociação com a Inglaterra, no ano 1855, o Brasil contrata cerca de 303 chineses vindos de Cingapura para trabalhar nas lavouras e, no ano seguinte, chegam mais 368 colonos chineses. Os chineses que vieram para o cultivo do chá não alcançaram o sucesso esperado no seu trabalho e estas plantações acabaram sendo abandonadas por um tempo. Em 1866, chegam ao Rio de Janeiro mais 312 trabalhadores, porém estes não foram inseridos na lavoura, pelo fato dos fazendeiros estarem desacreditados dos bons serviços dos chineses, considerando as experiências frustrantes anteriores (LEITE, 1992; LESSER, 2001; CASTILHO, 2016).

As tentativas ao longo de todo século XIX de estabelecer uma migração subsidiada por chineses, revelam as intenções do governo, que era a de regulamentar a importação, de forma a resolver a crise gerada pela demanda de braços pela qual passava a lavoura desde o fim do tráfico negreiro. Esta discussão política, sobre o fim da escravidão e a ideia de receber

trabalhadores chineses, ficou conhecida como a “questão chinesa” e incluía no seu debate alguns assuntos sobre o branqueamento da população e sobre a formação cultural da nação, pois os ideais da política de imigração era desenvolver o Brasil e “civilizar” e “branquear” o país com a população europeia. Acerca desses assuntos, Lesser (2001, p. 38-39) faz a seguinte observação sobre a “questão chinesa”

A medida que outros impérios cresciam à custa da mão-de-obra ‘coolie’, surgiu uma discussão sobre trabalho/cultura, tratando da possibilidade de os trabalhadores chineses virem a enriquecer economicamente o Brasil ou se, ao contrário, eles prejudicariam sua cultura, transformando-a de ‘europeia em ‘asiática’. [...] Essas questões sobre a mão-de-obra chinesa traziam em seu bojo controvérsias sobre como a entrada de um novo grupo étnico viria a afetar a identidade nacional brasileira. Os que eram a favor do ingresso de chineses centravam-se no crescimento da produção econômica, enquanto seus opositores temiam a ‘poluição’ social.

A necessidade de uma imigração asiática, oriunda do sistema de *coolies* (ver nota n.9), dividia opiniões entre os representantes do governo e as elites agrárias, que necessitavam de mão de obra para trabalhar na agricultura. Houve uma série de resistência por parte do congresso e de agricultores por acreditar que os amarelos (eram assim chamados por não serem considerados nem brancos ou negros) não teriam força e vigor para trabalhar. Além destas controvérsias, a relação entre os trabalhadores chineses e os responsáveis pelas plantações eram marcadas por maus-tratos e atritos. Os imigrantes chineses sofreram preconceitos e rejeições. Criou-se um negativo estereótipo dos chineses, associando a imagem deles como ‘preguiçoso’, ‘viciado em ópio’, ‘ladrão de galinha’, ‘pouco higiênico’, ‘civilizadamente atrasado’, ‘supersticioso’, ‘racialmente inferior’. Chegou-se praticamente a proibir a entrada deles no Brasil. (LEITE, 1992; DAZEM, 2005).

Devido aos severos tratamentos que tinham nas plantações, muitos deles fugiam para outros locais da cidade. Os que deixaram de trabalhar para os produtores agrícolas, passaram a atuar no comércio, montando restaurantes e lavanderias. Passaram também a trabalhar como vendedores ambulantes e cozinheiros. Chang-Sheng (2009, p. 45) cita que “vários chineses registrados com nomes brasileiros já tinham adquirido licença para mascatear. Com o passar do tempo, os plantadores de chá tornaram-se mascates, vendendo nas ruas peixes e pastéis”. A atividade de mascatear, que é o trabalho de vender mercadorias como tecidos e outras iguarias pelas ruas, era o comércio desenvolvido pelos chineses, pelo fato de exigir pouco investimento e era possível o trabalhador vender sozinho. Em alguns casos raros de sucesso, serviam de incentivo aos imigrantes do século XX (CHANG-SHENG, 2009).

O número de chineses que entraram no Brasil durante todo o século XIX, para o trabalho nas lavouras, não ultrapassou três mil pessoas. A partir da criação da República

Popular da China, em 1911, houve uma considerável migração para Brasil, vinda majoritariamente da região Sul de seu país (Cantão, Macau, Fujian, Hainan). Estes imigrantes recém-chegados davam prosseguimento à atividade de mascatear, ou trabalhavam em negócios de parentes e amigos. No final dos anos de 1920, alguns destes mascates conseguiram abrir suas lojas para comercializar produtos importados no atacado e varejo. É o que se percebe quando Chang-Sheng diz:

Os recém-chegados normalmente começavam a trabalhar como empregados em restaurantes, pensões ou pastelarias de parentes e amigos, e após juntar ou pegar empréstimos feitos por causa das viagens, montavam seus próprios negócios. (2009, p. 46).

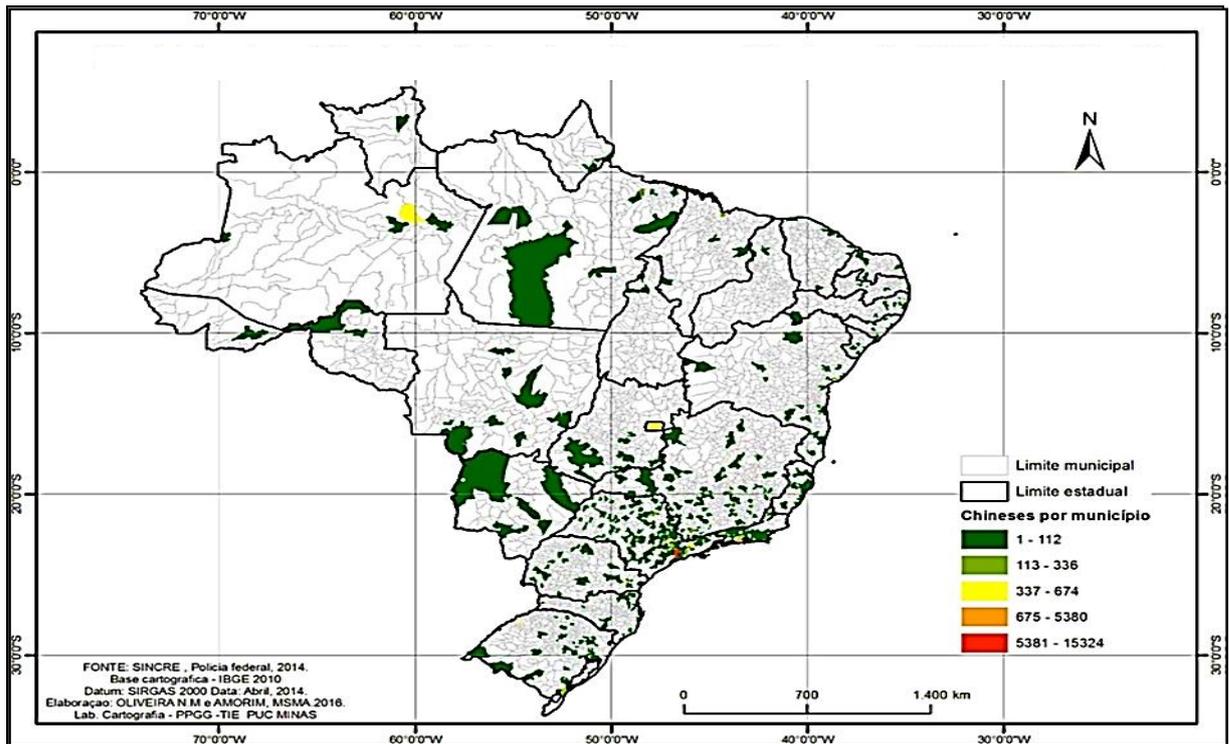
Como explicitado anteriormente, o Brasil tornou-se um dos principais destinos na América Latina para o imigrante chinês, especialmente ao final do século XX. Presume-se que a intensificação desse movimento esteja relacionada ao grande desenvolvimento econômico e cooperações internacionais da América Latina e China, especialmente o Brasil, levando em consideração a parceria firmada entre os dois países, tendo reflexo na ampla distribuição dos seus produtos por todo o Brasil. Isso se dá pelo fato da China ter se tornado um ator de peso e emblemático nas formas de produção e circulação de riquezas na geopolítica mundial atual, atingindo fluxos populacionais em processos transnacionais.

Atualmente, no Brasil, há um número estimado entre 200.000 e 250.000<sup>14</sup> chineses, incluindo os descendentes e os de dupla nacionalidade. Quanto à distribuição pelo território nacional, no estado de São Paulo se encontra o maior percentual de chineses, entre 85% e 90% do total, a maioria na capital. Mas, há chineses espalhados por praticamente todos os estados brasileiros. O mapa 06 abaixo mostra a espacialização dos chineses através da variável “município de residência” no Brasil e que torna mais clara a visualização de sua distribuição espacial no país.

Mapa 06: Municípios de residência dos imigrantes chineses registrados entre 2000 – 2014 (Brasil)

---

<sup>14</sup>Durante a pesquisa, entramos em contato com a embaixada chinesa no Brasil e com alguns consulados chineses dos estados, mas, aqueles que nos atenderam, responderam que não trabalham com estatísticas populacionais e o que há são estimativas segundo as próprias comunidades chinesas espalhadas pelo Brasil. Autores como Piza (2012), Robert (2012) e Veras (2009) trabalham com esses mesmos dados aproximados.



Fonte: Amorim; Oliveira; Fernandes (2016, p. 15)

Para entendermos melhor a diáspora chinesa contemporânea, precisamos conhecer como ela ocorreu para o Estado de São Paulo, que é o grande centro de chegada de imigrantes do Brasil, onde existe a sua maior concentração e de onde partem para outras regiões do país. Piza (2012) divide em duas ondas migratórias distintas, a primeira, de 1950 a 1970, e a outra, iniciada na segunda metade da década de 1990, marcadas por regimes de mobilidade diferentes. A primeira onda trata de imigrantes que se espalharam pela cidade de São Paulo, abriram pequenos negócios e desenvolveram outras atividades laicas e religiosas. A segunda onda era de imigrantes que já possuíam ligações familiares com os anteriores, mas era composta de comerciantes que se instalaram na região central de São Paulo, mais especificamente na Rua 25 de Março, bairro do Bom Retiro e região do Brás. Isto revela que as atuais diásporas chinesas levam em conta a intenção de desenvolverem o comércio.

Conforme visto, e seguindo uma tendência, como ocorreu nos Estados Unidos, Canadá, França e África, ao chegarem ao Brasil, esses migrantes se estabeleceram em uma mesma região, beneficiando-se desta concentração, desenvolveram suas atividades comerciais. Neste sentido, a diáspora chinesa, enquanto recurso espacial (discutido anteriormente), ocorre no Brasil de modo semelhante ao que acontece no resto do mundo, por ter se instalado em um grande centro comercial (atacadista e varejista) onde pessoas e produtos circulam (vêm e vão) entre cidades e estados do país. Os imigrantes chineses desenvolveram suas atividades comerciais, especialmente na Região da 25 de

Março, caracterizada pela importação de produtos diretamente da costa sudeste da China<sup>15</sup> e pela abertura das principais galerias de comércio, permitindo uma ampla circulação de produtos e migrantes chineses na região.

Na década de 1970, o comércio chinês na região era abastecido por intermédio de sacoleiros que adquiriam produtos vindos do Paraguai. Mas, com a presença massiva de comerciantes chineses nos anos 1995 a 2000, a configuração muda, do comércio de sacolas para a importação por contêineres com mercadorias. Isto se deu em decorrência das transformações econômicas mais amplas entre Brasil e China e de um cenário geopolítico resultante da atual configuração do capitalismo globalizado. Piza (2012, p. 84) faz uma descrição da importância do comércio chinês para essa região.

A região em questão é um enorme entreposto comercial, atravessado por redes e circuitos transnacionais que fazem chegar até lá e escoar dali para longe uma quantidade maciça de produtos diariamente. A presença chinesa vai dinamizar o já pujante comércio, provocando uma alteração de escala. Trata-se de uma região central para a economia urbana e transurbana, que se abastece nos últimos vinte anos, majoritariamente, de produtos resultantes da maior economia exportadora atual, a chinesa, trazidos num ritmo aceleradíssimo pelas mãos dos migrantes chineses.

Com o crescimento de muitas cidades industriais na China e os primeiros sinais de saturação do mercado de trabalho – no sentido de abundância de oferta de mão-de-obra migrante e desvalorização do trabalho, a migração torna-se uma possibilidade de investimento para os que possuem algum capital. No entanto, nestes movimentos migratórios há os desprovidos de capital, que, dispondo apenas da sua mão-de-obra, se envolvem com as mais diversas demandas de trabalho em diásporas chinesas onde muitos prosperam e outros enfrentam mais dificuldades.

À medida em que as rotas migratórias tornam-se mais conhecidas e a própria migração um fenômeno mais comum, as histórias de sucesso longe das fronteiras nacionais parecem instigar uma parcela da população, para quem uma chance da migração é uma promessa *de sucesso*, que depende de sujeições a situações penosas *em alguns casos* (PIZA, 2012, p. 154, grifo nosso).

A migração chinesa para São Paulo adquire seus contornos mais representativos nas últimas duas décadas. Alguns migrantes, com certo capital, se instalam no dispositivo comercial da Rua 25 de Março como comerciantes nas galerias, por vezes, sós ou em família.

---

<sup>15</sup> A respeito das ondas migratórias chinesas ocorrerem principalmente no sul do país, segundo Machado, isto se evidenciou pelo fato de, nas décadas de 80 e 90, a China produzir em larga escala as famosas “bugingangas” que dominaram o mercado mundial, e que as principais fábricas estão localizadas no sul do continente, na área voltada para o mar, e, por esta razão, um grande contingente populacional de emigrantes tem partido da China, especialmente dos portos de Hainan, Guandong, Fujian e Zhejiang (MACHADO, 2006).

Outros, desprovidos de capital, esperam encontrar a oportunidade de trabalhar como funcionários dos compatriotas nas galerias ou em atividades ligadas à presença crescente de chineses. São Paulo se tornou um destino promissor que estimula o imaginário do migrante chinês, especialmente quando alguém que tenha migrado acaba sugerindo essa opção pela migração internacional.

Na cidade do Rio de Janeiro, os chineses abriram seus comércios na região do Saara<sup>16</sup>, um centro de comércio popular repleto de *boxes*, onde a presença de diferentes grupos étnicos parece constituir a característica essencial da identidade cultural da região. É também a partir da década de 1960 que uma nova leva de imigrantes começa a chegar, mudando a paisagem urbana e o comércio local. Nesse período, a região recebe os primeiros chineses, no entanto, somente a partir da década de 1990, essa presença foi mais expressiva. A maioria desses chineses vinha de Taiwan e do Sul da China continental, e também de São Paulo (CUNHA; MELLO, 2005).

A chegada dessa última leva de imigrantes ao Saara foi vista como uma espécie de “invasão” e são compostos não apenas por mão-de-obra barata para compor a força de trabalho, mas igualmente por empreendedores que chegam com financiamento e recursos de mercadorias suficientes para iniciarem negócios nos locais de acolhida. Em razão de serem mais fechados e com dificuldades até mesmo no domínio do idioma português, apresentavam dificuldades em adaptar-se e relacionar-se com outras etnias. No entanto, isso não impediu que eles continuassem chegando em massa e, assim, “da noite para o dia”, os asiáticos passaram a ser o terceiro maior grupo étnico na SAARA (atrás apenas dos sírios, libaneses e judeus).

Seu modelo empresarial, de negócios familiares, organiza-se a partir de redes de solidariedade e fomentação financeira. Esse modelo econômico permitiu que os chineses chegassem ao Saara com financiamento, mão-de-obra e uma estrutura empresarial de extrema produtividade. As relações com fornecedores, por exemplo, também mediadas por redes, permitiu que adquirissem mercadorias a baixíssimo custo. Isso possibilitou aos asiáticos oferecer produtos extremamente baratos, em muitos casos, adotando práticas de *dumping*

---

<sup>16</sup> O termo “Saara” refere-se tanto a uma área de mercado, quanto à Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega (SAARA). É uma das mais tradicionais e dinâmicas áreas de comércio popular da cidade do Rio de Janeiro. Formado por 11 ruas, recebe diariamente grande número de pessoas provenientes das mais variadas regiões da cidade, atraídas pela diversidade de produtos oferecidos e pelo preço baixo das mercadorias. Originalmente ocupada por imigrantes na virada do século XIX para o século XX, essa região caracterizou-se pelo acolhimento de várias levadas de estrangeiros, todos voltados para as atividades do comércio, e que acabaram por fornecer-lhe uma feição peculiar (CUNHA; MELLO, 2005).

(venda de produtos por preços abaixo do custo, normalmente com intenção de aniquilar a concorrência) (CUNHA; MELLO, 2005).

Na cidade de Curitiba, os chineses são facilmente percebidos nos restaurantes e lanchonetes. Parecem que não se envolveram com o comércio de produtos importados. A hipótese para que isto tenha ocorrido, segundo Piza (2012), foi a não existência de um dispositivo comercial prévio que permitisse tal atividade. Os chineses, que lá chegaram, vieram do Paraguai, Moçambique, e um número relativamente expressivo de chineses, de outras partes do país, incluindo São Paulo. Quanto aos chineses que vieram do Paraguai, é importante destacar o papel da Ciudad del Este neste processo. A cidade paraguaia já foi um dos maiores centros comerciais do mundo, no ramo de “pequenos bens *made in China*”.

No contexto das revoluções e políticas restritivas imposta pelo regime comunista entre 1949 e 1975, as fronteiras se fecham na China, e é nesse momento em que acontecem as “migrações ilegais de chineses” que fugiam para Macau, Hong Kong, Taiwan e países próximos à China, essas restrições se intensificam mais ainda no período da Revolução Cultural de 1966 a 1976, onde a migração para o Brasil passa a ser marcada pela chegada de “refugiados”. E é nesse momento também que a passagem pelo Paraguai ganha notoriedade e engendra redes migratórias que vêm para o país vizinho e entram em território brasileiro comportando migrações a partir da China continental e de triangulações das diásporas interpolares (PIZA, 2012).

Nesse cenário, a Ciudad del Este se torna um tipo de “porta de entrada” para o Brasil, em Foz do Iguaçu. Na realidade, a inauguração da Ponte da Amizade entre Brasil e Paraguai, em 1975, despontou como um horizonte propício à atividade comercial, já que havia um caminho aberto numa fronteira internacional. Isto parece ter animado um circuito migratório de fluxos intermitentes desde a década de 1970, atrelado, coincidentemente, à circulação dos produtos chineses, especialmente de Taiwan, no circuito China-Paraguai-Brasil (MACHADO, 2006; 2008). Os chineses de Ciudad del Este vivem exclusivamente para o comércio, e praticamente todos não só trabalham em lojas, como também vendem o mesmo tipo de mercadoria. Mais uma vez, isso enseja uma das maiores características da diáspora chinesa na atualidade, segundo Troillet (2000) e MaMung (2000), que analisaram profundamente a diáspora, onde, no desenvolvimento do pequeno comércio, as esferas da casa, do lazer e da loja se confundem (MACHADO, 2006).

Seguindo a tendência nacional, na Região Nordeste, a presença dos chineses é bem significativa, onde as estimativas apontam uma população de 9 a 10 mil chineses. Fazendo um

comparativo (Tabela 01), entre os anos de 2010 e 2014, podemos perceber que a região Nordeste teve o segundo maior número de imigrantes nesse período.

Tabela 01: Número dos Imigrantes chineses por região no período de 2010 a 2014

Região	Número de imigrantes	Percentual (%)
Sudeste	30.213	80,7
Nordeste	2.682	7,2
Sul	2650	7,1
Norte	965	2,6
Centro-Oeste	907	2,4
Total	37.417	100,0

Fonte: Amorim; Oliveira; Fernandes (2016, p. 17).

Falaremos brevemente do caso de Pernambuco, onde há um dos maiores números de chineses na região Nordeste, baseado no trabalho de Marcos Araújo Silva (2008)<sup>17</sup>, que fez um estudo sobre a diáspora chinesa para o estado. Segundo ele, os fluxos migratórios foram alimentados, principalmente, por remigrações nas décadas de 1950, 1970 e 1990 até os dias de hoje (seguindo uma tendência ocorrida no resto do país, formada por três levas de imigrantes) por chineses instalados primeiro em São Paulo. Mas, além do fluxo vindo de São Paulo, houve migrações diretas da China e também migrações interpolares vindo do Paraguai e Taiwan. Estes fluxos se intensificaram pelas possibilidades de enriquecimento, especialmente nos restaurantes e pastelarias, ou expansão de seus negócios já existentes, e ainda para fugir da enorme concorrência no estado de São Paulo, seguindo uma tendência das diásporas chinesas mais recentes em redes transnacionais de comércio chinês, aproveitando um circuito de cidades estratégicas no Brasil, no Paraguai e na China (SILVA, 2008).

O autor salienta que a terceira fase migratória (1990), além de possuir as características das duas anteriores (sobretudo, o processo de consolidação das redes transnacionais de comércio chinês, através de parte de seus representantes), passaram a atuar não apenas na intermediação das mercadorias, mas tentaram controlar inúmeros trajetos de produção, distribuição e venda dos produtos chineses. Outros dois aspectos desta última fase são a transitoriedade ou mobilidade de parte significativa dos seus integrantes, e a atuação de membros da segunda geração maximizando oportunidades e vantagens, a partir, por exemplo, de seus domínios de idiomas e ecletismos culturais. Silva (2008) ressalta ainda que dentro do contingente dos que vieram se aventurar, nesse terceiro momento, há pequenos grupos que

<sup>17</sup> Há diversos trabalhos sobre imigrantes chineses em praticamente todos os estados nordestinos, no entanto o estudo de Silva (2008) é uma pesquisa mais aprofundada tratando especificamente da diáspora chinesa e por se tratar também de uma das mais importantes diásporas no Nordeste.

procuraram desenvolver pesquisas em universidades brasileiras, trabalhar em clínicas de medicina chinesa ou se tornar funcionários e chefes de cozinha em restaurantes especializados em culinária chinesa.

De modo similar ao que aconteceu nas cidades acima citadas (São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba), e resguardadas as devidas proporções e especificidades, o comércio de confecções e produtos importados da China abrigou-se no centro de Recife (abrangendo os Bairros de São José, Santo Antônio e Boa Vista), na Feira dos Importados (ou Feira do Paraguai) e na Feira da Sulanca, ambas no centro da cidade de Caruaru<sup>18</sup>. No ano de 2007, Silva (2008) contabilizou 52 estabelecimentos no centro de Recife e 15 pontos comerciais em Caruaru, que contavam com a presença de imigrantes chineses trabalhando e/ou gerenciando as atividades.

Nessas regiões de livre comércio, a oferta de produtos importados por preço muito baixos por parte dos chineses inviabilizava em muitos casos a continuidade de uma concorrência por parte dos comerciantes brasileiros, que coincidia com a oportunidade dos chineses adquirirem pontos comerciais de proprietários endividados. A partir da década de 1990, algumas ruas do Bairro de São José começam a ficar visivelmente “chinesas” e a serem identificadas, em termos étnicos, pela presença de integrantes deste grupo.

Com base na análise da diáspora chinesa no Brasil, através dos estudos acima apresentados, inferimos pelo menos duas características comuns. A primeira parece estar na difusão do circuito migratório por imitação do sucesso dos comerciantes chineses em outras cidades, que na tentativa de buscar novos mercados consumidores, faz a diáspora chinesa alcançar lugares onde não há redes migrantes precedentes locais. Tudo sugere que, na maior parte desses casos, a típica inserção de determinadas atividades econômicas da migração (restaurantes pastelarias, lojas de artigos de importação, armazéns etc.) em um determinado espaço de comércio popular pré-existente à esta seja determinante no modo de inserção socioeconômico dos chineses.

A segunda característica, refere-se à etnografia da pesquisa ensejada nas diferentes receptividades no contato com chineses, marcadas pela recusa para falar e conversar, fundamentadas em falta de tempo, cansaço, dificuldade em falar o idioma local, ou, às vezes, nem sequer justificadas. Estas recusas pareciam provir de uma nítida desconfiança,

---

<sup>18</sup> A feira de Caruaru acontece há mais de três séculos. É um centro comercial dos mais variados tipos de produtos e um ponto de convergência de diversas cidades do Nordeste, chegando a atender, em média, mais de 40 mil pessoas por feira (SILVA, 2008).

concatenada à ideia de que suas vidas poderiam estar sofrendo fiscalizações governamentais ou similares.

Embora outros perfis de migrantes chineses não tenham sido aqui trabalhados, entendemos que as recentes diásporas (ou não diásporas) chinesas não são exclusivamente comerciais (restaurantes, lojas de variedades, pastelarias), há evidências de outros empreendimentos no Brasil. Mas nossa discussão destaca como a tendência da recente migração para São Paulo e outros estados se inserem nas diásporas que aproveitam as oportunidades comerciais ao redor do mundo. Portanto, as pesquisas aqui descritas (CUNHA e MELLO, 2005; MACHADO, 2006; SILVA, 2008 e PIZA, 2012) objetivaram servir de análise comparativa para a realidade teresinense, adotando o termo “diáspora chinesa” como uma categoria de análise, conforme veremos mais à frente.

## **2.5 Identidade, hibridismo e etnicidade: Apontamentos para a compreensão da comunidade chinesa dispersa**

A discussão sobre identidade, hibridismos, etnicidade entre os estudos sobre migrações – aqui internacional –, é bastante recorrente, em especial na sociologia, mas a geografia (autores como MASSEY, 2000; ANA FANI, 1996; SAQUET e MONDARDO, 2008; HAESBAERT, 2001), cada vez mais, tem voltado sua atenção para a discussão, sobretudo, fazendo uma abordagem relacional e multidimensional com o território e territorialidades. Neste sentido, entendemos que as múltiplas relações, entrelaçadas pelas múltiplas escalas geográficas e portadoras de multiterritorialidades, construídas na intersecção entre escalas espaciais e temporais, pode ser pensado para as múltiplas identidades e hibridismos que se inventam e se formam no interior de cada nação. Em outras palavras, o membro da diáspora carrega o “fardo” do tempo e do espaço deixados, que acabam participando, mais ou menos, da construção do novo lugar (GOETTERT, 2010).

Como visto, a palavra “diáspora” tem ganhado um novo significado, diretamente ligado a situações de migração internacional, principalmente quando se verifica existir um forte sentimento de pertença das comunidades imigradas em relação ao seu país de origem e às raízes culturais ancestrais. Nesta perspectiva,

entende-se que é inevitável uma crescente ‘polinização cruzada’ de indivíduos que, tendo nascido num dado país e região do mundo, são transportados como se tivessem sido levados pelos ventos para muitas distintas paragens, onde irão talvez criar raízes, florir e reproduzir-se em novos indivíduos — mas tendo, entretanto,

levado a essas novas terras uma marca da sua personalidade cultural originária (NEVES; TRINDADE, 2008, p. 171).

Encontramos, atualmente, a confluência de grupos de pessoas portadoras de culturas diversas em todas as grandes metrópoles de países receptores de migrantes e que, tipicamente, acolhem percentagens muito significativas de indivíduos de diversas proveniências as quais são facilmente detectáveis em razão de claras diferenças de fenótipo ou de comportamento. Verificamos ainda, em quase todas as regiões e países do globo, a coexistência cotidiana de diversas comunidades com origens étnicas e culturais distintas, que terão de modelar os seus comportamentos e atitudes no sentido de poderem constituir, no seu conjunto, uma sociedade que, muito embora seja multicultural, não poderá abdicar de suas particularidades.

Neste sentido, as diásporas, caracterizadas por uma forte identidade cultural e a manutenção de laços com o país de origem, são importantes para a análise – na perspectiva dos três apontamentos – da estrutura, estratégia e funcionalidade da atuação da comunidade chinesa (seja nos negócios, vivências ou através das redes) no Brasil e, particularmente, em Teresina, enquanto estudo de caso para a compreensão das novas territorialidades chinesas.

Conforme dito no início deste tópico, um dos processos sociais contemporâneos que dá maior relevância ao estudo da dimensão cultural (identidade, hibridismo, etnicidade etc.), é aquele que envolve a dinâmica migratória internacional<sup>19</sup> cada vez mais destacada no cenário mundial globalizado, especialmente de grupos étnicos diferentes, e que (a migração internacional) está condicionada à existência de Estados-Nações. Conforme Goettert (2010, p. 23), “os Estados-nações são processos de afirmações nacionais, assim como as identidades nacionais são processos de identificação do que é ser nacional. A construção da diferença, vivida e sentida na migração, é parte desse processo”. Ele se materializa, também, na construção de uma cultura nacional, de sentimento nacional, de uma estética nacional, de uma língua nacional, de um conjunto de jeitos nacionais que tendem a balizar o ser nacional.

No entanto, a partir das transformações que ocorreram com a sociedade moderna e pós-moderna, através do tempo e do espaço, a identidade não pode mais ser relacionada exclusivamente ao Estado-Nação, pois esta relação é muito restrita ao potencial de compreensão nos estudos culturais e políticos. Portanto, o processo de constituição identitária de um grupo ou indivíduo é sempre de caráter relacional. Ocorre, por isso mesmo, a partir da

---

<sup>19</sup> As migrações internacionais se iniciam com a consolidação dos Estados-nações, que se constituíram como o fundamento do modo de produção capitalista e da divisão internacional do trabalho. Por isso, na análise de Hervé Le Brás (2000), o Estado-nação, também, é a “invenção das populações” que inventam as nações, que inventam o nacional, que por sua vez inventam o estrangeiro. Já para Foucault (2008), elas são a “governamentalidade”, que é, sobretudo, a administração sobre a população, isto é, a garantia-controle social do Estado, tanto do país de origem, como do país de imigração.

relação entre os que de algum modo são classificados e re-conhecidos como semelhantes e os “outros”. As identidades, pelo viés antropológico e/ou sociológico, são construídas historicamente pelos sujeitos na relação e interação espaço-temporal com a alteridade, com o Outro.

A identidade territorial (identidades territoriais) é intercalada por várias outras e seu conteúdo simbólico pode, às vezes, mudar rapidamente no tempo. Ela nunca pode ser vista como unitária. Para Haesbaert (2001), os territórios e as fronteiras são fundamentais para a construção das identidades, onde a alteridade fica, muitas vezes, condicionada a um determinado limite físico de reprodução dos grupos sociais. No entanto, ele ressalta que, não é propriamente o espaço que forma uma identidade, mas a força política e cultural dos grupos sociais que nele se reproduzem e sua capacidade de produzir uma determinada escala de identidade, territorialmente mediada.

Por meio de suas pesquisas, Mondardo (2009) afirma que as identidades nacionais são específicas e estão localizadas em algum ponto do tempo através de antecedentes históricos, pois os povos tentam reafirmar as suas identidades que foram, de alguma forma, perdidas, podendo estar produzindo outras identidades. Assim, a redescoberta do passado faz parte do processo de construção da identidade de certo grupo social, que pode ter um caráter mais ou menos duradouro, dependendo das condições de vida de cada grupo social. Neste sentido, a contestação no presente busca justificar a criação de identidades nacionais evocando origens, mitologias e fronteiras do passado. A partir desta construção, pensaremos sobre as afirmações e o senso de pertencimento dos chineses, mais ou menos intensos, com seu Estado-nação e as negociações da identidade nacional (novas identidades) no país de acolhimento, regida pela alteridade.

A discussão sobre identidade na contemporaneidade tem se caracterizado pelo descentramento, pelo sujeito fragmentado. Stuart Hall (2006) aponta três contextos históricos que foram decisivos para formação do processo de definição identitária. O primeiro contexto refere-se ao período de afirmação do ideário iluminista, que baseava-se na concepção da pessoa humana, *o sujeito do iluminismo* como indivíduo “centrado totalmente”, “unificado”, e permanecendo o mesmo “linear” e “idêntico” ao longo da existência do sujeito. A concepção de identidade do “sujeito do Iluminismo” se desfaz, dando “lugar” ao conceito de identidade do “sujeito sociológico” frente às complexas transformações ocorridas/estabelecidas no mundo moderno. O sujeito sociológico, foi tomado de forma monolítica, subjugando diferenças, ignorando abismo entre indivíduo e sociedade, ou seja, surgiu do pressuposto da

“eliminação” e/ou supressão da diferença, o que é particular nas análises, e dando lugar a uma “co-habitação” tensa da diferença e da unidade

A globalização, no contexto da pós-modernidade, tomada como movimento homogeneizador e desestabilizador, fez com que se reforçasse um discurso oposto ao “sujeito sociológico”, o da diferença. A nossa experiência espaço/temporal, parecendo solidamente determinada, “desfez-se no ar”, fragmentando os sujeitos e suas respectivas identidades, criando a identidade do sujeito pós-moderno. Stuart Hall constrói este terceiro processo de definição de identidade, a partir do questionamento (dúvida) sobre as culturas nacionais<sup>20</sup> e as identidades nacionais construídas por elas realmente são unificadas e unificadoras da ideia de pertencimento, pois, para ele, “em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade” (HALL, 2006, p. 62).

As culturas e identidades nacionais são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas (étnicas e raciais). Elas não são capazes de subordinar essencialmente todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdade e de diferenças sobrepostas. Portanto, Hall (2006) considera que, para discutir sobre o deslocamento e descentramento das identidades nacionais, é preciso ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para unir as diferenças internas numa única identidade, levando em consideração o caráter globalizante da modernidade, pois “as nações modernas são, todas, híbridos culturais” (HALL, 2006, p. 63).

A partir destas considerações, Hall (2006, p. 69) aponta três processos como consequência da globalização sobre a formação das identidades culturais:

- As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”.
- As identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização.
- As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades – híbridas – estão tomando seu lugar.

---

<sup>20</sup> Conforme Hall (2006, p. 51), as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentimentos que influencia e organiza tanto nossas ações, quanto concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, constroem identidades. As identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. A identidade nacional é uma “comunidade imaginada”, baseada em três conceitos: as memórias do passado, o desejo por viver em conjunto e a perpetuação da herança.

As identidades nacionais estão em toda parte, sendo relativizadas pelo impacto da compressão espaço-tempo<sup>21</sup>. Um impressionante exemplo desse processo, segundo Hall, é o fenômeno da migração (internacional). O movimento para fora (de mercadorias, de imagens, de informações) tem uma correspondência num enorme movimento de pessoas das periferias para o centro (também periferia/periferia ou países emergentes), impulsionadas pelos mais diversos motivos. Tem havido migrações contínuas e de grande escala, legais e “ilegais”, bem como grande número de “migrantes econômicos” e de refugiados políticos do sudeste asiático e do extremo oriente, por exemplo. “A formação de ‘enclaves’ étnicos minoritários no interior dos estados-nação do Ocidente levou a uma pluralização de culturas nacionais e de identidades nacionais” (HALL, 2006, p. 83).

Portanto, o que o autor intenciona, com o debate sobre globalização e seu efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e “fechadas” de uma cultura nacional, é traduzir um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais plurais e diversas, menos fixas e unificadas. Em toda parte, estão surgindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em trânsito, que são produtos e produtores de misturas culturais, cada vez mais comuns num mundo globalizado.

Para descrever aquelas formações de identidade que atravessam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersas de sua terra natal, Hall recorre ao conceito da tradução, pois, segundo ele, se refere às pessoas que retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas se veem obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas são, irrevogavelmente, produto de várias histórias e culturas interconectadas, portanto, pertencentes a culturas híbridas (HALL, 2006).

Desse modo, as identidades não são nunca unificadas, o que pressupõe sua negociação. E como consequência dessa negociação, aciona diferentes posições de identidade e se identifica com elas. A ideia do processo de negociação de identidades está presente em Homi Bhabha (1998, p. 20), “a articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais”.

---

<sup>21</sup> O argumento de David Harvey (1989), sobre “compressão espaço-tempo”, baliza também o entendimento de Hall (2006) para o impacto da globalização sobre as identidades nacionais, pois esta expressão faz referência à aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância. Ainda, segundo Harvey, os lugares permanecem fixos, é neles que temos raízes. Entretanto, o espaço pode ser cruzado em um piscar de olhos, por avião, telefone ou satélite.

No caso dos estudos sobre imigração no Brasil, esta ideia tem sido utilizada há décadas. O historiador Jeffrey Lesser fez um estudo sobre o processo de inserção de imigrantes na sociedade, economia e política brasileira, a partir da categoria “negociação”.

O sentimento de serem diferentes e, mesmo assim, semelhantes era particularmente visível entre os não-europeus, que tinham mais a ganhar abraçando tanto uma nacionalidade brasileira uniforme, tal como imaginada, quanto suas novas etnias pós-migratórias. Essas identidades eram múltiplas e muitas vezes contraditórias, e os símbolos disponíveis para serem usados e re-trabalhados estavam em constante fluxo (LASSER, 2001, p. 19)

Neste sentido, as estratégias individuais e coletivas, acionadas pelos imigrantes como negociação de identidades, funcionaram como mecanismos de capitalização cultural, política e social (ENNES, 2010). Partindo deste contexto, e retomando a discussão da articulação e intersecção culturais promovidos pelo encontro de indivíduos e grupos diferentes entre si, destacamos outro termo, a noção de “entre lugares”, desenvolvido por Bhabha (1998). Este termo também lança luz sobre a ideia de descentramento das identidades, no caso dos processos migratórios. O autor trabalha com a criação de um espaço cultural híbrido, dando ênfase à sobreposição cultural e ao deslocamento como o espaço da produção das identidades. Neste encontro, o autor propõe a ideia de “fronteiras da diferença cultural”, como local das relações entre/interculturais. Seria, assim, uma zona híbrida da diferença cultural, tanto da possibilidade do consenso, quanto do conflito dos sujeitos envolvidos na negociação.

Para Hall (2003), o hibridismo ou as culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos, produzidos pelas novas diásporas, criadas pelas migrações pós-coloniais na era da modernidade tardia. O autor salienta, no entanto, que o termo “hibridismo” não é uma referência à composição racial mista de uma população, bem como a indivíduos híbridos, que podem ser contratados com os “tradicionais” e “modernos” como sujeitos plenamente formados. Na realidade, “trata-se de um processo de tradução cultural, agnóstica, uma vez que nunca se completa, que permanece em sua indecibilidade” (HALL, 2003, p. 74).

Depreende-se, ainda, a partir do autor, que em condições diaspóricas as pessoas geralmente são obrigadas a adotar posições de identificação deslocadas, múltiplas e hifenizadas (negro-e-britânico ou asiático-britânico), por exemplo, sino-brasileiro ou “sino-teresinense”, no nosso caso em estudo. Eles devem, pois, aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, e a traduzir e a negociar entre elas. (HALL, 2003, 2006). Acrescenta ainda, citando Home Bhabha (1998), que o significado para hibridismo

não é simplesmente a apropriação ou adaptação; é um processo através do qual se demanda das culturas uma revisão de seus próprios sistemas de referências, normas e valores, pelo distanciamento de suas regras habituais ou ‘inerentes’ de transformação, [...] momento ambíguo e ansioso de transição, que acompanha nervosamente qualquer modo de transformação social, sem a promessa de um fechamento celebrativo ou transcendência das condições complexas e até conflituosas que acompanham o processo [...] (HALL, 2003, p. 75).

A discussão sobre hibridismo, segundo Haesbaert (2008), gira em torno da questão da produção da diferença e das identidades numa perspectiva, em geral, “pós-estruturalista”, relacionada à dimensão cultural dos processos que produzem nossas multiterritorialidades, ou seja, a hibridização implicaria, portanto, a princípio, territórios múltiplos, “territórios híbridos”. Neste sentido, conforme o autor,

dentro de uma mobilidade crescente [...], o mais comum é que indivíduos e grupos sociais desenvolvam, concomitantemente, vínculos identitários com mais de um território ou com territórios de características muito mais híbridas, ‘multiterritorializando-se’ cada vez mais (HAESBAERT, 2008, p. 408).

Esta dinâmica faz de “nosso lugar” uma interseção de influências de vários “outros lugares” do mundo (MASSEY, 2000). Para Haesbaert, o discurso do hibridismo se constitui como uma das alternativas propostas mais adequadas para se debater teoricamente esta nova complexidade de um espaço-tempo muito mais “móvel” e múltiplo. No entanto, para o autor, o assunto não tem passado sem uma discussão, pois carrega suas limitações, tanto a nível epistemológico quanto político. Para ele, o hibridismo não é uma prerrogativa exclusiva do mundo moderno (muitos autores afirmam isso), uma vez que as sociedades tradicionais também foram marcadas por cruzamentos de identidades, isto é, não eram sociedades puramente “etnizadas” ou mono-identitárias totalmente exclusivas. Outra questão é sobre seu aspecto teórico-conceitual, ou seja, saber se o termo é realmente capaz de proporcionar respostas e de “produzir” realidades. Porém, ressalta que não devemos abrir mão de nossos desejos e nossas deduções sobre o que seria ‘melhor’ para analisar a realidade tão complexa. Portanto, para todos os autores trabalhados neste tópico, as grandes diásporas de imigrantes se constituem em uma das expressões mais bem acabadas e definidas do fenômeno do hibridismo.

Finalmente, nesta breve exposição sobre os apontamentos que nos propomos discutir para compreendermos a comunidade chinesa dispersa, temos a etnicidade. O termo está bastante associado aos conceitos de negociação, hibridismo e identidade. O núcleo do conceito de identidade étnica está no fato de ela ser contrastiva. Isto significa dizer que é por contato ou através de interações espaciais que uma pessoa ou grupo se identifica como tal e passa a visualizar o “outro” de forma etnocêntrica. Hall (2003) vê a etnicidade como um

discurso em que a diferença está fundada, além das diferenças culturais e religiosas, no referencial biológico que privilegia marcadores como a cor da pele e outros traços externos.

Por razões étnicas e por serem culturalmente diferentes, os grupos minoritários são estigmatizados e marcados por estereótipos. Neste sentido, a articulação da diferença cultural com o biológico e/ou genético está presente no discurso da etnia. Ao referir-se ao aspecto físico e da diferença cultural da etnia, Hall (2003, p. 70) faz a seguinte consideração:

Quanto maior a relevância da ‘etnicidade’, mais as suas características são representadas como relativamente fixas, inerentes ao grupo, tramitadas de geração em geração não apenas pela cultura e a educação, mas também pela herança biológica, inscrita no corpo e estabilizada, sobretudo, pelo parentesco e pelas regras do matrimônio endógamo, que garantem ao grupo étnico a manutenção de sua ‘pureza’ genética e, portanto, cultural.

Podemos perceber a “diferença etnográfica” no sotaque em “português-mandarim”, por exemplo, assim como nos traços fisionômicos, ou no comer, no vestir ou sorrir, que tendem a marcar a divisão (etnicidade) entre os nacionais e os estrangeiros. Os contatos, vivências e experiências também indicam diferenças, tensões, mal-entendidos e o movimento mesmo dos pré-conceitos, da imagem e representações sobre o outro em seu duplo sentido: enquanto país e enquanto sujeito. Assim, Lesser (2001), no estudo de caso acerca de imigrantes no Brasil, refere-se às etnicidades como processos de negociação das identidades (“brasileiros” ou “estrangeiros”) que são acionadas de acordo com as relações nos quais se inserem, isto é, a convivência com indivíduos e grupos de origens étnicas não representa uma ruptura com a origem, mas um rearranjo de modo a contemplar, ao mesmo tempo, elementos das identidades dos grupos com os quais se relacionam (ENNES, 2010).

O termo “comunidade” se refere às chamadas “minorias étnicas” que formam comunidades culturais fortemente marcadas e mantêm costumes e práticas sociais distintas no cotidiano, sobretudo no contexto familiar e doméstico. Os laços de continuidade com seus locais de origem continuam a existir. Hall (2003), que fez um estudo etnográfico sobre diáspora caribenha na Grã-Bretanha, considera, também, que as comunidades asiáticas (portanto, chinesa) possuem tais características.

Os asiáticos (chineses) são tratados como um grupo único. Porém, mesmo compartilhando alguns traços culturais, eles pertencem a grupos étnicos, religiosos e linguísticos diferenciados (como já visto anteriormente). São comunidades étnicas e racialmente miscigenadas. São assim descritas:

As comunidades asiáticas [...] são étnicas por natureza, isto é, são fisicamente diferenciáveis, ligadas por laços sociais derivados de costumes, línguas e práticas

intermatrimoniais compartilhadas; possuem histórias, memórias coletivas, origens geográficas, visões de mundo e modos de organização social próprios. Contudo, [...] em cada família, marido e mulher, pais e filhos, irmãos e irmãs estão tento que renegociar e redefinir seus padrões de relacionamento, de acordo com seus valores tradicionais e com aqueles característicos do país adotado (PAREKH, 1991, apud, HALL, 2003, p. 67).

Certamente a comunidade chinesa não está emparedada em uma tradição imutável. Como ocorre na maioria das diásporas, o mesmo acontece com a chinesa, as tradições variam de acordo com a pessoa e constantemente são revisadas e transformadas em resposta às experiências migratórias. Há uma considerável variação tanto em termos de compromisso quanto de prática entre as diferentes comunidades, entre as distintas nacionalidades e grupos linguísticos. Jovens de todas as comunidades expressam certa fidelidade às tradições de origem, ao mesmo tempo em que demonstram um declínio visível em sua prática concreta. Na realidade, se tornaram “comunidades cosmopolitas”, com nova configuração cultural, marcadas por amplos processos de transculturação, transformando muitas cidades em metrópoles multiculturais (HALL, 2003).

Entre os estudos que tratam sobre as identidades culturais, aqueles realizados com chineses no sudeste da Ásia, em particular, demonstram que eles adotam várias estratégias para lidar com sua identidade diaspórica. O princípio de que eles decidiram sobre suas identidades depende principalmente do equilíbrio entre eles como um grupo étnico e as relações sócio-políticas com o país de acolhimento. Em seu trabalho, Jia Gao (2009) argumenta que as identidades dos chineses ultramarinos são formações instáveis constituídas dentro das redes de relações de poder. Com base nesse entendimento, ele acredita que os chineses no exterior têm sua própria "terceira cultura", que não é nem puramente chinesa nem essencialmente estrangeira, mas móvel.

Neste sentido, é preciso considerar a multiplicidade da China tanto na política, na cultura e na economia, pois as “várias Chinas” (China Continental, Hong kong, Taiwan) trazem à tona a discussão da perspectiva de como ser chinês, como se manter chinês ou como se tornar chinês. Esta forma de ser “chinês”, Hall (2006) refere-se como as culturas nacionais formadoras das identidades nacionais, ou seja, nós só sabemos o que significa ser “chinês” devido ao modo como a “chinesidade” veio a ser representada como um conjunto de significado pela cultura chinesa. A nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentimentos, um sistema de representação cultural.

Na tentativa de abarcar uma identidade que pudesse ser comum a todos os chineses, foi criado o termo “China Cultural”, que indica a emergência de um conhecimento comum, acima da política de Estado. O senso de pertencimento à civilização chinesa sempre esteve

fortemente presente, além da força de atração da terra de origem, pelas suas incríveis dimensões físicas, sua longa história e o peso numérico de sua população. Tudo isso foi fundamental para a construção psico-cultural da diáspora chinesa. Para Hall (2006, p. 51), “esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas”.

A figura do Estado chinês, também, exerce grande influência na formação da identidade dos chineses dispersos, fornecendo recursos simbólicos necessários para construção da “China Cultural”, pois alimenta a esperança do retorno à “casa” e de serem reconhecidos pela terra natal para onde enviam seus filhos para uma educação chinesa. A China é reconhecida como o centro cultural imaginado, ou seja, o país central. No entanto, esta visão não é unânime ou não tem sido incorporada de modo uniforme pelos chineses no estrangeiro. Os desastres, calamidades, conflitos ocorridos na China, contextualizam o sentido do caráter chinês de uma nova estrutura simbólica. Isso desperta em muitos chineses migrantes o sentimento de desenraizamento, frustração, alienação e desamparo, o que tem marcado e caracterizado a psique coletiva dos chineses modernos.

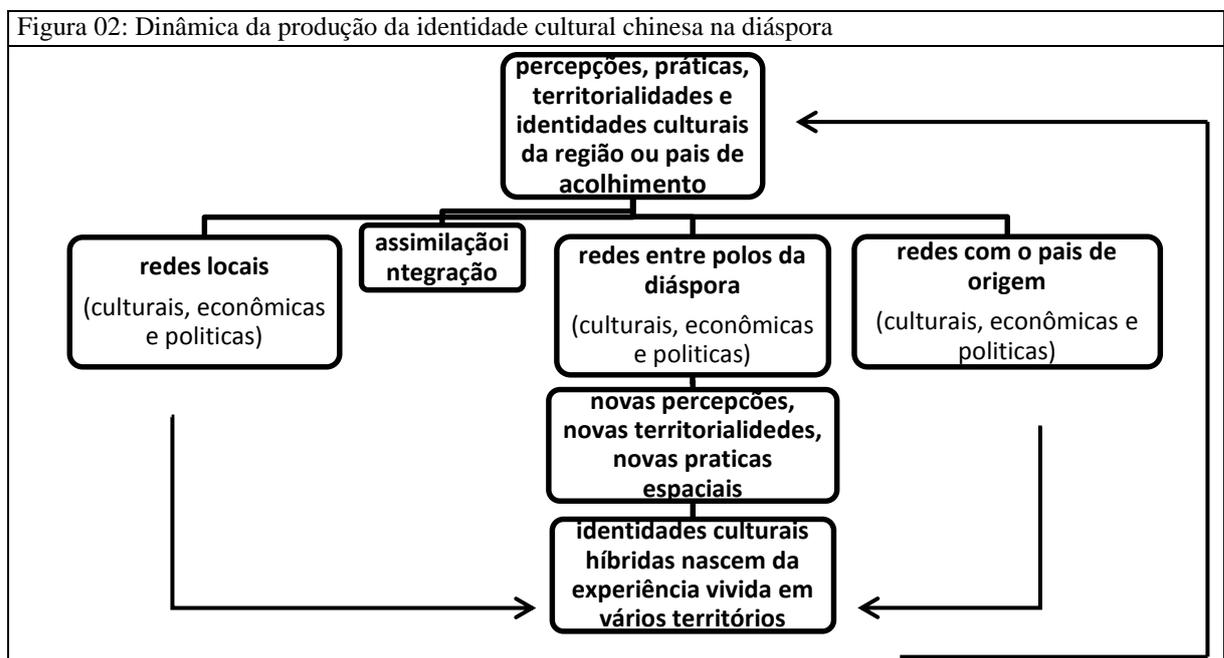
Isso nos faz retornar ao questionamento de Hall (2006) sobre a problemática da eficácia das culturas nacionais em manter as identidades nacionais de modo unificado e centrado, no contexto da globalização. No tempo em que as nações modernas são todas híbridas culturalmente e as identidades nacionais tendem a se sobrepor a outras fontes de identificação cultural, a China que evoca consciência histórica, continuidade cultural, centralismo e enraizamento, já parece um eco distante.

Não importa quão diferente seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural pra representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. Mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural? Essa ideia está sujeita à dúvida, por várias razões. Uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica (HALL, 2006, p. 59-60).

A identidade chinesa, que sofreu diversas modificações no ocidente desde meados século XX, está sendo reformulada em termos dos elementos ininterruptos da cultura chinesa. Elementos como a globalização, a disseminação da informação e da mobilidade de pessoas e mercadorias tem contribuído muito para estas modificações. Neste contexto, muitos indivíduos na diáspora são levados a negociar suas identidades culturais. Apesar da adaptação aos estilos ocidentais, Wenjing (2005) mostra que os chineses estão orgulhosos de suas origens e que a identidade chinesa é ainda mais evidenciada quando os habitantes dos países

de acolhimento os percebem como estrangeiros. Vistas anteriormente, as três consequências da globalização, apontadas por Hall (2006), sobre a identidade cultural, também são encontradas no caso da diáspora chinesa.

Assim, a redefinição dos padrões estabelecidos pela identidade nacional, a diversidade cultural, o fortalecimento das identidades locais e a produção de novas identidades, são elementos que confirmam a representação sintética da dinâmica da identidade chinesa. A figura 02 sugerida, a seguir, adaptada da obra de Joy Raynaud (2011), mostra como se processa a negociação da identidade chinesa na diáspora. Avaliamos neste sentido, que a produção identitária chinesa em Teresina pode ser entendida a partir das estratégias de negociações socioespaciais e das relações dialógicas presentes nos processos identitários, que permitem considerar que há vários sentidos, que se constroem, segundo Raffestin (1993), a partir de uma tríade que envolve as relações sociais internas dos indivíduos dentro do seu grupo cultural; as relações entre os indivíduos e o seu espaço ocupado e a convivência dos indivíduos com a alteridade dos demais grupos culturais.



Fonte: Adaptado de Raynaud (2011, p.12).

Isso mostra que novas percepções trazidas pela globalização permitem a emergência de novas identidades culturais híbridas, produzidas pela experiência vivenciada em vários territórios. Portanto, a negociação de diferentes valores e práticas culturais leva a uma identidade cultural fragmentada e híbrida, pois identidade cultural não é inata, ela expressa

uma herança ou transmissão cultural aprendida por cada indivíduo, embora as raízes desta identidade sejam geralmente construídas sobre uma base tradicional (RAYNAUD, 2011).

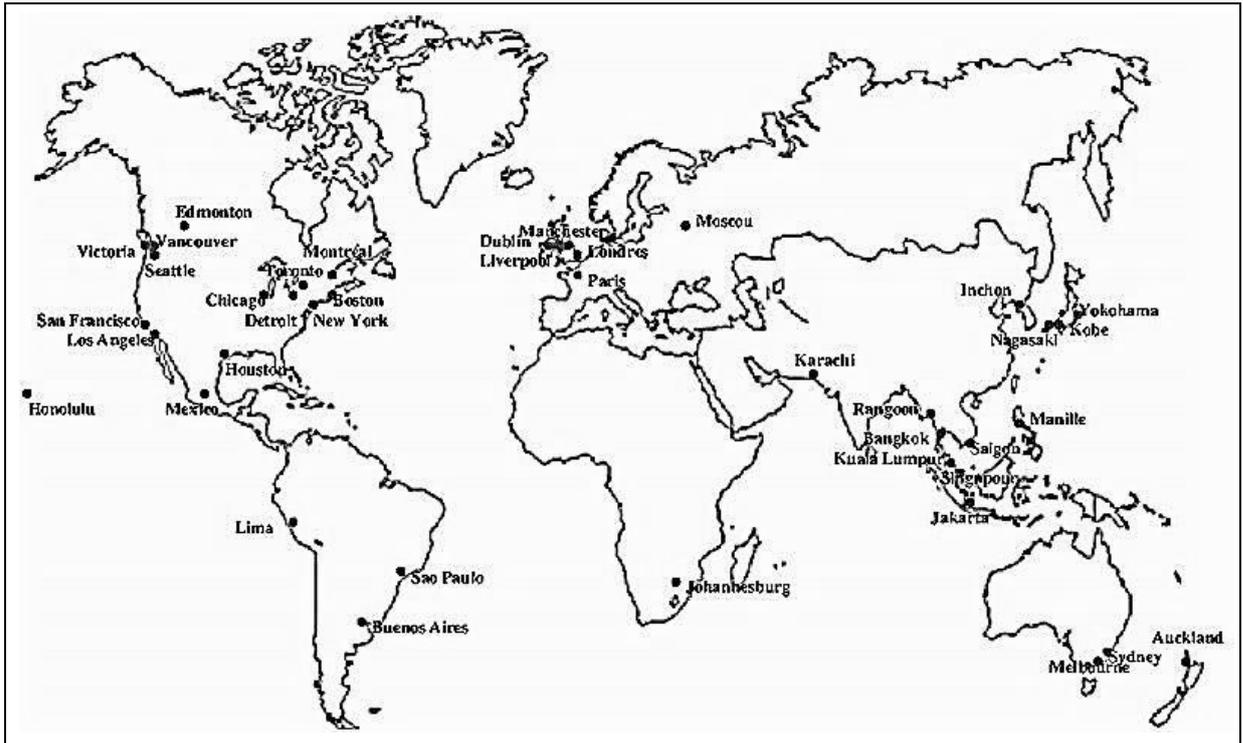
Como resultados das novas práticas espaciais, relacionadas às experiências vividas nos vários territórios de dispersão, os chineses deram origem às famosas *Chinatowns*, sendo consideradas no espaço urbano como “paisagem cultural especial”<sup>22</sup>. A paisagem cultural é formada a partir da paisagem natural por um grupo cultural. Cultura é o agente, a natureza o meio, a paisagem cultural é o resultado. Portanto, a paisagem cultural não pode ser restrita à ação combinada do homem e da natureza, mas deve ser expandida para o desenvolvimento mais amplo de interação entre “homem e seu ambiente”. Deste ponto de vista, a *Chinatown* se destaca como uma “paisagem cultural especial”. Esta peculiaridade é expressa pelo seu ambiente urbano e social e não pelo seu ambiente natural. A característica mais notável de uma *Chinatown*, como uma paisagem cultural, é a identidade coletiva do grupo imigrante. Desta forma, os chineses no exterior traçam sua identidade coletiva na paisagem urbana moderna das sociedades nacionais e de acolhimento (LIU, 2013).

O que vem a ser, então, uma *Chinatown*? O pesquisador Yue Liu (2013) refere-se ao termo como sendo uma área onde a presença de chineses é dominante. Segundo ele, a *Chinatown* na América do Norte é caracterizada por uma concentração de chineses e de atividades econômicas em um ou mais blocos da cidade, que forma um único componente do tecido urbano. Basicamente, é uma comunidade Oriental idiossincrática em meio a um ambiente urbano ocidental. Em suma, *Chinatown* é conceituada como um “gueto”, “enclave étnico” ou uma “colônia Oriental no Ocidente”. No entanto, estes termos unidimensionais obscurecem a cultura e a experiência de vida migratória de imigrantes chineses.

Hoje, esses tipos de associações estão diversificando suas funções e destinam-se a desenvolver os assuntos econômicos e redes relacionais: resolver problemas e conflitos intra-comunitárias, integrar os recém-chegados mais rapidamente à sociedade acolhedora, dando aulas de línguas, assistência jurídica e social, interpretação, etc. Segundo os estudos de Yue Liu (2013), as *Chinatowns* estão espalhadas por todo o mundo, conforme a Mapa 07 a seguir.

Mapa 07: Maiores Chinatowns do mundo

<sup>22</sup> O geógrafo americano Carl Sauer é considerado a primeira pessoa que introduziu esse termo, em 1925. Desde então, durante a década de 1980, esta definição tem permanecido ampla e ambígua. Corrêa e Rosendahl (1998, p.9) indicam que, para Sauer, “a paisagem geográfica é vista como um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área, e analisada morfológicamente, vendo-se a integração das formas entre si e o caráter orgânico ou quase orgânico delas. O tempo é uma variável fundamental. A paisagem cultural ou geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural”.



Fonte: Liu (2013, p.7).

Estas organizações foram estabelecidas para ajudar os imigrantes a se protegerem contra a discriminação local e reunirem-se em lugares seguros. Para os recém-chegados, essas organizações ajudam-os a instalarem-se, permitindo-lhes encontrar rapidamente alojamento e um primeiro emprego. Portanto, a *Chinatown* pode assumir variadas formas na paisagem urbana, considerando a dinâmica de integração e desenvolvimento na sociedade receptora. Eles também ajudam a manter e fortalecer a identidade da comunidade pela gestão escolar em chinês, construir e manter lugares de culto (templos budistas, taoístas e confucionistas, igrejas católicas e chinesas), organizar festas, especialmente o ano novo chinês, e liderar as atividades etno-cultural etc.

Essas atividades representam a identidade da diáspora chinesa no ambiente urbano do país anfitrião e reforçam a sua sensação de “estar chinês”. Por meio destas atividades, o imigrante tenta viver uma vida chinesa no exterior, e, assim, transformar a sua saudade em práticas habituais e tradicionais de seu país de origem. Além disso, as atividades escolares e étnico-culturais chineses são planejadas, principalmente para os descendentes de imigrantes, que não pensam na terra dos seus antepassados e, gradualmente, perdem a cultura e tradição chinesa (LIU, 2013). No entanto, o nascimento de uma *Chinatown* e sua evolução não é apenas devido à comunidade chinesa, que promove e constrói, mas também a interação entre o desenvolvimento urbano e a evolução moderna da sociedade em que estão inseridos, ou seja, essas organizações não permanecem fechadas e opacas.

Uma *Chinatown*, paisagem especialmente cultural, mostra as interações entre “homem e seu ambiente social e urbano”. Como um marcador étnico nas sociedades de acolhimento, estabelece e desenvolve-se sob a influência de duas culturas e duas modernidades, às vezes contrastantes radicalmente e, também, mutuamente complementares. Este novo conceito de *Chinatown*, ligada à paisagem cultural e modernidade, se expressa na maneira como o mundo exterior chinês vive e se adapta aos seus novos ambientes. Assim, para a diáspora chinesa, diversificar ou mudar seu estilo de vida ao seu ambiente dominante parece primordial. Conciliar integração, juntamente com a identidade da comunidade, provavelmente pode ser uma solução melhor. E isso permanece e permanecerá sempre um desafio para os chineses no exterior em todo o mundo.

Outro processo pelo qual é possível analisar a redefinição da identidade cultural chinesa híbrida e fragmentada é o uso da *internet*. Vários estudos mostram que a *internet* proporciona aos novos imigrantes chineses a oportunidade de negociação entre a ruptura e a continuidade da tradição. A rede de tecnologia se tornou uma ferramenta essencial para a adaptação dos imigrantes nos países de acolhimento. Os imigrantes chineses (especialmente os novos) constroem diferentes formas de organizações sociais em seus países de imigração, que envolvem organizações voluntárias *offline* (fora da rede de internet) e *online* (na rede de internet) em redes comunitárias. O progresso tecnológico e a globalização permitiram o desenvolvimento de uma série de organizações de minorias chinesas na *internet* como resultado de interações transnacionais, o que transpôs os limites de tempo e espaço (RAYNAUD, 2011).

Assim, as associações chinesas (*offline* e *online*) são uma estrutura organizacional complementar essencial para as diversas comunidades da diáspora chinesa no mundo, o que é observado, por exemplo, na luta contra a discriminação aos chineses em diferentes partes do mundo. Eles fornecem as funções essenciais de apoio, conforto com um senso de novos imigrantes chineses na cidade. Em seguida, eles são uma forma essencial para partilhar e promover a mesma herança cultural, mas também para criar novas percepções, produzindo novas práticas culturais e identidades. As comunidades *online*, muitas vezes, oferecem em um único local várias percepções de identidade nacional chinesa, que se misturam com identidades étnicas de usuários de *internet* (RAYNAUD, 2011).

Na verdade, o advento da *internet* permitiu que no mundo inteiro houvesse a propagação de muitas imagens e discursos sobre a cultura e identidade chinesa. Esta enorme quantidade de informação disponível nos *sites* das associações de imigrantes chineses gera novas percepções e representações do mundo chinês globalmente. Com base em vários

estudos sobre comunidades chinesas no Canadá, R. Tamang (2008) destaca que as imagens realizadas em *sites* chineses e comunidades virtuais são, para cada imigrante chinês, a capacidade de negociar e redefinir sua identidade cultural vis-à-vis à comunidade chinesa e de outras comunidades de imigrantes. Segundo o autor, a *internet* é uma ferramenta de aprendizagem importante para os imigrantes que desejam preservar e transmitir a sua herança cultural para as gerações futuras.

A redefinição da identidade cultural sobre os imigrantes na *internet* também induz à produção de experiências em novos territórios. Em seu estudo, R. Tamang (2008) observou que, graças à *internet*, os imigrantes que vivem no país de acolhimento têm a sensação de estar também presente em seu país, ainda que a vários milhares de quilômetros. Assim, a *internet* permite que os indivíduos possam redefinir suas identidades culturais, mas também para ter um sentimento de pertença a vários locais simultaneamente.

Como foi enfatizado por Wenjing (2005), por causa de suas condições de vida e sua necessidade de formar uma comunidade, os primeiros imigrantes da diáspora tiveram necessariamente que se agrupar na mesma área da cidade. Hoje, comunidades *online* permitem que as comunidades da diáspora chinesa superem a necessidade de proximidade espacial. Ao contrário de imigrantes chineses anteriores que vivem em *Chinatown* em grandes cidades em todo o mundo, os novos imigrantes estão espacialmente distantes uns dos outros, apesar de terem as mesmas atividades econômicas do que seus antecessores (RAYNAUD, 2011).

Apesar das mudanças importantes acima mencionadas em suas práticas diaspóricas, os chineses ultramarinos têm sido considerados como tendo efetivamente mantido sua forte identidade chinesa. Além do que foi mencionado acima, meados do século XX marcou uma era em que os chineses ultramarinos deixaram conscientemente de ser peregrinos e começaram a adotar identidades de migrantes, estabelecendo-se nos países de acolhimento e assumindo a cidadania. Desde meados da década de 1970, os efeitos da introdução do multiculturalismo nos principais países de imigração criaram um ambiente propício à “aceitação”, o que também, gradualmente, formou uma perspectiva para examinar as próprias práticas diaspóricas. Esta visão situava os migrantes chineses para além das populações tanto no país de origem como no país de acolhimento. Ou seja, viver uma vida em diáspora poderia ser uma forma alternativa de vida.

Diante desta nova realidade vivenciada pelos migrantes chineses, nos deparamos com uma grande questão na contemporaneidade, marcada pela intensa mobilidade, fluidez e hibridismos de nossa era globalizada: o território não é apenas a uma “matéria inerte”, pois,

não pode aparecer dissociado das representações que (através) dele construímos, isto é, pelas próprias relações, pelo próprio movimento que o produz e o impregna, e que o dota, ao mesmo tempo, de função e de significado. Essa questão encontra-se conjugada aos processos de desreterritorialização do migrante contemporâneo, que, através de uma mobilidade intensificada, permite falar na experiência de uma multi ou mesmo transterritorialidade, especialmente por se tratar de processos diaspóricos ou de redes de migrantes em diáspora. Neste sentido, consideramos o espaço na coexistência dessa multiplicidade, estimulado pelo intercâmbio de culturas que possibilita, através de práticas mais transculturais e híbridas, a produção de novas formas de identidade e de territorialidade, construídas nesses entrecruzamentos e “entre lugares”.

### 3 TERRITORIALIDADES, REDES E MOBILIDADE ESPACIAL NO MUNDO GLOBALIZADO

Na atualidade, presenciamos intensos debates e conflitos gerados no âmago das questões migratórias – (geo)políticas, econômicas e de segurança – no mundo, com algumas medidas (tomadas de forma assimétrica) mais restritivas e protecionistas das fronteiras nacionais (no caso dos EUA), outras mais flexíveis e abertas (no caso do Brasil, com base na lei da imigração 13.445/2017). Sobre esta situação, Haesbaert (2012, p. 54) frisa muito bem a relação com a mobilidade contemporânea.

Uma grande questão nos é colocada na contemporaneidade: ao mesmo tempo em que se intensificam a fluidez e os cruzamentos ou o hibridismo que esses fluxos implicam, principalmente no que se refere à crescente e cada vez mais facilitada mobilidade de pessoas, nunca tantos muros foram construídos, não apenas no nível local, com prédios gradeados, condomínios fechados e favelas cercadas, mas também muros fronteiriços, às vezes com centenas de quilômetros ao longo dos limites internacionais.

Diante deste cenário, o número de imigrantes internacionais ainda é surpreendente. Segundo dados estatísticos da Divisão de População das Nações Unidas, este número chegou a 244 milhões em 2015, um aumento de 41% em relação ao ano de 2000, sendo que no ano de 2013 este número era 232 milhões de imigrantes internacionais. Entre os imigrantes, estão os altamente qualificados (professores, estudantes universitários, doutores e empresários), imigrantes para o trabalho, migrantes deslocados internos e refugiados (os que possuem maior vulnerabilidade, relacionado ao deslocamento forçado e crises humanitárias).

Neste sentido, é salutar a abordagem sobre mobilidade em nosso trabalho, por caracterizar o movimento da (pós)modernidade, embora não seja um fenômeno novo, mas neste contexto, ganha uma nova relevância, outras configurações e uma nova dinâmica que resulta do cruzamento e interação entre a globalização, a sociedade (econômica) do conhecimento e a sociedade em rede, o que gera não só a intensificação quantitativa dos fluxos migratórios, mas também alterações qualitativas que envolvem novas formas, novas dinâmicas, novos protagonistas e motivações. Por exemplo, no contexto da sociedade emergente, assume crescente relevância a migração de mão-de-obra qualificada, ou dos novos fluxos de cientistas e acadêmicos, assim como uma nova “emigração de oportunidade” que procura explorar as oportunidades do mercado global numa perspectiva empreendedora. De igual modo, os novos processos de migrações temporárias e interpolares que se estabelecem entre diversos destinos e o país de origem ilustram a nova realidade.

Outro fator a se considerar, na abordagem da mobilidade, se dá pela importância crescente do conceito de diáspora cultural, que advém também da acrescida facilidade das deslocamentos entre os mais diversos pontos do globo, permitindo uma diversificação muito eficaz de quaisquer formas de mobilidade humana, a partir de todas as origens e em direção a qualquer destino. Por outro lado, a comodidade, rapidez e preço cada vez mais acessível do trânsito de mensagens em som e em imagem, designadamente através das comunicações via *internet*, contribuem para que possa ser natural, frequente e continuada a ligação entre imigrantes e as suas terras e famílias de origem. Entre as explicações para essa intensa e diversificada mobilidade de pessoas em todos os cantos do mundo, toma-se por base as teorizações sobre tempo-espaço (HARVEY, 2008), que provocaram a permeabilidade das nações e a liquidez da modernidade (BAUMAN, 1999; 2001), que tratam da fluidez das relações em nosso mundo contemporâneo.

### **3.1 Mobilidade espacial: O movimento da modernidade**

Inicialmente, entendemos que, embora o tema da mobilidade seja pertinente ao que desejamos desenvolver neste trabalho (com as intenções já acima mencionadas), não é nossa proposta aprofundar a discussão levantando questões sobre as diferentes concepções teóricas, nem seu papel na construção histórica dos espaços ou suas características em diferentes momentos e contextos, mas partir de uma discussão que permita entender o espaço singular do contexto da migração enquanto população em movimento, para, mais à frente, compreender os territórios por ela produzidos. Por esta razão, não focalizaremos a mobilidade apenas no seu sentido estrito, de mero deslocamento e genérico de um lugar para outro, nem como simples abstração, onde tudo é passível de “mobilidade”. Seguiremos o ponto de vista em que a mobilidade está ligada a um conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade têm a possibilidade de ocuparem sucessivamente vários lugares (LEVY, 2002).

Conforme Becker (1997), a mobilidade espacial da população é considerada uma definição de migração, sendo, também, um mecanismo de deslocamento populacional que reflete em mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e o seu ambiente físico. Quanto ao uso dos termos migração ou mobilidade, Goettert (2010) justifica que o emprego de um ou de outro podem ser decisivos em processos de “(des)reterritorialidade” e “multiterritorialidades”, e explica a razão.

Toda migração é também mobilidade, mas nem toda mobilidade é migração. A migração implica necessariamente a mobilidade espacial de pessoas de um para outro lugar, enquanto a mobilidade (de capital, por exemplo) pode significar a instalação de uma fábrica em um dado ponto do território, podendo ou não (re)direcionar movimentos migratórios, mesmo que implique na formação ou na redefinição de territorialidades (GOETTERT, 2010, p. 15-16).

Augé (2010), que usa termo “nomadismo” de forma metafórica para falar da mobilidade atual, faz uma análise desta mobilidade e a qualifica como “sobremoderna”, indicando a superabundância de causas que complica a análise dos efeitos. Segundo ele, a “mobilidade sobremoderna exprime-se nos movimentos de população (migração, turismo, mobilidade profissional), na comunicação geral instantânea e na circulação dos produtos, das imagens e das informações” (AUGÉ, 2010, p. 15). Para ele, mobilidade também corresponde a processos paradoxais de desterritorialização e sedentarismo, onde podemos teoricamente tudo fazer sem deslocarmo-nos e onde, no entanto, deslocamo-nos. Sedentarismo forçado, de uma parte, e exemplos de territorialidade reivindicada, de outra (“abcessos de fixação” territoriais ou ideológicos).

Conforme apontamos no início deste tópico, acerca da tríplice abordagem da mobilidade na atualidade (globalização, sociedade do conhecimento e sociedade em rede), Augé (2010, p. 22) faz uma abordagem semelhante, inserindo esta categoria em uma discussão dialética com a categoria fronteira, salientando que, atualmente, ela precisa ser repensada, renegada e reafirmada.

No mundo ‘sobremoderno’ submetido à tríplice aceleração dos conhecimentos, das tecnologias e do mercado, é a cada dia maior a distância entre a representação de uma globalidade sem fronteiras que permitiria aos bens, aos homens, às imagens e às mensagens circularem sem limitação, e a realidade de um planeta dividido, fragmentado, no qual as divisões renegadas pela ideologia do sistema encontram-se no próprio coração desse sistema. Assim, poderíamos opor a imagem da cidade mundo [...], constituída pelas vias de circulação e pelos meios de comunicação que encerram o planeta em suas redes e difundem a imagem de um mundo cada dia homogêneo, às duras realidades da cidade mundo onde se reencontram e, eventualmente, afrontam as diferenças e as desigualdades.

As controversas e diversas formas de manifestação da mobilidade são analisadas, aqui, na perspectiva das constantes mudanças ocorridas na contemporaneidade no contexto da globalização, que possibilita a intensificação e a aceleração de trocas, que se multiplicam nos mais variados fluxos de informações, de mercadorias, de capitais e de pessoas (especialmente os migrantes trabalhadores). Autores como Bauman (1999, 2001) abordam a temática da mobilidade sob o enfoque da fluidez do espaço-temporal. Bauman (2001) faz uma analogia metafórica da modernidade com as propriedades químico/física dos líquidos e gases,

principalmente a liquidez. Ou seja, considera a “fluidez” ou a “liquidez” como metáfora adequada para compreender o estágio presente da era moderna.

Segundo o autor, os fluidos, que se movem facilmente, que não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos a mudá-la, não se fixam ao espaço e nem se prendem ao tempo. Na realidade, para os fluidos, o que conta é o tempo, mais que o espaço, o tempo é o que importa. Neste sentido, a extraordinária mobilidade dos fluidos está associada à “leveza” e à inconstância da mobilidade humana, “quanto mais leves viajamos, com maior facilidade e rapidez nos movemos” (BAUMAN, 2001, p. 9). Certamente, segundo este autor, a mobilidade no espaço-tempo não ocorre de modo homogêneo e isonômico para todos, mas está permeado por contradições, conflitos e dramas.

A coincidência e entrelaçamento da síntese e da dispersão, da integração e da decomposição, são tudo, menos acidentais. É por causa dessa coincidência e desse entrelaçamento das duas tendências aparentemente opostas, ambas desencadeadas pelo impacto divisor da nova liberdade de movimento, que os chamados processos “globalizantes” redundam na redistribuição de privilégios e carências, de riqueza e pobreza, de recursos e impotência, de poder e ausência de poder, de liberdade e restrição. Testemunhamos hoje um processo de reestratificação mundial, no qual se constrói uma nova hierarquia sociocultural em escala planetária. Podemos então falar em “glocalização” (termo já discutido no primeiro capítulo) e defini-lo essencialmente como o processo de concentração de capitais, das finanças e todos os outros recursos de escolha e ação efetiva, mas também, talvez sobretudo, de concentração da liberdade de se mover e agir (BAUMAN, 1999).

Atualmente, estamos todos em movimento. Muitos mudam de lugar — de casa ou viajando entre locais que não são o da residência. Alguns não precisam sair para viajar: podem se atirar à *web*, percorrê-la, inserindo e mesclando na tela do computador mensagens provenientes de todos os cantos do globo. Mas a maioria está em movimento mesmo se fisicamente parada — quando, como é hábito, estamos em frente à TV e passando na tela os canais via satélite ou a cabo, viajando e deslocando para dentro e para fora de espaços estrangeiros com uma grande velocidade. No mundo que habitamos, a distância não parece importar muito. Às vezes, parece que só existe para ser anulada, como se o espaço não passasse de um convite contínuo a ser desrespeitado, refutado, negado (BAUMAN, 1999).

Ao dizer que a sociedade pós-moderna de consumo é uma sociedade estratificada, assim como todas as outras sociedades, Bauman (1999) propõe que é possível distinguir um tipo de sociedade de outra pela extensão ao longo da qual ela estratifica seus membros. Justifica dizendo que “a extensão ao longo da qual os de ‘classe alta’ e os de ‘classe baixa’ se

situam numa sociedade de consumo é o seu grau de mobilidade — sua liberdade de escolher onde está” (BAUMAN, 1999, p. 93). O autor revela o fato de que agora o “acesso à mobilidade global” é que foi elevado à mais alta categoria dentre os fatores de estratificação. Alguns desfrutam da nova liberdade de “movimentos sans papiers”<sup>23</sup> (sem papéis ou documentos). Outros não têm permissão para ficar nos seus lugares pela mesma razão. Todas as pessoas podem agora ser andarilhas, de fato ou em sonho. Esse termo da moda, “nômades”, aplicado indiscriminadamente a todos os contemporâneos da era pós-moderna, pode conduzir a erros grosseiros, uma vez que atenua as profundas diferenças que separam os dois tipos de experiência e torna formal, superficial, toda semelhança entre eles (BAUMAN, 1999).

Para os habitantes do Primeiro Mundo — o mundo cada vez mais cosmopolita e extraterritorial dos homens de negócio globais, dos controladores globais da cultura e dos acadêmicos globais —, as fronteiras dos Estados foram derrubadas, como o foram para as mercadorias, o capital e as finanças. Para os habitantes do Segundo Mundo, os muros constituídos pelos controles de imigração, as leis de residência, a política de “ruas limpas” e “tolerância zero” ficaram mais altos; os fossos que os separam dos locais de desejo e da sonhada redenção ficaram mais profundos, ao passo que todas as pontes, assim que se tenta atravessá-las, revelam-se pontes levadiças (BAUMAN, 1999).

Neste sentido, pensemos na migração como usuária e reelaboradora do espaço e do processo de espacialidade. A migração é um fenômeno que faz com que se repensem as atuais concepções sobre sedentarismos e mobilidade, pois ambas encerram a ideia mais ou menos abstrata de espaço, bem como esferas identitárias e zonas de produção de evidências mais ou menos compartilhadas. A imigração ocorre em um mundo no qual a noção de espaço e distância modificaram o tráfego entre lugares distantes e se tornou uma característica da experiência social. As fronteiras e limites nacionais se tornaram permeáveis e, em certos aspectos, dissolvidas.

A aceleração dos processos globais nos leva a perceber e a sentir que o mundo se tornou menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância, esta é a abordagem feita por Harvey (2008, p. 219), ao se referir ao conceito de “compressão do tempo-espaço”.

---

<sup>23</sup> Esse movimento surgiu na França, no contexto do pós-segunda Guerra Mundial, onde, num primeiro momento foi marcado pelo estabelecimento de medidas de incorporação da mão de obra estrangeira para reconstrução do território, e num segundo momento em que se busca interromper o fluxo migratório motivado nas décadas anteriores, invertendo a política estabelecida. “Em outras palavras, o que denominamos aqui de “sans papiers” é uma categoria e uma condição social criada pelo aparato estatal francês que, em tempos de desaceleração econômica, visou limitar a participação do imigrante no território, colocando-os na ilegalidade” (VERAS, 2012, p. 201).

O tempo necessário para cruzar o espaço e a forma como costumamos representar esse fato para nós mesmos são indicadores úteis do tipo de fenômeno que tenho em mente. À medida que o espaço parece encolher numa ‘aldeia global’ de telecomunicação e numa ‘espaçonave terra’ de interdependências ecológicas e econômicas – para usar apenas duas imagens conhecidas e corriqueiras -, e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente (o mundo esquizofrênico), temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de compressão dos nossos mundos espacial e temporal.

O autor vai mais além e identifica esse processo como a “destruição do espaço através do tempo”, tendo em vista que, também, para Bauman (2001), na pós-modernidade o tempo é mais importante que o espaço. Para Harvey (2008), os lugares permanecem fixos, entretanto, o espaço pode ser cruzado num piscar de olhos, por aviões super-rápidos, por telefone ou por satélites. A partir de outros autores (BERMAN, 1982; BELL, 1978), ele diz que a modernidade é como uma “maneira de experienciar o espaço e o tempo, que os vários movimentos que levaram o modernismo ao ápice tiveram que elaborar uma nova lógica na concepção do espaço e do movimento” (HARVEY, 2008, p. 186). Avaliamos, diante disso, que novas relações espaço-tempo podem ser definidas em eventos diferentes, dentre elas, a mobilidade de pessoas, pois os deslocamentos estão no interior de diferentes sistemas de representação e diferentes épocas e culturas.

Retomamos a discussão feita por Augé (2010) e Bauman (1999), sobre as contradições manifestadas na mobilidade, agora na visão de Massey (2000), que faz de certo modo uma releitura do conceito de compressão do espaço-tempo trabalhado por Harvey (2008). Ela reafirma que, de fato, vivemos uma época em que as coisas estão se acelerando e se disseminando (em especial, pela internacionalização do capital financeiro), onde as pessoas viajam com mais frequência e para lugares mais distantes, e, por fim, que esse tempo é caracterizado por uma difusão de escritos encontrados em uma variedade de livros e jornais, que abordam sobre o espaço o lugar e os tempos pós-modernos marcados pela “aniquilação do espaço pelo tempo”. Isto é, vivemos o momento da fragmentação geográfica e da ruptura espacial do nosso tempo.

No entanto, a visão que Massey (2000) tem sobre a compressão do espaço-tempo vai além da interpretação habitual de que todo o processo é resultado, quase que exclusivo, das ações da internacionalização do capital (é o que fica evidenciando na interpretação de Harvey), isto é, o capitalismo e seu desenvolvimento é que determinam nossa compreensão e nossa experiência do espaço. A isso, ela contrapõe.

Ademais, tanto quanto questionar a etnocentridade da ideia de compressão de tempo-espaço e sua aceleração atual, precisamos entender suas causas: o que determina nossos níveis de mobilidade e influencia o senso que temos do espaço e

do lugar? A compressão de tempo-espaço refere-se ao movimento e a comunicação através do espaço, a extensão geográfica das relações sociais e a nossa experiência de tudo isso (2000, p. 178).

A desigualdade ao redor do mundo, entre regiões e entre os diferentes estratos da população, Massey define como “geometria do poder”, pois há uma relação de poder entre a compressão de tempo-espaço e os diferentes grupos sociais e diferentes indivíduos que se posicionam de formas muito distintas em relação a esses fluxos e interconexões. “Não me refiro simplesmente à questão de quem se movimenta e de quem não o faz; trata-se também do poder em relação aos fluxos e ao movimento ou a mobilidade diferenciada” (2000, p. 179). Neste sentido, a mobilidade diferenciada, enquanto processo, se mescla com outras dinâmicas que visam acelerar, manter ou conter esse processo – desencadeadas, seja pelos próprios migrantes, seja por aqueles que se sentem, de algum modo, afetados pela migração.

Segundo a referida autora, de um lado, encontram-se aqueles que estão fazendo o movimento e estão numa posição de controle em relação à mobilidade. Estes são os realmente responsáveis pela compressão de tempo-espaço, que podem de fato fazer uso dessa compressão e transformá-la em vantagem. Do outro lado, está o grupo que faz muito movimento físico, embora não sejam diretamente “responsáveis” pelo processo, mas fazem parte dele, por exemplo, os imigrantes (refugiados e trabalhadores) que buscam, por meio da mobilidade, a chance de uma vida nova.

A partir desta busca por oportunidades, entendemos que é importante salientar a mobilidade e a sua relação com o trabalho, ou melhor, dizendo, a mobilidade da força de trabalho<sup>24</sup>, que representa a propriedade que todo homem e/ou mulher possui enquanto trabalhador(a). Desse modo, a mobilidade para o trabalho, que está diretamente envolvida na produção do território por meio da (des)reterritorialização (DRT), “o migrante que se desloca antes de tudo por motivos econômicos, imersos nos processos de exclusão socioeconômicos, pode vivenciar distintas situações de des-territorialização” (HASBAERT, 2011, p. 246). Sob a mobilidade do capital, o trabalhador inserido na mobilidade da força de trabalho passa a modificar suas relações sociais, perdendo (em certa medida) seu vínculo territorial e iniciando um processo constante de adaptação no local de destino.

---

<sup>24</sup> Goettert (2010) diferencia “mobilidade do trabalho” de “mobilidade da força de trabalho”. Esta pressupõe sempre a migração de trabalhadores (para a acumulação de capital, em leitura marxista), enquanto aquela pode se dar pela mobilidade também de mercadorias, de informações e do próprio capital, uma vez que tal mobilidade só é possível como resultado do trabalho. Becker (1997) aponta que, o que tem possibilidade de se mobilizar é a força de trabalho; o trabalho é a força do trabalho em ação, donde não faria sentido falar de mobilidade do trabalho e sim de mobilidade da força de trabalho.

Portanto, esta intensa mobilidade, aqui discutida, permite falar na experiência de uma multi ou mesmo transterritorialidade, especialmente aquela presente nos processos diaspóricos ou de grandes redes de migrantes em diáspora (como já vimos, é peculiar a diáspora chinesa). Trataremos da reprodução de territorialidades enquanto marcadas pelos efeitos da mobilidade e das diásporas. Assim, falar em mobilidade do migrante contemporâneo é tratar tais questões sob a ótica do território constituído da (des)reterritorialização, pois, para o migrante, ao chegar ao destino procura reterritorializar-se, utilizando de mecanismos dos mais variados (associações, as redes sociais constituídas de parentes amigos, de pessoas da mesma religião, da mesma província), somados aos laços de identidade cultural. Implica mudança de localização (física, funcional) e também mudança de lugar (vivido, simbólico, qualitativo). Carrega consigo as condições para sua mobilidade e, igualmente, as condições para uma nova fixação, sua nova (ainda que sempre relativa) ancoragem.

### **3.2 Uma análise da multiterritorialidade e da (des)(re)territorialização – T.D.R**

Acabamos de fazer uma discussão sobre mobilidade, liquidez, compressão espaço-tempo, o fim das distâncias e diluição das fronteiras, superadas a partir dos avanços tecnológicos, dos transportes e das comunicações tão marcantes na pós-modernidade. Com isso, vieram outros pretensos “fins”, como o “fim dos territórios” e o avanço dos processos de desterritorialização. A problemática da desterritorialização propagada pelas diversas áreas do conhecimento, envolvendo a desterritorialização política com a chamada crise do Estado-nação e a deslocalização das empresas (na Economia), a perda da referência territorial e das identidades culturais (na Antropologia e Sociologia) marcou a era dominada pela desterritorialização, confundido muitas vezes o desaparecimento dos territórios. Em contrapartida ao discurso da desterritorialização, surge a proposta da multiterritorialidade, que concordamos ser a mais coerente ao retratar a realidade hodierna.

Multiterritorialidade aparece como uma proposta a esse processo identificado por muitos como ‘desterritorialização’. Mais do que a perda ou desaparecimento dos territórios, propomos discutir a complexidade dos processos de (re)territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade. [...] Assim, afirmamos que, ‘mais do que a desterritorialização, desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínua e extremamente complexo (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

Portanto, a multiterritorialidade aparece como uma alternativa conceitual crítica ao processo de desterritorialização – vista como um “mito” por Haesbaert (2011) –, mas não no

sentido de que simplesmente não exista a desterritorialização, mas que se trata de um processo indissociável ligado a sua contraface, os movimentos de reterritorialização. Isto é, muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, estamos vivenciando um processo de reterritorialização, muito mais múltiplo e multiterritorial.

A análise sobre o território pode variar de acordo com a concepção teórica de cada pesquisador, ou de sua aproximação com o objeto. Nos ateremos à construção do território a partir da apropriação proporcionada por um grupo social. Entendemos, assim, que o território é um elemento construído por um grupo social e sua diferente relação com o espaço que vivencia, atribuindo, portanto, a este, características que lhes proporcionam algum tipo de pertencimento, familiaridade e identidade.

O território é entendido como lugar de relações sociais de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para habitar, viver e produzir (SAQUET, 2008, p. 118).

Partimos para compreensão da nossa análise, de uma perspectiva cultural e ao mesmo tempo integradora do conceito de território, e tomamos como elemento de análise a relação que cada grupo social (em nosso estudo, os chineses em Teresina) desenvolve com seu espaço vivido, identificando diferentes formas materializadas (ou simbólica) na paisagem que irão reconstruir diferentes arranjos socioespaciais. Como o cerne da nossa discussão gira em torno do indivíduo membro da diáspora, o migrante, veremos o processo de produção do território/territorialidade, focando o olhar neste sujeito.

Ao partir, o migrante carrega consigo parte de seu território, ou seja, seus hábitos, seus costumes, sua cultura, configurando assim a desterritorialização. A reterritorialização é a construção de uma nova territorialização em outro espaço, emergindo uma nova territorialidade.

Assim quando um certo número de imigrantes se une em busca de uma mesma identidade, podemos observar a construção de territorialidades que se sobrepõem a outros territórios já historicamente definidos. Podemos refletir que no mundo globalizado, onde há fluidez de informações e movimentos, os processos de (re)territorialização se tornam amplamente significativos. (MELCHIOR, 2010, p. 237).

Assim, podemos identificar nas mais diferentes e diversificadas paisagens urbanas, este processo de materialização (também imaginária ou funcional), algo que relembra ou remete uma dada característica cultural. Compreendemos, portanto, que no processo de reterritorialização, o migrante (re)cria algo particular seu, adequado ao novo território,

possibilitando uma integração, onde a homogeneidade imposta pela globalização, no diz respeito ao mercado de trabalho, se evidencia na heterogeneidade territorial. Pois, no lugar de destino, suas relações desenvolvidas por meio do trabalho realizado adquirem um caráter social. Neste sentido, a constante busca por uma identidade inerente ao migrante reflete na construção de territórios identitários ou étnicos em diferentes partes do mundo, o que é peculiar às diásporas. Segundo Sayad (2000), estes migrantes desenvolvem uma relação nostálgica com sua terra natal e por mais que não ocorra o retorno mítico, o sentimento da volta estará sempre atrelado ao migrante.

### **3.3 Territórios e territorialidades: múltiplos olhares e agentes**

Iremos tratar as questões sobre a construção do território pelo viés da dinâmica da desterritorialização e reterritorialização e, conseqüentemente, a territorialização, apresentados especialmente nos estudos de Haesbaert (2011), Rafestin (1993) e Saquet (2015), dentre outros autores, no âmbito dos estudos sobre as novas territorialidades promovidas pelos migrantes chineses na cidade de Teresina - PI. Nosso esforço foi realizar a transposição teórica da (des)reterritorialização para a pesquisa empírica realizada com os chineses no Centro da cidade, na tentativa de compreender as diferentes formas de territorialidades encontradas, introduzindo uma perspectiva mais crítica na análise da espacialidade do fenômeno.

Para uma melhor compressão da dinâmica territorializante que ora estudamos, a obra do geógrafo Haesbaert (2011) – uma de suas mais importantes e extensas, na qual faz uma discussão acerca do “fim dos territórios” à multiterritorialidade na era da globalização se faz necessária, pois traz uma grande contribuição para o nosso trabalho. O autor diz que, precisamos primeiro entender de que território estamos falando, para depois compreendermos a desterritorialização. Pois se a concepção de território muda, conseqüentemente, a nossa definição de desterritorialização também.

Para uns, por exemplo, a desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades (HAESBAERT, 2011, p. 35).

Assim sendo, território e territorialidade, conceitos-chave na geografia, não tem nela seu domínio único. Outras áreas do conhecimento também trabalham o conceito, cada uma com um enfoque centrado em determinada perspectiva. Daí a importância de esclarecermos as

principais linhas teórico-conceituais em que a expressão é ou pode ser utilizada, sem, no entanto impor conceituação à problemática. Adotamos, de maneira ilustrativa e didática, um quadro síntese sobre as várias noções de território, elaboradas por Haesbaert e Limonad (1999), englobando três vertentes básicas. A primeira, com um enfoque político, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder (mas não exclusivamente), relacionado ao poder político do Estado. Portanto, a mais difundida.

A segunda vertente tem um enfoque mais cultural ou simbólico-cultural do território, ou seja, prioriza a dimensão mais subjetiva em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. E, por último, o viés econômico, que evidencia a dimensão espacial das relações econômicas. O território é visto como fonte de recursos e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho (HAESBAERT, 2011). O quadro 01, abaixo, demonstra as três vertentes básicas das abordagens conceituais sobre território.

Quadro 01: Abordagens conceituais de território em três vertentes básicas

Dimensão Privilegiada	concepções correlatas	concepção de território	territorialização		perspectiva da Geografia	exemplos de trabalhos próximos a esta vertente
			principais atores/ agentes	principais vetores		
jurídico-política (majoritária, inclusive no âmbito da Geografia)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estado-nação</li> <li>fronteiras políticas e limites político-administrativos</li> </ul>	um espaço delimitado e controlado sobre / por meio do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estado-nação</li> <li>diversas organizações políticas</li> </ul>	relações de dominação política e regulação	Geografia Política (Geopolítica)	Alliès (1980) a visão clássica de Ratzel
cultural(ista)	<ul style="list-style-type: none"> <li>lugar e cotidiano</li> <li>identidade e alteridade social</li> <li>cultura e imaginário</li> </ul> (imaginário: "conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo")	produto fundamentalmente da apropriação do espaço feita através do imaginário e/ou da identidade social	<ul style="list-style-type: none"> <li>indivíduos</li> <li>grupos étnico-culturais</li> </ul>	relações de identificação cultural	Geografia Humanística e/ou Geografia Cultural	Deleuze e Guattari (1972) Tuan (1980 e 1983)
econômica (muitas vezes economicista) minoritária	<ul style="list-style-type: none"> <li>divisão territorial do trabalho</li> <li>classes sociais e relações de produção</li> </ul>	(des)territorialização é vista como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>empresas (capitalistas)</li> <li>trabalhadores</li> <li>Estados enquanto unidades econômicas</li> </ul>	relações sociais de produção	Geografia Econômica	Storper (1994) Benko (1996) Veltz (1996)

Fonte: Haesbaert; Limonad (1999, p.45).

Para o próprio Haesbaert, esta divisão é meramente arbitrária para fins de estudo sistemático, reconhecendo que a problemática é bem mais ampla. Dentre as três vertentes, a visão cultural e econômica do território são as que mais nos interessa, pois, melhor se encaixam na proposta deste estudo. Embora, tradicionalmente, a dimensão política seja a mais privilegiada nos estudos sobre território, o simbólico sempre esteve presente. Arelado a esta

vertente, incluiremos a perspectiva integradora do território, pois, conforme defende Haesbaert (2011), o território não pode ser considerado unicamente político, econômico e culturalmente, e sim concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais.

Nesta perspectiva, o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural. Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geossímbolos mais que a fronteiras, o que reforça a dimensão representativa e o valor simbólico do território. A abordagem utilitarista (uma vertente mais econômica) de território não dá conta dos principais conflitos do mundo contemporâneo. Para Haesbaert, o território não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita, é uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência. A natureza simbólica das relações sociais, mesmo na sua definição pós-moderna de território, desempenha um papel importante na sociedade, pois a força desta carga simbólica é tamanha que o território é visto como ‘um construtor de identidade’ (HAESBAERT, 2011).

Vale ressaltar, ainda, que em qualquer acepção o território tem a ver com poder, tanto no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Este poder simbólico, conforme Bourdieu (1997) é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica (discurso ou teoria do conhecimento). Portanto, envolvendo sempre relações de poder, é evidente que nossa concepção de território também inclui o poder no seu sentido simbólico. E é ao se tentar fazer uma separação demasiada rígida entre território, a partir de relações de poder num sentido mais concreto, “funcional”, e território a partir de relações de poder mais simbólico, que muitos ignoram a riqueza das múltiplas territorialidades em que estamos mergulhados. Propomos, assim, utilizar a definição de território a partir da visão de Haesbaert (2011, p. 79).

[...]A partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’ numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade - recebiam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e ‘iconografias’ (na acepção de Jean uma representação que Gottman), ou o que melhor nos aprouver. [...]O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

Queremos dizer, então, que o poder simbólico se constitui em papel fundamental de legitimação, à medida em que passa a ser conhecido e reconhecido como verdadeiro por aqueles que lhe estão sujeitos ou que constroem. De modo analítico, visualizamos a presença

dos chineses em Teresina enquanto apropriação do espaço urbano através de seus negócios e suas relações sociais daí advindas. Neste sentido, Lefebvre coloca a apropriação como sendo um processo mais simbólico<sup>25</sup> (podendo ser também concreto e funcional), carregado das marcas do ‘vivido’, do valor de uso. Por isso, o território, enquanto espaço-tempo vivido, é múltiplo, diverso e complexo e não unifuncional.

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica ‘apropriação’ e não ‘propriedade’. Ora, a própria apropriação implica tempos e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos ‘agentes’ que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (LEFEBVRE, 2000, p. 411-412).

David Harvey (2008), a partir de outros autores, especialmente Michel de Certeau (1998) e Henry Lefebvre (2000), ao fazer uma abordagem fenomenológica sobre espaço e tempo, demonstra as dinâmicas que ocorrem no espaço, chamando-as de práticas sociais. No caso de Certeau (1998), ele trata os espaços sociais como instâncias mais abertas à criatividade e a ação humana (ao contrário de Foucault, que vê o espaço a partir de uma prisão de controle social, de vigilância e de repressão do eu). Elas unem os “lugares” por meio de atividades e movimentos diários, criam a cidade, dão forma aos espaços. Eles (lugares, atividades e movimentos diários) são, antes, os responsáveis pela espacialização. As práticas sociais especializam-se e podem ser convertidas nas “totalizações” do espaço e do tempo organizados e controlados de maneira racional. Dentro desta discussão, as ordenações simbólicas do espaço e do tempo dão uma continuidade mais profunda às práticas sociais.

Assim, segundo Harvey (2008), nas práticas sociais espaciais de toda sociedade, são abundantes as sutilezas e complexidades, por isso, ele diz ser necessário encontrar uma maneira de descrevê-las e de fazer uma generalização sobre seu uso. Encontramos essa forma nas três dimensões do espaço, identificadas por Henry Lefebvre (2000) em sua obra, “a produção do espaço”. Lefebvre caracteriza essas três dimensões como o vivido, o percebido e o imaginado. A primeira dimensão diz respeito às práticas espaciais materiais, que se referem aos fluxos, transferências e interações físicas e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço de maneira a garantir a produção e a reprodução social. A segunda refere-se às representações do espaço que compreendem todos os signos e significações, códigos e conhecimentos que permitem falar sobre essas práticas materiais e de compreendê-las em termos do senso comum

---

<sup>25</sup> Lefebvre distingue apropriação de dominação. Esta é vista mais como “possessão”, propriedade, concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. Na visão Levebviana, os indivíduos mantêm relações com espaço habitado que se exprimem nos modos de uso e nas condições mais banais. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

cotidiano ou das disciplinas acadêmicas que tratam de práticas espaciais (engenharia, arquitetura, geografia etc.).

A terceira e última dimensão, são os espaços de representação. São invenções mentais (códigos, signos, “discursos espaciais”, paisagens imaginárias e até construções materiais, como espaços simbólicos, ambientes particulares construídos etc.). Este último aspecto do espaço, segundo Harvey (2008), tem o potencial não somente de afetar a representação do espaço, como também de agir como força produtiva material com respeito às práticas espaciais. Por exemplo, sob as relações sociais do capitalismo, as práticas espaciais ficam imbuídas de significados de classe. Elas assumem seus sentidos sob relações sociais específicas de classe, de gênero, de comunidade, de etnicidade ou de raça, e são “usadas” e “trabalhadas” no curso da ação social.

Podemos então afirmar, conforme Haesbaert (2011), que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’. Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos.

Embora Lefebvre se refira sempre ao espaço, e não a território, é fácil perceber que não se trata de um espaço no sentido genérico, muito menos de um espaço natural. Trata-se, isto sim, de um espaço-processo, um espaço socialmente construído. De certa maneira, podemos afirmar que o espaço trabalhado por Lefebvre é “um espaço feito território” através dos processos por ele denominados de apropriação (que começa pela apropriação da própria natureza) e dominação (mais característica da sociedade moderna, capitalista). Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições etc. (HAESBAERT, 2005).

A diferença é que, se o espaço social aparece de maneira difusa por toda a sociedade e pode, assim, ser trabalhado de forma genérica, o território e os processos de des-territorialização devem ser distinguidos através dos sujeitos, que de fato controlam esse(s) espaço(s) e, conseqüentemente, os processos sociais que o compõe(m). Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para

produzir “significados”. Isto é, além de incorporar uma dimensão estritamente política e econômica, diz respeito também às relações culturais, pois está intimamente ligado ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2005).

O autor acima citado elaborou um esquema de dois grandes “tipos ideais”, na intenção de investigar o território; um mais funcional, outro mais simbólico. Eles são interdependentes e complementares entre si, pois todo território funcional tem sempre uma carga simbólica, por menos expressivo que seja, e todo território simbólico tem sempre algum caráter funcional. Portanto, o esquema demonstra as características do *continuum* entre funcionalidade e simbolismo e uma mínima aproximação com o quadro das práticas espaciais elaborado por David Harvey (2008). No quadro 02 a seguir, proposto por Haesbaert, ao distinguirmos “território de dominância funcional” e o “território de dominância simbólica”, é identificado como possibilidade de, num extremo (pois o esquema deve ser visto dentro de um *continuum*), haver a territorialidade “sem território”, embora, no outro extremo, um território “sem territorialidade” seja empírica e teoricamente inconcebível -, dentro da concepção aqui proposta de que pode existir territorialidade sem território, mas não o contrário.

Quadro 02: Características do <i>continuum</i> entre funcionalidade e simbolismo	
“Território funcional”	“Território simbólico”
Processos de dominação	Processos de apropriação(Lefebvre)
“Territórios da desigualdade”	“Territórios da diferença”
Território sem territorialidade (Empiricamente exclusividade)	Territorialidade sem território (Ex.: “Terra prometida” dos judeus)
Princípio da exclusividade (No seu extremo: unifuncionalidade)	Princípio de multiplicidade No seu extremo: múltiplas identidades
Território como recurso, valor de troca (Controle físico, produção, lucro)	Território como símbolo, valor simbólico (“Abrigo”, “lar”, segurança efetiva)

Fonte: Haesbaert (2005, p.10).

Averiguamos, então, que os processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços. O território passa, gradativamente, de um território mais “zonal” (mais tradicionais) ou de controle de áreas, para um “território-rede” (ligados pela fluidez e mobilidade) ou de controle de redes.

Depois desta breve discussão sobre algumas concepções do território, podemos falar sobre algumas formas de desterritorialização. Haesbaert (2011) discute sobre as diferentes formas com que a desterritorialização é abordada e agrupa estas noções de acordo com a referência que elas fazem a uma ou a outra concepção de território. A primeira abordagem é a que parte do território como espaço físico, substrato material da atividade humana. Esta foi

subdividida em três perspectivas: deslocalização (econômica), fim das distâncias e desmaterialização das relações sociais. A desterritorialização, vista como deslocalização, se refere ao enfraquecimento da atividade econômica específica de um local e, em contrapartida, uma atividade é territorializada quando sua efetivação econômica depende da localização (do lugar). A abordagem, vista como a superação do espaço pelo tempo, defende uma diminuição ou anulação do fator geográfico ou a distância em favor do tempo. Outra desterritorialização desta abordagem é a visão de desmaterialização das relações sociais (ou ciberdesterritorialização) que defende o ciberespaço, envolvido por relações sem referencial espacial e concreto.

A segunda abordagem sobre a desterritorialização é aquela que decorre de uma concepção de território que vai além do substrato material, e incorpora estratégias identitárias e relações de poder. Em primeiro lugar, nesta perspectiva, a desterritorialização é vista como debilitamento das fronteiras políticas, alinhada à tese do enfraquecimento dos estados-nações. Os limites ou fronteiras são o que realmente importam na definição de desterritorialização. Finalmente, temos a desterritorialização – relacionada à visão de território enquanto dimensão cultural – vinculada ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais (identidades deslocadas ou fragmentadas, segundo Hall). Nesta perspectiva, o lugar perde sentido e se transforma em um “não-lugar”, uma rede, e se constitui em um espaço de construção de novas identidades culturais.

Ressaltemos agora, dentro de uma variabilidade territorial em que estamos mergulhados, a vivência cada vez mais intensa daquilo que Haesbaert (2011) denomina de multiterritorialidade, que, em suma, seria uma multiplicidade ou diversidade territorial em termos de dimensões sociais, dinâmicas e escalas, marcada pela descontinuidade e pela fragmentação, permitindo, por meio da fluidez e mobilidade (territórios-rede), a passagem constante de um território a outro. Julgamos necessário, inicialmente, antes de tratarmos especificamente sobre assunto, distinguir aquilo que o autor denomina de “múltiplos territórios” e “multiterritorialidade”.

Ele faz uma distinção, dentro do que parece ser uma confusão semântica, entre multiterritorialidade e múltiplos territórios. A este, chama também de “pluralidade de territórios”, e, àquele, de “territórios plurais”. Sugere então que “os territórios plurais são uma multiplicidade de espaços diversos, culturais, sociais e políticos, com conteúdos jurisdicionais em tensão, que produzem formas particulares de identidade territorial” (ZAMBRANO, 2001, apud, HAESBAERT, 2005, p. 82). A pluralidade de territórios indica sua multiplicidade, isto é, a superfície terrestre, como suporte, está sujeita a um processo permanente de

organização/diferenciação. Os territórios plurais, além de conceberem a multiplicidade descrita anteriormente, concebem todo espaço terrestre ocupado por distintas representações sobre ele. Estes permitem perceber, em cada unidade do múltiplo, a pluralidade de percepções territoriais, do cotidiano dos habitantes, do processo em construção e das percepções estruturantes (judiciais, eclesiásticas etc.). Portanto, a noção de territórios plurais se aproxima mais da concepção de multiterritorialidade.

A partir de Haesbaert (2011), entendemos a multiterritorialidade como uma forma contemporânea da reterritorialização (muitos chamam de desterritorialização) e consequência direta do capitalismo e das relações construídas através dos territórios-rede, sobrepostos e descontínuos. Deprendemos, ainda, que toda reterritorialização implica uma territorialização (o sufixo “ação” indica processo) que se traduz nas relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, em sentido amplo, que se estende do mais concreto (físico ou biológico) ao mais simbólico (poder da representação e da imaginação e que a todo instante re-significam e se apropriam simbolicamente do seu meio), incluindo todas as distinções de gênero, grupo etário, etnia, religião etc.

Diante deste caráter dinâmico, multidimensional e multiescalar do território que estão associados aos sujeitos que os promovem e marcado pela especificidade das ações de cada um deles, as concepções de territorialização e desterritorialização se tornam o caminho que melhor expressa esta combinação. Podemos dizer que, no caso de um indivíduo ou grupo social mais coeso (imigrantes, por exemplo), eles constroem seus (multi)territórios integrando, de alguma forma, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço. Neste sentido Haesbaert aponta as diferentes e múltiplas territorializações que ocorrem simultaneamente no mundo, conforme veremos.

- a) Territorializações mais fechadas, quase "uniterritoriais", no sentido de imporem a correspondência entre poder político e identidade cultural ligadas ao fenômeno do territorialismo, como nos territórios defendidos por grupos étnicos que se pretendem culturalmente homogêneos, não admitindo uma pluralidade territorial de poderes e identidades.
- b) Territorializações político-funcionais mais tradicionais, como a do Estado-nação que, mesmo admitindo certa pluralidade cultural (sob a bandeira de uma mesma “nação” enquanto “comunidade imaginada”), não admite a pluralidade de poderes.
- c) Territorializações mais flexíveis, que admitem a sobreposição territorial, seja sucessiva (como nos territórios temporários ou espaços multifuncionais na área central

das grandes cidades) ou simultaneamente (como na sobreposição “encaixada” de territorialidades político-administrativas relativamente autônomas).

- d) Territorializações efetivamente múltiplas – uma “multiterritorialidade” em sentido estrito, construída por grupos que se territorializam na conexão flexível de territórios-rede multifuncionais e multi-identitários, como no caso de diásporas de migrantes.

Até o terceiro grupo de múltiplas territorializações percebemos uma multiplicidade justaposta e às vezes hierarquizada. No último grupo, vemos mais claramente uma multiterritorialização resultante não apenas da sobreposição entre os múltiplos tipos territoriais, mas também de sua experimentação/reconstrução de forma específica e peculiar pelo indivíduo, grupo social ou instituição. Na verdade, especialmente levando em conta as concepções de território e de territórios múltiplos, anteriormente discutidas, podemos afirmar que sempre vivemos uma multiterritorialidade:

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade”. (HAESBAERT, 2011, p. 344)

Trata-se, contudo, daquilo que denominamos multiterritorialidade em sentido amplo, resultante da sobreposição de territórios, hierarquicamente articulados, “encaixados”. Queremos tratar o “encaixe” e a articulação de territórios a partir da espacialidade diferencial de Yves Lacoste (1988), pois se refere a uma multiterritorialidade em diferentes dimensões ou escalas. Neste sentido, é interessante que reflitamos um pouco sobre as relações entre multiterritorialidade e espacialidade diferencial. Essa “multi-escalaridade” das práticas socioespaciais implica a vivência de múltiplos “papéis” que se inscrevem cada um em migalhas de espaço

Vivemos, a partir do momento atual, numa espacialidade diferencial feita de uma multiplicidade de representações espaciais, de dimensões muito diversas, que correspondem a toda uma série de práticas e de ideias. Mais ou menos dissociadas; pode-se distinguir esquematicamente: De um lado, as diversas representações do espaço que dizem respeito a nossos diferentes deslocamentos (**no plano do bairro, do metrô, das migrações diurnas, os eixos rodoviários**). De outro lado, as configurações espaciais das diferentes redes das quais dependemos objetivamente (mesmo sem o saber): redes de tipo administrativo (comuna, departamento), a ‘carta escolar’ que determina a admissão dos alunos nesse ou naquele estabelecimento, o espaço de comercialização de um supermercado, a zona de influência de tal cidade, a rede de filiais de tal grande empresa, o grupo financeiro que o controla - esses diversos conjuntos espaciais, não. [...] Essas representações, frequentemente bem imprecisas, mas que são mais ou menos familiares, proliferam, à medida em que os fenômenos relacionais de todas as espécies se multiplicam e se ampliam e que a

‘vida moderna’ se propaga na superfície do globo (LACOSTE, 1988, p. 23, grifo nosso).

Neste sentido, o desenvolvimento desse processo de espacialidade diferencial, a proliferação de representações espaciais e a dificuldade em “aprender globalmente” nossa experiência espacial contemporânea, destacada por Lacoste, têm a ver com a descontinuidade dos espaços – e dos territórios, organizados muito mais em rede do que em termos de áreas. Diante do dilema de se viver em um espaço tão fragmentado e, em tese, multi-escalar e desarticulado, distinguimos então pelo menos duas grandes perspectivas de tratamento da multiterritorialidade: Multiterritorialidade que inclui, assim, uma mudança não apenas quantitativa – pela maior diversidade de territórios que se colocam ao nosso dispor –, mas também qualitativa, na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma incomum a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios (HAESBAERT, 2011).

Dentro dessas novas articulações espaciais em rede, surgem territórios-rede flexíveis, onde o que importa é ter acesso, ou aos meios que possibilitem a maior mobilidade física dentro da(s) rede(s), ou aos pontos de conexão que permitam ligar as múltiplas modalidades de território existentes, criando, a partir daí, uma nova multiterritorialidade. Trata-se, assim, de vivenciar essas múltiplas modalidades de forma concomitante (no caso da mobilidade “virtual”, por exemplo) ou sucessiva (no caso da mobilidade física), num mesmo conjunto que, no caso dos indivíduos ou de alguns grupos, pode favorecer mais uma vez, um novo tipo de “experiência espacial integrada”.

Esta nova experiência, segundo Haesbaert (2011), que é a experiência da multiterritorialidade em sentido estrito (ou “pós-moderna”), inclui: 1) Uma dimensão tecnológico-informacional de crescente complexidade, em torno daquilo que podemos denominar uma reterritorialização via ciberespaço e que resulta na extrema valorização da densidade informacional de alguns pontos altamente estratégicos do espaço; 2) como decorrência desta nova base tecnológico-informacional, uma compressão espaço-tempo de múltiplos alcances, com o fenômeno do alcance planetário instantâneo; 3) uma dimensão cultural-simbólica cada vez mais importante dos processos de territorialização, com a identificação territorial ocorrendo muitas vezes no/com o próprio movimento e, no seu extremo, referida à própria escala planetária como um todo.

Portanto, a realização da multiterritorialidade contemporânea envolve, como condições básicas, a presença de uma grande multiplicidade de territórios e sua articulação na forma de territórios-rede. Estes, como já vimos, são, por definição, sempre territórios

múltiplos, na medida em que podem conjugar territórios-zona (manifestados numa escala espacialmente mais restrita) através de redes de conexão (numa escala mais ampla). A partir daí, Haesbaert (2005) estabelece diferenciações dentro da própria dinâmica de “multiterritorialização”. A saber: Os agentes que promovem a multiterritorialização e as profundas distinções em termos de objetivos, estratégias e escalas, sejam eles indivíduos, grupos, instituições, o Estado ou as empresas; o caráter mais simbólico ou mais funcional da multiterritorialidade – tal como no território, ela aparece, ora com uma maior carga simbólica (como no caso das grandes diásporas de imigrantes), ora mais funcional (como no caso das redes do megaterrorismo global). No primeiro caso, é importante analisar também as múltiplas identidades territoriais nela envolvidas, o caráter contínuo ou descontínuo da multiterritorialidade, até que ponto ela ocorre pela superposição num mesmo espaço de múltiplos territórios, ou até que ponto ela corresponde à conexão de múltiplos territórios em rede. Por fim, podendo existir também, de certa forma, uma multiterritorialidade no sentido das múltiplas territorialidades acumuladas desigualmente ao longo do tempo. Assim, a multiterritorialidade depende, sobretudo, do contexto social, político, econômico, cultural em que estamos situados.

Outra forma em especial de multiterritorialidade, é aquela construída a partir das diásporas ou redes de diásporas, que está intimamente relacionada ao que já abordamos aqui. Tanto no sentido da desterritorialização, relacionada à visão de território enquanto dimensão cultural, vinculada ao desenraizamento e ao descentramento das identidades territoriais, quanto no sentido mais simbólico da multiterritorialidade, como no caso das grandes diásporas de imigrantes, ligados a processos de desterritorialização e reterritorialização. Neste sentido, Haesbaert (2011) defende que um dos exemplos mais característico de multiterritorialidade é aquele construído através das grandes diásporas de migrantes, e se revela de forma nítida e específica da contemporaneidade.

Os migrantes em diáspora compartilham uma experiência multiterritorial do mundo contemporâneo, incluindo territórios com uma forte carga simbólica, como é característico destes tempos imersos no mundo da produção de imagens e “simulacros”, e uma experiência multipolar, difusa pelos “quatro cantos” do mundo. Estes migrantes vivenciam, por outro lado, como poucos, uma territorialidade multiescalar, na medida em que participam de fortes relações com seu “novo lugar” (um bairro, uma cidade, uma *Chinatown*). Assim, a diáspora constrói e representa a multiterritorialidade, na medida em que o deslocamento e a dispersão de pessoas pertencentes a um grupo com forte identidade cultural através do mundo promovem múltiplos encontros entre diferentes.

Entendemos que as diásporas são desterritorializadoras e capazes de preencher a lacuna entre tendências globais e locais, tirando vantagem das oportunidades econômicas e culturais que são oferecidas. Traduz, ainda, uma adequação de uma população a um espaço dado, circunscrito pela presença perene desta população que vive fora de seu território (território no sentido “clássico”), acionando, a partir deste momento, outra concepção de território, o território-rede, caracterizado pelo desenvolvimento de uma identidade étnica transnacional, seguindo em parte o raciocínio dualista global-local e desterritorialização (HAESBAERT, 2011).

Mesmo que tenhamos apenas a sobrevivência de referências territoriais puramente simbólicas, e que estas se reportem não a territórios particulares, mas aos múltiplos territórios ou à própria dispersão que compõem o grande território-rede da diáspora, ainda assim devemos falar num tipo muito próprio de reterritorialização, uma territorialização múltipla na dispersão, articulada em rede, inerente a diáspora e destacadamente simbólica, ou seja, uma multiterritorialidade em sentido estrito. No entanto, a territorialidade da diáspora não está de modo algum vinculada apenas a uma geografia imaginária ou a uma identidade cultural sem referencial concreto (embora apareça no sentido mais simbólico que concreto), mas sempre a algum vínculo com um espaço material, seja a pátria de origem, sejam áreas no estrangeiro (áreas comerciais ou nos bairros) onde se aglutinam e se organizam os membros da diáspora. Portanto, estas ambiguidades que envolvem o caráter des-reterritorializador (formador de novas territorialidades) das diásporas, parecem sintetizar bem a multiterritorialidade.

### **3.4 Imigrantes e a (re)produção de novas territorialidades**

No jogo contemporâneo dos processos de destruição e reconstrução territorial, fica muito claro o ir e vir entre territórios mais impregnados de um sentido funcional de controle físico de processos e aqueles onde a dimensão simbólica – a territorialidade, para nós – adquire um papel fundamental. Aqui, é importante fazer uma breve apresentação sobre os vínculos e as possíveis distinções entre as noções de território e de territorialidade. A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas “algo abstrato”, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado, a exemplo da “Terra Prometida” na diáspora

dos judeus; territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente.

Como a concepção de territorialidade deve estar sempre associada à concepção de território correspondente, é relevante identificar as distintas possibilidades de se trabalhar com a relação entre território e territorialidade, que se estende desde a concepção de termos sinônimos até a completa separação entre eles. Assim, teríamos leituras desde a territorialidade como uma concepção mais ampla do que território até a territorialidade como algo mais restrito, uma simples “dimensão” do território, passando pela abordagem diferenciadora, que separa e distingue claramente territorialidade e território.

Realizando uma revisão teórica, Haesbaert (2007) propôs uma síntese sobre as diversas formas de concepção de territorialidade, sendo elencadas assim: 1) Territorialidade num enfoque mais epistemológico: “abstração”, condição genérica (teórica) para a existência do território (dependendo, assim, do conceito de território proposto); 2) Territorialidade num sentido mais ontológico: a) Como materialidade (ex.: controle físico do acesso através do espaço material), b) Como imaterialidade (ex.: controle simbólico, através de uma identidade territorial ou “comunidade territorial imaginada”), c) Como “espaço vivido” (frente aos espaços - neste caso, territórios, formais-institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade.

Acerca desse processo de diferenciação, Saquet (2003, 2005, 2015) faz uma abordagem histórica, multidimensional, relacional e processual do território e territorialidade, reconhecendo a unidade dos tempos históricos e co-existentes, as descontinuidades e continuidades, a unidade espaço-tempo e aspectos da relação sociedade-natureza. Para ele, o movimento histórico e relacional a um só tempo, com continuidades (permanências) e descontinuidades (rupturas, mudanças) caracterizam os processos socioespaciais que acontecem, historicamente, na territorialização. O tempo passado, presente e futuro indicam processualidades e, também, simultaneidade, pois vivemos diferentes temporalidades em processo constante e concomitante de desterritorialização e reterritorialização, que gera sempre novas territorialidades e novos territórios que contêm traços/características dos velhos territórios e territorialidades (SAQUET, 2015).

Para este autor, o território é uma construção coletiva e multidimensional, significa apropriação social do ambiente, ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas.

O território é considerado produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. [...] O território é um espaço

natural, social, historicamente organizado e produzido; a paisagem é o nível visível e perceptível deste processo. [...] O território é produto de ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens (SAQUET, 2015, p. 77)

Para este autor, também, há territórios e territorialidades sobrepostos e em rede. Há redes nos territórios e territórios em rede, que se revelam na construção de malhas e nós, resultando, assim, a construção do território e territorialidades por meio das interações sociais, relações de poder e diferentes atividades cotidianas. Do mesmo modo como ele conceituou território pelo viés de vários processos, a territorialidade é tratada no mesmo sentido.

A territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente. A territorialidade também pode ser compreendida como mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares, exercita nas ações sociais. [...] A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos; as territorialidades estão ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2015, p. 83-84).

Partindo então destas diferenciações, podemos propor que a apropriação e a construção do território geram identidades e heterogeneidades e que, estas, concomitantemente, geram as territorialidades e através da reterritorialização reproduzem traços comuns e heterogêneos que estão na base da apropriação e produção das novas territorialidades. Nesta linha de pensamento, compreendemos que o território é produzido por atores através da efetivação, no espaço, das atividades produtivas, das representações simbólicas e das malhas, isto é, o território é resultado das territorialidades efetivadas pelos homens, o que Raffestin (1993) vai denominar respectivamente de sistema territorial, representado por malhas, nós e redes e o sistema de relações tridimensional, sociedade-espaço-tempo.

Vale mencionar que, tanto Haesbaert quanto Saquet baseiam suas abordagens sobre território e a noção de rede, nos estudos do geógrafo Claude Raffestin (1993), que em suas pesquisas teorizou sobre as relações sociais e o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R). Para este autor, o território é constituído pelo movimento dialético de T-D-R e, ao mesmo tempo, por redes, malhas e nós que formam a base material e imaterial de cada território, ou seja, estes elementos, permeados por relações de poder, estão ligados à construção do território a partir da apropriação do espaço. Partindo deste ponto de vista, Raffestin (1993), alinhado ao pensamento de Lefebvre, faz uma passagem do espaço ao território, onde este se forma a partir daquele. Segundo o referido autor

oterritório, nessa perspectiva, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, que ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (pela representação), “territorializa” o espaço.

Assim, para ele a concepção de território pode ser definida como o conjunto de relações efetivadas pelos indivíduos que pertencem a certa coletividade; corresponde a um reordenamento do espaço, onde existe um sistema informacional utilizado pelo homem enquanto pertencente a uma cultura. Vale salientar que, em um momento posterior, Raffestin (2003) propõe caracterizar e/ou identificar os territórios formados por processos culturais, identitários e outros aspectos do cotidiano em quatro níveis e situações distintas e complementares: 1) território do cotidiano; 2) território das trocas; 3) território de referência; 4) território sagrado.

O *território do cotidiano* é o território atual, de todos os dias, no qual se garante a satisfação com os processos culturais. É caracterizado mais pelas discontinuidades. O *território de trocas* também é cotidiano, mas envolve uma articulação entre o regional, o nacional e o internacional, caracterizado pela discontinuidade temporal, espacial e linguística. Constante movimento de mudança. O *de referência* é material e imaterial; histórico, imaginário, subjetivo (memória individual e/ou coletiva), é o território que se habitou e que nutre a identidade atual. Por fim, o *sagrado* está ligado diretamente à atuação das religiões e as ações políticas (RAFFESTIN, 2003). Esta é uma maneira de tentarmos explicar os territórios e as territorialidades destacando a heterogeneidade e os traços identitários de certos grupos sociais.

Precisamos então destacar que, para compreendermos determinados aspectos do processo de T-D-R, especialmente nas migrações internacionais, considerando o constante movimento de indivíduos *no e pelo* espaço, os múltiplos fatores condicionantes, as direções e as interligações, faz-se necessário uma explicação desse fenômeno através do processo de territorialização e da interação/articulação em rede, ou seja, o sistema de relações sociais que é construído se traduz por uma “produção territorial” formada por tessituras, nós e redes, como nos termos propostos por Raffestin (1993). Os migrantes e não-migrantes ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, reguladores ou concentrados.

Considerando o migrante nesse processo, Saquet (2003 e 2008) diz que os territórios são produzidos, portanto, no movimento contínuo e concomitante de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, através da territorialização do migrante, tanto econômica como política e culturalmente. Neste sentido, para autor, o processo de desterritorialização é

construído por um conjunto de relações sociais que são apoiadas, também, na lógica reticular, isto é, produzidas em rede e influenciando diretamente na apropriação do espaço e, portanto, na reterritorialização, tanto econômica como política e culturalmente, no território de destino do migrante, assim “A des-territorialização num lugar significa re-territorialização noutra, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território” (SAQUET, 2003, p. 218).

Para Mondardo (2009), a des-territorialidade consiste no abandono do território no lugar de origem e re-territorialização na construção do território no lugar de destino, mesmo que de maneira funcional. Diante deste esforço de reconstrução do território, o migrante se depara com o fator identidade, ou seja, o sentimento de pertencimento que é sanado pela coesão do grupo e na recomposição de seus territórios, mas, como já mencionado, acontece de forma bastante relativa. Neste sentido, o autor descreve e sintetiza o processo de des-territorialização e re-territorialização e a produção da identidade da seguinte maneira:

Ao movimento de des-territorialização (no lugar de origem) corresponde um outro de re-territorialização (no lugar de destino); a re-territorialização do indivíduo e/ou grupo social se vincula ao sentimento de pertencimento (identidade territorial) a uma coletividade e/ou grupos (e estes a um espaço de referência), e de mediação das relações sociais; no processo de re-territorialização, as redes sociais desempenham importante papel no momento em que ocorre a sua reconstituição (re-significação de outro espaço), a fim de marcar uma ‘territorialidade’ (mesmo que funcional)[...]. (MONDARDO, 2009, p. 5).

Assim, territorialização, ou reterritorialização, seria o movimento de se constituir referenciais simbólicos e identitários (materiais e imateriais) junto a um recorte espacial definido, dotando-o de unidade. Poderia ser também chamada de enraizamento territorial, vinculando populações, empresas e instituições de governo ao território. A desterritorialização, em seu oposto, representa a extroversão e desenraizamento de povos, atividades sociais e econômicas e comunidades de seus lugares, correspondendo à perda de identidades e do enraizamento. A reterritorialização, por sua vez, compreende o movimento de reconstrução e retomada de laços de identidade e inserção territorial sob novas bases de qualificação.

Do mesmo modo, o processo de (des)(re)territorialização busca compreender, também, a construção de novas territorialidades, via diásporas. Neste tocante, as considerações de Homi Bhabha (1998) são importantes para esta compreensão, pois o autor destaca, na diáspora, um processo chamado de “DissemiNação”, que, segundo ele, é um processo de pertencimento identitário simultâneo a “dois mundos”, o deixado e o encontrado. Um território oscilante entre um espaço material e simbólico, entre lugar concreto e imaginado. O

movimento migratório, tratado aqui, se refere principalmente a uma transposição de contextos estruturais (não apenas a um deslocamento de pessoas por determinado motivo) que cercam os indivíduos, como costumes, línguas, tradições históricas, sentidos e significados de lugar. Estes são trazidos pelos sujeitos para o “novo” território no qual se realizam embutidos em outros contextos, re combinando identidades e territorialidades, fazendo emergir uma estrutura social mesclada.

O termo “DessemiNação”, cunhado por Bhabha (1998), trata-se de um jogo de palavras que remete a expressão ao espalhar das identidades em uma nação, causado pelo fato de o migrante ter em si materializado um novo território que reúne duas semi-nações. É uma De-limitação da nação moderna; uma Dis – semi – Nação, onde a pátria e a diáspora tornam-se elementos inseparáveis pelo fato que um define o outro, de modo que, para esses sujeitos, o novo território caracteriza-se como o local do encontro diaspórico. Materializa-se aqui a nação moderna pós-colonial, se constituindo como o “local da cultura”, um lugar onde simultaneamente existem o real, o político e o simbólico, sendo esta situação detentora de diversas contradições. Bhabha (1998, p. 199) define este espaço (local da cultura) com as seguintes características:

[...] Uma forma de vida mais complexa que ‘comunidade’, mais simbólica que a ‘sociedade’, mais conotativa que ‘país’, menos patriótica que a pátria, mais retórica que a razão do Estado, mais mitológica que a ideologia, menos homogênea que a hegemonia, menos centrada que o cidadão, mais coletiva que ‘o sujeito’.

Estas experiências são incorporadas e relacionadas com a dinâmica social e política em diferentes escalas relacionais em que se produzem e reproduzem a definição de sentidos de lugares. Esses sentidos operam sobre a constituição do trânsito identitário do migrante, possibilitando uma multiterritorialidade contemporânea através dos acionamentos efetivos (material ou virtual) de diversos territórios e territorialidades. Essa mudança cultural, política e econômica das relações do migrante, de sua identidade, território e territorialidade no novo lugar e contexto cultural, poderá acarretar na produção de um novo sujeito-territorial pelo processo de hibridização (“geográfica” e “cultural”), pela sua reconversão das suas visões demundo e, por conseguinte, de suas práticas sócioespaciais (MONDARDO, 2010).

Nosso objetivo neste tópico foi de compreender esta dinâmica de “abandono”, de “perda”, esse misto paradoxal de “destruição” e de “reconstrução” de territórios e territorialidade, que constitui o processo de movimentos migratórios e as relações socioespaciais de deslocamento. Podemos então dizer que as mudanças advindas destes

deslocamentos resultam na produção, destruição e reconstrução de territórios. Mondardo (2009, p. 6) faz a seguinte consideração acerca da dinâmica da mobilidade:

A mobilidade implica a ‘perda do território’, implica as decisões relativas ao deslocamento, as situações de ‘deslocalização’, que implica perdas de amigos, de relações, de ‘lugares’ etc. Por outro lado, entender o processo da migração e da desterritorialização, permite demonstrar e problematizar como se deram e se dão as relações de re-territorialização no novo lugar, no ‘território de chegada, ‘da morada nova’, das relações, dos cheiros, gostos, ventos e sabores diferentes do novo lugar.

Portanto, a desterritorialização implica reterritorialização na mobilidade da força de trabalho em outro território através de processos econômicos, políticos e culturais que se processam através das redes de relações entre os migrantes e não-migrantes no território de destino e origem. Vimos, então, que a reterritorialização é marcada pelo movimento de apropriação e reprodução de relações sociais que podem ser produzidas por uma conexão em rede. Nesse processo de reconstrução de seus lugares, que o migrante (é importante salientar que este migrante pode ou não está fixado no lugar de destino) tenta recompor, certamente será diferente em muitos aspectos do que aquele vivenciado no local de origem. A partir desta reconstituição do espaço social do migrante é que abordaremos a importância das redes sociais, no caso da diáspora chinesa, nos lugares onde o migrante tem a possibilidade de identificação e pertencimento.

### **3.5 Os chineses na configuração do território-rede**

A palavra ‘rede’ é hoje de utilização comum, invocada em múltiplas circunstâncias e associada a realidades muito diversificadas. Contudo, apesar do caráter polissêmico e difuso, o conceito e as dinâmicas das redes têm vínculo direto com a demografia e a mobilidade espacial das populações. A rede pode também ser entendida como uma oportunidade e um caminho estratégico, sobretudo quando se discutem trajetórias de lugares. Neste ponto de vista, por oposição ao discurso da concorrência e da competitividade, a rede é uma forma de associação, cooperação e partilha de esforços, territórios e capital (social, humano e financeiro). Portanto, o conceito de rede remete para estruturas constituídas por fluxos, nós e malhas (RAFESTIN, 1993) por onde se recebem, mas também a partir das quais se faz a difusão do material e do imaterial, da influência econômica, dos fatores de interação social, de identidade cultural, numa dinâmica que movimenta e desloca, mas que também cruza e cria novas realidades (CASTELLS, 2000).

Queremos, entretanto, evidenciar aqui a experiência integrada do espaço, constituída pelos migrantes que estejam articulados em rede através das múltiplas relações. Nesse

sentido, segundo Haesbaert (2011), as redes podem fazer circular a memória, as representações, os vínculos, os contatos familiares, as amizades etc. Há sempre território, aquele do cotidiano, porém, sobretudo aquele da origem que carrega o simbolismo do território deixado, que constitui um forte “cimento comunitário” sem o qual a rede não poderia existir e transportar sua memória, seus vínculos e contatos. Entre os territórios de origem e de destino, há várias relações e vínculos sociais realizados pelos migrantes quando percorrem suas trajetórias e quando se reterritorializam. A construção dos territórios, na migração, passa por uma dinâmica em redes que conectam diferentes nós interligados através dos vínculos e dos contatos estabelecidos.

Conforme Haesbaert (2011), para compreender os processos migratórios, o território precisa ser pensando, portanto, numa concepção reticular na forma de um *território-rede*, ou seja, um território no “movimento” ou “pelo movimento”, assim, as redes contemporâneas enquanto componentes dos processos de (des)territorialização configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos. O autor procurando utilizar o termo “território-rede” de modo que não se separe os dois como unidades independentes entre si, chega ao consenso de que

numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território-rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um ‘conjunto de linhas’, numa perspectiva euclidiana (concepção métrica ou topográfica dando origem a territórios), mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a ‘superfície’ territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão [...] (HAESBAERT, 2011, p. 286-287).

O autor acima mencionado parte, mais uma vez, da visão de Rafestin (1993) sobre o território para balizar sua abordagem, ao considerar a proposta deste teórico acerca de uma tipologia sobre a interação entre os elementos que compõem o território: malhas, nós e redes. Onde as malhas (ligadas às sociedades mais tradicionais) representam o “território percorrido” ou a dimensão horizontal, e as redes, intermediadas pelos nós, representam os núcleos urbanos. Partindo da tríade invariante de Rafestin (malha, nós e redes), Haesbaert (2011) simplifica a lógica da tríade em dois elementos básicos: “território-zona” (que denomina de malha) e o território-rede, conjugação de conexões ou nós e fluxos. Neste sentido, teríamos duas formas básicas de territorialização, uma pela lógica zonal, de controle de áreas e limites ou fronteiras, outra, pela lógica reticular, de controle de fluxos e polos de conexão ou redes.

Para nossos propósitos, a característica mais importante das redes é seu efeito concomitantemente territorializador-desterritorializador, o que faz com que os fluxos que por

elas circularem tenham um efeito que pode ser, ora de sustentação, ora de desestruturação. Isto é, as redes, dependendo dos diversos fatores, incluem tanto seu caráter funcional (estratégico) quanto simbólico, pois territorializar-se é sempre uma conjugação de ação concreta e valorização simbólica, de controlar fluxos e estabelecer e comandar redes. Desse modo, a rede, que constitui um dos momentos do território no processo migratório, deve ser compreendida como elemento indispensável para a construção de territórios durante a mobilidade espacial da população e, ainda, deve ser elemento de solidariedade e de conflitos que se circunscreve à migração através da desterritorialização e da reterritorialização. Nessa concepção, conforme Raffestin (1993), não há território sem redes, malhas e nós, que é sempre permeado por relações de poder a partir da apropriação do espaço. Essas redes são inseparáveis dos modos de produção dos quais asseguram a mobilidade.

Podemos então inferir que, no processo migratório, a construção de territórios em rede passa pela interação da comunicação e da informação. Como proposto por Raffestin (1993, p. 204), as pessoas envolvidas na trama territorial “agem e, em consequência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar redes entre elas”. Assim, as redes têm um papel contraditório: ao mesmo tempo, facilitam a mobilidade e substantivam uma estratégia de comando dos migrantes, que são direcionados para cá ou para lá, em virtude dos interesses. Toda mobilidade espacial, portanto, é construída por um *sistema* de relações sociais que se traduz por uma “produção territorial” formada por tessituras, nós e redes, ou seja, os migrantes (e não migrantes) ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, reguladores ou concentrados, construindo uma diversidade de redes de relações sociais, tanto material como simbolicamente (SAQUET; MONDARDO, 2008).

Nesse sentido, vale ainda apontar que, de acordo com Saquet (2008), o território efetiva-se, necessariamente, em rede, envolvendo áreas e manchas, linhas e pontos no espaço, o que resulta em uma constante interligação entre os próprios migrantes e entre migrantes e não-migrantes, conectando diversos lugares e tempos, ritmos rápidos e lentos. E, para o autor, “cada indivíduo age, ao mesmo tempo, em diversas redes, participando com objetivos, formas, intensidades e significados distintos, no mesmo ou entre diferentes lugares” (SAQUET, 2008, p.123). Os migrantes produzem territórios e redes, territórios em rede, através da integração dos fluxos cotidianos. Portanto, cruzam-se numa lógica de conexão em rede, articulando territórios através das redes de circulação de pessoas, de capital e de relações sociais. Há, aí, uma conjugação entre as dimensões sociais do território: economia-política-cultura; conexões simbólicas e identitárias; circulação de mercadorias, informações e pessoas;

relações políticas, de influência e controle, regulação de parentes, amigos e mesmo de pessoas estranhas.

Conforme já discutido no capítulo anterior, os processos de multipolaridade da migração e a inter-polaridade das relações ocorridas na diáspora chinesa possibilitaram a otimização dos recursos espaciais por intermédio da melhoria dos meios de transporte material, a comunicação de pessoas, bens e valores. E, como resultado, os relacionamentos podem ser ativados e uma identidade étnica transnacional pode ser desenvolvida em vários domínios e mobilizados em graus variados. O exemplo clássico é a forma como as redes comerciais são criadas entre a China e os vários países que acolhem a diáspora. Na maior parte dos destinos diaspóricos, os migrantes ou suas gerações seguintes deram início à formação de organizações econômicas nas cidades. Nestas organizações econômicas, podemos pensar em pequenas empresas industriais, importadoras, restaurantes, negócios de bairro (vendas, mercados, lavanderias, tinturas) etc. (PIZA, 2010). Portanto, este modelo empresarial, baseado em negócios familiares, organiza-se a partir de redes de solidariedade e fomentação financeira (CASTELS, 2010).

Entendemos que o conceito de rede tem-se revelado um instrumento valioso para estudar a ação social – que Pedone (2000) denomina de “capital social” e Saquet (2008) chama de territórios em rede. A rede, que do ponto de vista de Rafestin (1993) pode ser flexível, que pode se moldar conforme situações concretas, que é móvel e inacabada. Na visão de Massey (1987), nos processos migratórios, são as redes sociais que conferem a tais fluxos estabilidade, transformando-os em movimento de massa, podendo ser entendido como processo social, organizado por meio de redes forjadas por conexões interpessoais diárias. Salientamos, pois, que as redes sociais mais importantes nesse processo, fundam-se em relações de parentescos, de amizade, de trabalho e na origem comum de relações do indivíduo como fator de condicionamento de seu comportamento.

Portanto, as relações pessoais constituem canais de transmissão da informação, como um “trunfo territorial”, para os migrantes que, inseridos numa rede, podem usar desse recurso de inserção no mercado de trabalho da sociedade receptora. Os fluxos migratórios e a inserção no mercado de trabalho são direcionados, controlados pelos grupos dirigentes e dominantes. A migração laboral é uma estratégia através da qual os trabalhadores e seus familiares se adaptam às oportunidades dos mercados de trabalhos em diferentes espaços. Esta estratégia contribui para o bem-estar do fluxo, assim como a escolha de destinos. Assim, as redes conectadas aos indivíduos e os grupos distribuídos em diferentes lugares otimizam as

oportunidades econômicas e oferecem a possibilidade de deslocamentos múltiplos (PEDONE, 2000).

Parece-nos mais fácil compreender a noção de redes sociais na dinâmica migratória a partir de uma perspectiva micro, centralizada nas ações e interações individuais, nas sutilezas, nas vozes e também nos silêncios. Assim, podemos assinalar a interação formando territórios em rede no processo de migrar e nos desdobramentos de suas trajetórias espaciais (SAQUET, 2008). Numa perspectiva similar, Santos (2007) propõe compreender a migração como um processo nodal: isto é, compreender o movimento da população no espaço e suas diversas interligações, sobretudo através de malhas, que são construídas por relações sociais compostas pelos vínculos de amizade e parentesco.

Logo, nessa perspectiva, a compreensão das redes sociais possibilita trazer à luz e apreender o conteúdo cotidiano das práticas espaciais/sociais dos migrantes, atores que produzem significados e, por isso, ressignificam suas relações sociais através das experiências imediatas que efetivam no território de destino. Desse modo, a rede “possibilita-nos conhecer e compreender o sentido e o significado de suas ações, trazendo assim à luz experiências imediatas/coletivas que permanecem silenciadas e submersas”. Logo, o território é a base material e simbólica, o espaço-tempo que permite ao migrante reconstruir suas relações sociais (domésticas e/ou familiares, profissionais) e reterritorializar-se.

Uma rede consiste, então, em um conjunto de atores, pessoas, objetos ou eventos, conforme Milton Santos (2006), ligados por um tipo específico de relação. A rede, porém, não é consequência apenas das relações que de fato existem entre atores que compartilham uma relação solidariamente amistosa da rede pessoal (parentes e amigos), mas, vale lembrar, que podem ser composta de atores de natureza diversa. Sobre isso, Saquet (2008, p. 125) traz uma problematização.

Quem são os outros participantes das redes de migrações e onde e como se conectam suas relações? Se a primeira propriedade das redes de é a conexão e, no caso da rede social, conectar pessoas, quais são e como ocorrem as relações entre as múltiplas territorialidades e o território? Assim, durante as migrações, as redes são tecidas através do cotidiano, das relações entre amigos, parentes e não-migrantes, na igreja, no trabalho, na rua, na festa, enfim, na miríade de relações sociais que vão reterritorializando o migrante no território de destino.

É fundamental, portanto, considerar as redes nos estudos migratórios para mostrar e explicar as interações, os fatores, os direcionamentos, as influências, enfim, o jogo de poder e o movimento, o vai e vem, às vezes mais intenso e veloz, às vezes mais lento e frágil, para explicitar a interdependência e complementaridade dos lugares, as sobreposições e

articulações territoriais. Tudo isso faz com que a diáspora seja marcada pela construção de redes intensamente moldadas por fluxos de várias ordens. Ela não se restringe, porém, ao processo migratório em si, pois, vivenciada por gerações diferentes, pode incorporar também descendentes de migrantes já nascidos nos países de imigração, mas que, de alguma forma, foram afetados pelas condições envolvidas na migração.

Em certo sentido, a “vida em rede” anima a reprodução de migrantes chineses, pois, ao transitarem através de vários países e construírem relações, fazem dessa condição um “trunfo” ou “recurso espacial”. É uma condição que o migrante chinês carrega enquanto estratégia, a que pode apelar em momentos de dificuldade – sócio-cultural, política e, sobretudo, econômica (MA MUNG, 1999). Se o Estado em que se encontra sofre de forma mais intensa uma crise, por exemplo, ele pode rapidamente acionar seus ex-compatriotas em outro canto do mundo.

Esses recursos espaciais vinculados à dispersão são mobilizados em diferentes escalas e utilizados em diversos domínios, especialmente no campo dos negócios, com a formação de redes comerciais, o deslocamento de atividades de um país para outro em condições desfavoráveis e mesmo a reorientação dos fluxos migratórios em função da conjuntura econômica. Isto mostra que os territórios-rede – e a multiterritorialidade – dos migrantes em diáspora veem-se ainda mais fortalecidos pela dinâmica econômica que aí se constrói. (HAESBAERT, 2011, p. 359)

Trata-se, de certa forma, da facilidade de transitar entre territórios – um “viver nas fronteiras” – uma espécie de transterritorialidade que valoriza não exatamente a fixação, mas o trânsito, o ir-e-vir entre territórios distintos. Para complexificar ainda mais esse processo multi e/ou transterritorial das redes migratórias diaspóricas, cabe lembrar que, aqueles dotados de maior mobilidade, não constituem obrigatoriamente um grupo desterritorializado, não só porque simbolicamente podem “carregar consigo sua territorialidade” (enquanto referência espacial de identidade), mas também porque podem transitar sempre pelo mesmo conjunto de territórios – sejam eles bairros de predomínio da mesma etnia, empresas do mesmo grupo, hotéis e restaurantes das mesmas redes, como se fossem um conjunto de dutos e bolhas onde o convívio com seus semelhantes encontra-se sempre assegurado. Nesse sentido, para o autor, a diáspora e/ou a migração é um processo multiterritorial que se faz pela interação em rede, pois:

Mesmo que tenhamos apenas a sobrevivência de referências territoriais puramente simbólicas, e que estas se reportem não a territórios particulares (como o Estado nação ou a região de origem), mas aos múltiplos territórios ou à própria dispersão (territórios dispersos) que compõem o grande território-rede da diáspora, ainda assim devemos falar num tipo muito próprio de reterritorialização, uma territorialização múltipla, na dispersão, articulada em rede, “com ou no movimento”

(inerente à diáspora) e altamente simbólica – em outras palavras, uma multiterritorialidade em sentido estrito (HAESBAERT, 2011, p. 356).

A partir desta reconstituição do espaço social do migrante é que abordaremos a importância das redes sociais, no caso da diáspora chinesa, nos lugares onde o migrante tem a possibilidade de identificação e pertencimento. As redes podem ser consideradas como um alívio ao impacto das mudanças espaciais vividas pelos migrantes. Nesse sentido, as redes sociais podem ser como uma expressão marcante da importância dos lugares para o indivíduo e fundamentais para relação ser-lugar (MARANDOLA JR.; DAL GALLO, 2009).

O fato das redes sociais trazerem mudanças significativas para o local de destino, por reproduzir nelas as cosmovisões do migrante, elas precisam ser observadas por dimensões. Por exemplo, a dimensão das redes sociais estabelecidas pelos chineses nas cidades de Nova York e São Francisco (MACHADO, 2006) com as *Chinatowns*, ou mesmo em São Paulo, não é comparável com as estabelecidas em Recife (SILVA, 2008) e em Teresina, onde as relações se dão principalmente a partir do comércio (MACHADO, 2006). No entanto, elas funcionam basicamente para recuperar o bem-estar e diminuir os impactos do novo lugar.

São uma resposta às dificuldades de inserção/adaptação encontradas no local de destino. A busca de cooperação para enfrentar os desafios impostos pela nova realidade vivida pelo migrante certamente traz benefícios de ações individuais [...] dessa forma, essas redes representam um referencial identitário para o migrante e um meio fundamental para orientar seu envolvimento no local de destino (MARANDOLA; DEL GALLO, 2009, p. 6).

Certamente que esta cooperação não se dá de qualquer forma, sem referenciais prévios. Os migrantes possuem uma rede de lugares e relacionamentos baseados na confiança alicerçada na origem comum, para estabelecer laços de confiança para, então, iniciar seu processo de territorialização. E neste sentido, eles passam a ter “domínio” e “controle”, gerando novas territorialidades, a exemplo do que ocorre no Centro de Teresina, onde existe certo domínio dos chineses no comércio de produtos importados. Portanto, numa dimensão mais ampla, vemos que o processo de reterritorialização se concretiza na cooperação e consolidação das redes nas suas diversas formas de ligações identitárias.

A rede social necessita da cooperação entre seus integrantes para existir e a identificação entre os membros seja talvez a melhor forma de garantir essa cooperação. Essas redes se fundamentam nas relações de amizade, vizinhança, parentesco, trabalho e origem comum entre os migrantes. A reciprocidade garante que a rede social funcione da maneira mais igualitária/democrática possível para seus membros, pois permite a troca do capital social entre os membros de forma geral. (MARANDOLA; DEL GALLO, 2009, p. 9)

A relação existente entre as redes sociais de cooperação e a diáspora chinesa, utilizado por Silva (2008), e que também está em consonância com aquilo que discutimos sobre des-territorialidade, é que “o termo diáspora é entendido enquanto um conjunto de experiências subjetivas que integram deslocamentos, desigualdades sociais, hibridismos e conflitos culturais” (SILVA, 2008, p. 15). O mesmo autor ressalta “que diásporas são redes dispersas de pessoas que compartilham experiências históricas comuns de expropriação, deslocamento e adaptação” (CLIFFORD, 1994, apud SILVA, 2008, p. 15).

Machado (2006), defende que a China hoje é detentora de uma das maiores economias mundiais e que a diáspora tem grande importância nesse processo, pois interliga redes de mercado e parentesco espalhadas pelo mundo. A autora utiliza um termo onde a lógica pessoal de favores que dá sustentação a essas redes é chamada de “Guanxi”. Segundo Sheng (2008), os relacionamentos que ocorrem na China, chamado Guanxi, é uma forma especial de conexão baseados na confiança, onde estão envolvidas trocas de favores, principalmente nos negócios. Esta prática é desenvolvida aqui no Brasil pelos imigrantes chineses em seus negócios.

Portanto, as redes sociais chinesas baseiam-se pelo Guanxi mesmo estando fora de seu território e é a base dos negócios desenvolvidos no Brasil e, conseqüentemente, em Teresina. Isto é, “constitui comunidades multilocais de dimensões globais que representam uma mesma totalidade. As redes são mantidas, apesar da distância, por laços de parentesco, patriotismo, reciprocidade e cooperação de crédito” (MACHADO, 2006, p. 9). A mesma autora, através de suas experiências e pesquisas acerca da relações chinesas, pôde observar que

as redes são fortificadas o tempo inteiro através de inúmeras manobras. No âmbito econômico, são vendidos produtos globalizados, mas fabricados na China, preferencialmente de parentes e ou amigos. [...] A venda homogeneizante de grande quantidade de produtos de massa a preço muito baixo reduz a concorrência e, ao mesmo tempo, dificulta que alguém externo as redes sociais consiga entrar nesse sistema de informação e mercado no interior das famílias, existe um fluxo constante de dinheiro, seja para trazer um parente para o lugar onde se está, seja para ajudá-lo ou visitá-lo. (MACHADO, 2006, p. 10).

Desta forma, podemos compreender que as redes sociais chinesas, aqui em Teresina, são desenvolvidas principalmente por meio da atividade comercial, ou seja, há uma constante cooperação social e financeira entre parentes, amigos, vizinhos que chegam a Teresina, para morar e/ou para trabalhar, sendo reproduzida de certa forma sua territorialização, e preservando certo desapego com o local de destino, permanecendo aqui, condicionados pelo sucesso do negócio.

### **3.6 A cidade como “espaços” para desenvolvimento das práticas e territorialidade dos migrantes chineses**

Uma das justificativas para abordarmos a vinculação da cidade com as práticas dos chineses, é que os deslocamentos desse grupo são marcados por migrações urbanas, ou seja, eles residem principalmente nas áreas urbanas das cidades para atuarem, em especial, no comércio (PIZA, 2012). Ao estudarmos a história do comércio, vemos que este sempre ocupou um lugar estratégico no espaço das cidades, visto que sua função é produzir e aproveitar-se da concentração populacional. Cidade e comércio pressupõem um encontro do fluxo de pessoas, mercadorias, ideias e culturas. As cidades contemporâneas vivem tempos de mudanças, caracterizando-se pela mobilidade e pela circulação de pessoas, turistas, migrantes que mudam de lugares, assim como produtos, mercadorias, imagens e ideias que se desterritorializam e se virtualizam nos espaços (SANTOS, 2006). Neste sentido, a localização é considerada como um pré-requisito para instalação de um estabelecimento comercial. Assim, o comércio passa tanto por uma função social quanto econômica, que vai inventando e adotando novas técnicas de comercialização, expandindo, incorporando e promovendo mudanças no espaço onde ele ocorre (CLEPS, 2004).

De acordo com Vargas (2001), na história, as diversas formas de comércio localizavam-se, de modo geral, no centro das cidades e apresentavam características muito comuns. Espaços centrais, destinados à comercialização de produtos de várias origens. A intensificação das relações internacionais do trabalho, as mudanças na geografia da produção, a velocidade das informações, dos meios de comunicação e transportes, o crescimento internacional da economia e dos serviços, promoveram uma forte interdependência entre lugares, alterando-se, assim, as exigências locais<sup>26</sup> para o comércio varejista. Há na realidade, atualmente, uma tendência das atividades comerciais localizarem-se de acordo com a distribuição da população.

Acreditamos que a globalização é uma realidade que (re)organiza o espaço, pois a atualidade está marcada por uma incessante mobilidade, resultante da globalização. Com o avanço do capitalismo global, por intermédio dos grandes grupos empresariais, surgem novos espaços que procuram absorver as tradicionais estruturas espaciais de comércio (comércios nas áreas centrais das cidades, comércio de ruas, feiras etc.). Nas últimas décadas,

---

<sup>26</sup> No que diz respeito a escolha da localização para o desenvolvimento da atividade comercial, Vargas (2001) desenvolveu alguns princípios para escolha da localização do estabelecimento, dentre estes, o potencial de crescimento da área (negócios que podem ser gerados, crescimento demográfico e de renda); a acessibilidade (vias e meios de transportes disponíveis); localização entre moradias e compras habituais; compras comparadas, especializadas; compatibilidade e os custos de funcionamento

os estabelecimentos comerciais de ruas passaram, cada vez mais, a coexistir e “dividir espaço” com os shoppings centers, hipermercados (atacadistas e varejistas), entre outras atividades econômicas praticadas em grandes superfícies. Detentoras de uma organização e estrutura complexa, com elevados investimentos, as grandes superfícies comerciais atuam, demonstrando força e concentração financeira e comercial. Marcando, assim, a periferização da centralidade urbana (BERNARDINO; ROCHA, 2015).

No entanto, entendemos que as ruas das grandes cidades brasileiras são espaços privilegiados para a compreensão das dinâmicas urbanas, no que tange ao consumo, ao trabalho, ao lazer e à sociabilidade, enfim, às relações sociais presentes no espaço urbano. Em tempos de construção de novos e de remodelação ou expansão de *shopping centers* nas cidades brasileiras, é interessante perceber que há “resistência”, permanência ou de (re)florecimento do comércio de rua nas nossas cidades. Uma visão mais pessimista, que poderia prever a total decadência ou enfraquecimento do comércio de rua, face ao crescimento do número de outras modalidades de centros comerciais, aliado ao aumento do comércio virtual ou eletrônico, desconsideraria que essas modalidades de comércio nem sempre são concorrentes, pois representam espaços de consumo diferentes, que, ao que temos observado nos últimos anos, tendem a ser complementares (CORRÊA, 2015).

Outra forma de ver que o comércio de rua, especialmente no centro, ainda tem sua substancial importância na economia da cidade, seria comprovar as tradicionais ruas de comércio específico que resistem, às vezes, com dificuldades às transformações impostas pela dinâmica urbana. As ruas de comércio especializado são aquelas em que há forte presença, clara predominância ou mesmo exclusividade de um segmento de comércio. Em Teresina, temos alguns casos, por exemplo, as *bomboniéres* localizadas na parte centro/sul da cidade, entre as Ruas Rui Barbosa e Firmino Pires, próximas à Praça Conselheiro Saraiva e as lojas de produtos em couros e similares, nas proximidades do mercado central. Nessas ruas, é possível encontrar uma concentração de lojas que comercializam um mesmo tipo de mercadoria. Compreender a dinâmica dessas ruas, buscando mostrar as trajetórias que as levaram a tornarem-se ruas de comércio especializadas em um tipo de produto, mostra que mudanças podem fazer com que esse caráter de especificidade seja reduzido, abrindo espaço para a existência de outros tipos de lojas e produtos, mas não ser extintos ou se tornar inexpressíveis.

Ampliando a visão escalar para além das cidades brasileiras, as ruas de comércio especializado (ou não) estão presentes em várias cidades europeias. Portobello Road, no bairro de Notting Hill, em Londres, que concentra um incrível número de antiquários; Brick Lane, também em Londres, e Carrer de la Riera Baixa, no bairro do Raval, em Barcelona,

ambas conhecidas por suas lojas de roupas de segunda-mão (especialmente *vintage*); as ruas do Triangle d'Or, em Paris, com suas butiques de luxo. Com estes poucos exemplos, nesses e em outros países, queremos mostrar que o comércio de rua é visto como algo estimulante à vida econômica e social das cidades, e é incentivado e divulgado pelo poder público e pela iniciativa privada. Trata-se, portanto, de analisar o consumo de uma perspectiva que não reduza esse fenômeno social a uma dimensão meramente econômica ou utilitarista, mas que, ao contrário, ressalte os aspectos de linguagem coletiva, de comunicação e de classificação social (CORRÊA, 2015).

É possível, então, dizer (do ponto de vista antropológico) que o consumo pode ser entendido como uma forma de subsistência, mais também de promover relações sociais, ou seja, de comunicação entre as pessoas, na qual os objetos atuam como mediadores desse processo interativo. Logo, servem para produzir sistemas classificatórios a partir dos quais os grupos sociais demarcam fronteiras e diferenças entre si. Os bens e mercadorias servem para dar visibilidade e estabilidade às categorias da cultura. Sob essa perspectiva cultural, espaços de comércio e consumo são lugares nos quais, e a partir dos quais, é possível perceber e analisar especialmente uma das dimensões do consumo: a troca, ou seja, a comercialização, em seus mais variados aspectos.

Vemos que, a conformação de uma cidade e a organização de seus espaços forma uma base material por meio da qual é possível fazer uma reflexão sobre a gama de sensações e práticas sociais. A cidade, como espaço de interação e hibridismo, constrói e reconstrói no tempo identidades, produz e reflete significados, deslocando a atenção para esses processos sociais. Pressupõe-se que compreender o espaço urbano por meio da consideração da cultura, ou múltiplas culturas, e dos seus espaços intermediários – ruas, bairros e equipamentos como as lojas e restaurantes –, é uma forma de buscar meios de melhor percebê-la. Vale frisar, aqui, a perspectiva intersticial de Bhabha (1998), na qual os espaços liminares, os “entrelugares” de passagem, situados no meio das designações das identidades, se transformam no processo de interação simbólica, possibilitando os hibridismos culturais ao acolher as diferenças.

A(s) cultura(s) da/na cidade, como espaço de enraizamento, memórias, interação, fronteiras e hibridismo, constrói no tempo identidades, produz(em) e reflete(em) identificações, símbolos, signos e significados. A metrópole contemporânea, apesar de sua diversidade e de seus problemas, comporta diferentes formas, fronteiras, interstícios, espaços liminares e singulares, por meio dos quais seus habitantes estabelecem vínculos entre si e com a cidade, onde ocorrem as “experiências da rua” (MAGNANI 1991). Ao observar o espaço

citadino, Ana Fani (2007, p. 17) faz uma análise da reprodução da vida pela tríade: habitante-identidade-lugar.

A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

Augé (2004) classifica o “lugar” como possuindo duas vertentes distintas e complementares. Na primeira, o lugar é visto como “identitário” (lugar antropológico), pois representa para as pessoas que o ocupam um conjunto de possibilidades, “relacional”, porque se trata de um espaço existencial e experiencial, e “histórico”, pois se trata de “lugares de memória” com forte conteúdo simbólico. Em oposição à ideia de “lugar antropológico”, o autor propõe o conceito de “não-lugares” como espaços que não se caracterizam como identitários, nem como relacionais, nem como históricos. Trata-se de espaços constituídos em relação a determinados objetivos, como transporte, trânsito, comércio, lazer e espaços nos quais os indivíduos mantêm uma relação de uso, que dizem respeito a seus fins. O autor sublinha, ainda, que essas duas realidades – “lugar” e “não lugar” – coexistem e podem se misturar e caracterizar um mesmo espaço, no qual uma e outra jamais se realizam totalmente (IPIRANGA, 2010).

A cidade, como espaço de interação e hibridismo, constrói e reconstrói no tempo identidades, produz e reflete identificações, símbolos, rituais, signos e significados. Sendo, portanto, espaço de dualidades, de dessemelhanças e pluralidade. Nesse contexto, as cidades tornam-se um território qualificado de “comum”, no qual é tecido um conjunto de relações no intuito de capturar e unir o espaço construído em torno dos fluxos ao espaço dos lugares capazes de potencializar e aproveitar os recursos, abrindo novos caminhos de desenvolvimento local por meio do capital humano e da valorização cultural. É nesse contexto que se dá o redescobrimto da dimensão territorial, revelando o elo entre globalização e localização, com a introdução de novas alternativas em torno do desenvolvimento de novas territorialidades.

Considerando o que foi exposto, a cidade de Teresina se insere neste contexto, pois historicamente sua fundação tem forte relação com a economia desenvolvida inicialmente na área central, sendo marcada pelo predomínio da atividade comercial (FAÇANHA, 1998). O centro da cidade foi, desde a sua fundação, em meados do século XIX, uma área dividida entre os serviços públicos, comércios e domicílios. Mas, com o processo de transformação do espaço urbano, grande parte das antigas residências se tornaram lojas, lanchonetes, clínicas ou

abrigo para outro tipo de serviço. Por isso, as pessoas abandonavam as residências da região central para se instalarem em outras regiões da cidade. Assim, esta área concentra o centro financeiro, os serviços públicos e o comércio popular da cidade.

Como acontece na maioria das cidades brasileiras, Teresina, onde existem variados centros de compras, (*shoppings*, redes de hipermercados e bairros como novas centralidades), as ruas no centro continuam resistindo a essas novas modalidades de comércio, com suas atividades bastante intensas. As ruas são, conforme Magnani (1991), “espaços intermediários” entre as quais se desenvolvem uma “sociabilidade básica” que se caracterizam como “lugares” de experiências vividas, mas que produzem identidades “em andamento”, o que possibilita a comunicação e negociação nos “entrelugares”, unindo-se aos “não lugares”, pois são direcionados para os seus usos e fins de sociabilidade produtiva, modelando novas identidades baseadas em hibridismos culturais, imersos nesse processo de transformação histórica espaço-temporal da cidade de Teresina. Nesse contexto urbano, ampliado pela mobilidade de migrantes chineses comerciantes – em busca de melhores negócios – e pelos fluxos provenientes de suas atividades nas ruas, atraem pessoas de todos os cantos da cidade.

Assim, o centro de Teresina, por sua circulação, concentração de atividades comerciais, de serviços, mobilidade de trabalhadores, de consumidores e fluxos de capitais e mercadorias, configurou-se o local ideal para os investimentos chineses, onde vemos a utilização do espaço através da mobilidade de indivíduos e mercadorias chinesas. Portanto, os chineses se fixaram especialmente no centro comercial da cidade, a fim de desenvolverem suas atividades, ou seja, materializar o dispositivo comercial. Vale retomar aqui a importância dos estabelecimentos comerciais nas ruas. Em São Paulo, o comércio chinês se espalhou pela Rua 25 de Março, no Rio de Janeiro, nas adjacências do Saara, e, em Teresina, os estabelecimentos se encontram em diversas ruas onde há uma intensa circulação de pessoas. A disposição espacial dos estabelecimentos é ainda favorecida pela proximidade de praças centrais, pontos de ônibus e de outros serviços públicos e privados peculiares ao do centro desta cidade.

Considerando que a apropriação do espaço traduz a maneira como ele é ocupado, seja por objetos, atividades, indivíduos ou grupos, e que a cidade pode ser apreciada sob o ponto de vista daqueles que nela vivem e que dela se apropriam, podemos perceber que a atividade comercial se desenvolveu em Teresina tanto historicamente quanto por processos de mobilidade recentes, originada pelo deslocamento de famílias de imigrantes chineses, comerciantes. Portanto, hoje se percebe que, na articulação entre essas diferentes culturas com aquelas nativas, nesses “entrelugares”, teceram-se laços híbridos, estabelecendo alteridades

coexistentes na elaboração de estratégias de subjetivação singular e coletiva. Essas estratégias deram início a novos signos de identidade, revelando diferentes códigos culturais e moldando espaços inovadores, sobretudo no âmbito das atividades econômicas – comercial – que caracterizam, hoje, a cidade de Teresina.

#### **4. DIÁSPORA, TERRITORIALIDADE, REDES E COMÉRCIO DOS CHINESES EM TERESINA/PI**

Vamos tratar, neste último capítulo (após percorremos um longo caminho teórico-conceitual, fundamental para nosso estudo), sobre a realidade empírica da pesquisa, analisando a presença dos chineses em Teresina, com base no que foi discutido sobre os conceitos de diáspora, territorialidade, mobilidade e rede, e os empregamos, por meio do método hipotético dedutivo, à realidade teresinense. Procuramos, assim, saber se nossa hipótese sobre a presença dos chineses em Teresina pode se configurar como resultado/reflexo da diáspora chinesa, levando em consideração as características desta diáspora. E ainda observamos a construção da territorialidade dos chineses em Teresina, estabelecida por meio do implemento de seus negócios.

##### **4.1 Diáspora, mobilidade e a reprodução identitária da presença dos chineses em Teresina**

Vimos que vários autores (MA MUNG, 1999; TROLLIET, 1994; HAESBAERT, 2011; BAUMAN, 1999, entre outros) apontam diversas características à diáspora, situando-a como um fenômeno social, cultural e econômico ligado às migrações internacionais. Ressaltamos, assim, que o conceito empregado em nosso estudo, sobre a diáspora, refere-se aos múltiplos significados e facetas que o termo assume, nos diversos processos migratórios da contemporaneidade. Procuraremos, então, ao longo deste capítulo, apresentar e/ou enquadrar algumas das características apresentadas neste trabalho ao caso de Teresina, relacionando a diáspora chinesa com a presença destes imigrantes em nossa capital, além de outros processos inerentes à diáspora. Iniciaremos nossa análise fazendo uma breve consideração sobre a inserção dos imigrantes chineses em território teresinense, motivados, especialmente, pelo desenvolvimento de suas atividades comerciais.

Conforme dados que coletamos na Polícia Federal do Piauí, por meio de ofício encaminhado pela Coordenação do Programa Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí, o número de imigrantes chineses no Piauí, atualmente, é de cerca de 140 chineses residentes, sendo que 130 deles moram em Teresina e, os demais, na cidade de Parnaíba (é possível que haja chineses em outras cidades do estado sem registro na PF). Neste número, não estão incluídos os descendentes ou as crianças nascidas em Teresina, pois, em virtude disto, elas adquirem automaticamente nacionalidade brasileira. Esse fato acaba se

tornando uma forma ou um “recurso” utilizado pelos chineses para que lhes seja garantido, também, o direito de permanência no país, e claro, no Piauí.

O fluxo migratório de imigrantes chineses para Teresina se intensificou a partir do ano de 2009, embora, antes, já houvesse a presença de alguns chineses em Teresina, entre os anos de 2002 e 2004. De modo geral, o fenômeno da imigração chinesa para Teresina é recente, possuindo uma extensão pouco maior de dez anos, tendo em vista que, os chineses, ao responderem aos formulários, informaram que residem em Teresina há cerca de nove ou oito anos. Coincidindo, assim, com o período de maior fluxo de imigrantes. De acordo com informações prestadas pela Polícia Federal, no setor de imigração, responsável pelo serviço de atendimento e controle de estrangeiro, no ano de 2009 houve algumas ondas migratórias internas, motivadas, especialmente, pela regularização de estrangeiros no país, pois neste ano havia muitos imigrantes ilegais. O governo resolveu, então, criar a Lei de Anistia 11.961/2009, para regulamentar a situação destes estrangeiros.

A partir de então, os imigrantes chineses, oriundos principalmente da região Sudeste, começaram a procurar outras regiões do Brasil, e, como vimos, grande parte deles se concentram nesta região do país, na cidade de São Paulo. De acordo com o IBGE (CENSO, 2010), a região Nordeste, nos últimos 10 anos, se configurou como o principal destino dos orientais, e os chineses são os que mais realizaram esta mobilização interna. A atração pelo Nordeste se deu principalmente pela atuação no comércio popular e por um aquecimento econômico da região. É importante destacar, também, que muitos dos chineses (comerciantes) deixaram os grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, devido à forte concorrência e saturação no comércio nestas cidades, por isso migraram para a região Nordeste em busca de novos mercados. Neste contexto, Teresina passou então a fazer parte da rota de destino dos chineses para desenvolverem seus negócios, com forte atuação no comércio de variedades, produtos importados e pastelarias (SOUSA, 2014).

Vieram, primeiramente, poucos comerciantes, já experientes, para analisar como fariam para abrir um negócio, se seria promissor ou não, conforme afirmou uma das donas de pastelarias. Ela relatou que o pai veio primeiro, abriu uma pastelaria, e que deu certo, vindo ela posteriormente. Observamos, pois, que a principal razão para vinda de imigrantes chineses a Teresina foi à busca por melhores condições de vida e de desenvolvimento de suas atividades comerciais no “fértil terreno” encontrado na cidade. É importante, porém, ressaltar que, recentemente, a chegada de imigrantes chineses reduziu, limitando-se eventualmente a alguns casos específicos.

Ressaltamos que o número de imigrantes chineses que participou diretamente da pesquisa, através de questionários, foi de apenas dez (quatro donos de pastelarias e seis de armarinhos), representando 33% do total de 30 donos de estabelecimentos contabilizados de ambos os ramos de atividade. Este número não foi possível ser maior devido à dificuldade na comunicação com eles, pois muitos deles não falam e nem compreendem bem o português, outros, simplesmente se negaram a participar da pesquisa.

Diante dessas considerações, destacamos o importante papel da mobilidade neste caso, pois entendemos que a presença dos chineses em Teresina advém, de certo modo, da acrescida facilidade dos deslocamentos entre os mais diversos lugares do Brasil e do mundo, a partir de todas as origens e em direção a qualquer destino, o que Baumam (1999) denomina de “acesso à mobilidade global”. A mobilidade, característica da pós-modernidade, marcada pela fluidez dos que se movem, contribui para que estes não se fixem ao espaço (não de modo definitivo), pois estão sempre prontos a mudar. Essa é uma marca dos chineses em Teresina, muitos já vieram e já (re)tomaram outros destinos. Essa situação está condicionada, principalmente, pelo sucesso ou não dos seus negócios, pois, ao perceberem que não é mais “vantajoso” o negócio, logo buscam outro destino, demonstrando, assim, uma forma de desapego ao local de destino (SOUSA, 2014).

Neste sentido, o que alimenta o efeito da diáspora chinesa em Teresina são as remigrações, ou seja, o deslocamento de origens e destinos diversos (veremos um pouco mais sobre este aspecto mais a frente), aquilo que os autores Haesbaert (2005, 2008, 2011) e Ma Mung (1994, 1999) chamam de “interpolaridade” e “multipolaridade”. Na pesquisa de campo, com a aplicação de formulários e durante algumas conversas informais com os chineses, observamos que muitos deles vieram de São Paulo, alguns da própria China, e poucos de outros países, como dos Estados Unidos da América. Isso, como vimos, aconteceu em outras cidades brasileiras, onde foram realizados estudos sobre a diáspora chinesa, por exemplo, em Recife, em Caruaru, no estado de Pernambuco (SILVA, 2008), e Curitiba, no Paraná (PIZA, 2012).

Outro fator que enseja a diáspora chinesa no contexto da mobilidade, são os imigrantes trabalhadores que buscam por meio da mobilidade a chance de uma vida nova. A partir desta busca por oportunidades, os trabalhadores chineses em Teresina realizam uma mobilidade e efetivam sua relação com o trabalho, isto é, realizam a mobilidade da força de trabalho, descrita por Goettert (2010) (ver nota 24). Pois são pessoas que se deslocam por motivos econômicos, em uma sociedade pós-moderna de consumo e estratificada, imersa em processos socioeconômicos (HASBAERT, 2011). Portanto, esta intensa mobilidade permite falar na

experiência de uma multi ou mesmo transterritorialidade, especialmente por estar relacionado a processos diaspóricos, e, como já vimos, é peculiar à diáspora chinesa.

Neste sentido, percebemos, pela pesquisa, que os chineses residentes em Teresina realizam um constante movimento entre os estados brasileiros, principalmente, São Paulo e Rio de Janeiro, e frequentes viagens para a China (ou as “chinas”)<sup>27</sup>, e também para outros países. Esta variabilidade territorial em que os chineses estão mergulhados nos leva a defender aquilo que Haesbaert (2011) denomina como “multiterritorialidade” ou “multiplicidade territorial”, em termos de dimensões sociais e escalares, marcados pela fragmentação e a passagem constante de um território a outro por meio da fluidez e mobilidade (território-rede).

Consideramos, assim, que a abordagem sobre a mobilidade em nosso estudo se dá pela importante relação com o múltiploconceito de diáspora, ao evidenciar os novos processos de migrações interpolares que se estabelecem entre os diversos destinos e uma nova dinâmica que resulta da interação entre a globalização, economia e a sociedade em rede. Não se restringe, portanto, apenas ao ato migratório. Assim, a presença dos chineses em Teresina é produzida por percursos espaciais e sociais, composto por itinerários que atravessam tanto a imigração quanto a remigração, que estão relacionados à questão das oportunidades e à realização do projeto migratório. cremos, portanto, que Teresina tem sido impactada com essa intensa e diversificada mobilidade de pessoas, provocada pela permeabilidade entre unidades federativas, bem como entre nações e a fluidez das relações em nosso mundo contemporâneo. Para uma melhor compreensão, inserimos, a seguir, um quadro síntese que relembra as principais características da diáspora chinesa apresentadas neste trabalho.

Quadro 03: Resumo das principais características da diáspora chinesa.
Forte identidade cultural e a manutenção de laços com o país de origem.
A existência de uma terra natal na memória coletiva, para onde, um dia, os membros e seus descendentes eventualmente voltarão.
Multiterritorialidade ou transterritorialidade, onde os participantes da diáspora cruzam mais de uma territorialidade ao mesmo tempo, seja concreto ou simbolicamente, em uma escala local ou global.
Multipolaridade e interpolaridade como recurso espacial, usufruindo da dispersão para expansão de seus negócios.
Uma forte organização dos grupos dispersos em forma de rede.
Uma longa duração dos vínculos, por várias gerações, na dispersão.

Fonte: adaptado das obras de Haesbaert, (2011); Ma Mung, (1999); Bruneau (2010).

<sup>27</sup>A origem dos chineses participantes da pesquisa são de diversas regiões da China, a exemplo de Zhejiang, Hong Kong, Fuzhou, Fuzhou, Ghuanzhou (Cantão). Além de revelar a diversidade de regiões, isto também demonstra a diversidade cultural e territorial dos chineses em Teresina. Isso torna ainda mais dinâmico a análise da multiterritorialidade em que os chineses estão inseridos.

Continuando nossa análise, a pesquisa também demonstrou que o aspecto da diáspora que trata sobre o vínculo cultural-histórico, construído e acumulado na dispersão através de diversas gerações, também tem influenciado a condição de “ser e estar” dos descendentes de imigrantes chineses nascidos no Brasil, e também em Teresina. Relacionado a este aspecto da diáspora, Haesbaert (2012, p. 3) acrescenta:

Ela não se restringe, porém, ao processo migratório em si, pois, vivenciada por gerações diferentes, pode incorporar também descendentes de migrantes já nascidos nos países de imigração, mas que, de alguma forma, foram afetados pelas condições envolvidas na migração [...] –, uma espécie de ‘ser no mundo’.

Sobre as condições que afetam os descendentes dos chineses em Teresina, queremos apontar dois pontos importantes: a necessidade dos filhos aprenderem o mandarim e, interligado a este, o caráter agregador da língua. Em uma entrevista com um dos filhos dos chineses de 17 anos, que estuda em uma escola particular da cidade, nos informou que os filhos dos chineses nascidos no Brasil são incentivados e enviados à China para passarem um período e estudarem o mandarim, dado a sua importância. E pelo que já abordamos, o mandarim é considerado uma língua universal chinesa. Ele mesmo afirma ter passado seis anos na China para aprender o mandarim, além de ter contato com a terra natal dos pais. Estes não chineses por nascimento conservam, em intensidades variadas, inúmeras práticas e costumes das regiões de seus parentes, mantendo-se ligados a muitas das características culturais da China. A que vemos com maior destaque em Teresina é o uso da língua oficial.

O outro ponto a ressaltar, diz respeito a uma prática que frequentemente foi observado nas várias visitas aos estabelecimentos dos chineses: o uso do mandarim entre eles mesmo, como principal meio de comunicação e integração. Neste caso, percebemos que a língua se torna um agregador, um fio que conduz à unidade. Assim, ao falarem a mesma língua, é que se entendem e se sentem todos chineses. Neste sentido, a língua pode funcionar como marcador da diferença que o torna chinês ante a sociedade de imigração, ou seja, se falam o mandarim, são, portanto, diferente dos brasileiros, que falam português.

Dessa situação decorre outra problemática que vivenciamos muito durante a pesquisa de campo. A dificuldade em dialogar com os chineses e de ser compreendido por eles, devido ao pouco conhecimento do vocabulário português. Nas abordagens, para conseguirmos uma entrevista, muitos respondiam que não falavam o português, por isso, não entendiam o que lhes era perguntado. Eles usavam expressões como: “non entendo”, “non falo o português”, ou simplesmente balançavam a cabeça indicando que não. Quando dizíamos que outros já tinham participado da pesquisa, eles diziam: “é mesma coisa”, isso para encerrar a

abordagem. Por vezes, recorriamos aos filhos mais novos, que falam bem o português, ou aos funcionários mais antigos que já trabalhavam com eles há muito tempo e se tornavam interlocutores nos momentos de conversa que tivemos com os proprietários de lojas. Assim, existe uma parte dos imigrantes chineses, especialmente da primeira geração, ou, como costumamos chamar, “os mais velhos”, que ainda mostram resistência a essa nova mudança linguística.

Segundo Shyu e Jye (2008), dos mais de 40 milhões de chineses ultramar, a maior parte deles parece ter dificuldades em integrar-se à sociedade acolhedora, provavelmente por fatores pessoais e diferenças culturais e sociais. A pouca integração por parte dos chineses, em Teresina, ficou evidenciada quando todos os que participaram da pesquisa disseram que se sentem poucos adaptados à cidade e aos costumes locais. Eles não deixaram muito claro qual a maior dificuldade em adaptar-se, mas afirmam que “aqui” é bem diferente da China; que as pessoas são muito diferentes. Entendemos que essa situação revela certa tendência ao “isolamento”, ao “fechamento” por parte deste grupo no plano do social e/ou cultural. Pode nos indicar, também, o que Haesbaert (2012) chamou de “guetificação” ou “falso gueto”, produto da dispersão e ao mesmo tempo da agregação do grupo migrante com seus semelhantes, em ancoragem cultural, familiar e econômica.

A estratégia de integração à nova realidade por parte dos chineses está na possibilidade de o membro do grupo articular-se apenas com algumas instâncias da sociedade hospedeira, sem se permitir a ela pertencer, sem se deixar por ela envolver, vivendo uma espécie de relacionamento simbiótico do grupo com a sociedade abrangente. Assim, o mecanismo que os chineses em Teresina encontram para preservar e reforçar a socialização étnica, em especial das novas gerações, é através da família, onde os laços sociais se amarram pelo cultivo sistemático da língua, realimentado constantemente. Entre outros mecanismos que se adequam ao caso chinês, queremos chamar atenção para a especificidade do comércio, que desenvolveremos mais à frente.

Embora tenhamos dito que os membros da diáspora são marcados por uma forte identidade cultural e os chineses se enquadram neste item, levantamos uma discussão, a partir do posicionamento de Hall (2006), sobre a globalização e seu efeito em deslocar e descentrar as identidades “fechadas” (como a dos chineses). Ela (globalização) tem produzido um efeito pluralizante sobre as identidades, tornando-as mais plurais e diversas. Segundo Hall (2011), esta condição descreve a formação daquelas identidades que atravessam as fronteiras, compostas por pessoas que foram dispersas de sua terra natal. Neste sentido, as estratégias

individuais e coletivas, acionadas pelos imigrantes como negociação de identidades, funcionam como mecanismos de capitalização cultural, política e social.

Depreendemos, então, a partir do referido autor, que as condições diaspóricas dos chineses em Teresina levam o grupo a adotar posições de identificação múltiplas e hifenizadas. A essa última posição, poderemos denominar de “sino-teresinense”, pois devem aprender a assumir, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais e a negociar entre elas. Neste contexto de negociação das identidades, as tradições chinesas variam de acordo com a pessoa e com as experiências migratórias, isto é, as identidades dos chineses ultramarinos são formações instáveis, móveis; formando, assim, no exterior, uma “terceira cultura”, que nem é puramente chinesa nem essencialmente estrangeira.

Diante da problemática questionada por Hall (2006), sobre a eficácia das culturas nacionais em manter unificadas as identidades nacionais, e considerando a multiplicidade da China, seja na política, na cultura, na economia e no território, levantamos novamente a perspectiva de como é ser chinês e como é tornar-se e manter-se chinês. É interessante notar que nós, teresinenses, só imaginamos o que é ser chinês devido ao modo como a “chinesidade” veio a ser representada pelos membros de sua comunidade e sua cultura. Portanto, só é possível pensar nessa representatividade por serem culturalmente diferentes, e, articulado com diferença cultural, está o aspecto físico ou fenótipo presente no discurso étnico.

Este é outro ponto, também importante, que queremos salientar; os chineses como um grupo marcado pelo estereótipo, pois está vinculado tanto aos imigrantes chineses quanto aos seus descendentes.

Vários autores, inclusive na literatura, demonstraram “efeitos de diáspora” que afetam toda uma série de gerações, muitas vezes estigmatizadas nos países em que vivem pelo simples fato de serem descendentes de migrantes de determinada origem étnica, nacional, religiosa e/ou linguística. (HAESBAERT, 2012, p. 3)

Podemos, então, perceber a diferença, no sotaque em português-mandarim, assim como nos traços fisionômicos que tendem a marcar a diferença entre nacionais e estrangeiros. Os laços de continuidade com seus locais de origem e os costumes e práticas sociais distintas do cotidiano teresinense, em especial, no contexto familiar e doméstico, também tendem a reforçar essa diferença. Hall (2003, p. 70), assim como Haesbaert (2012), reafirma a inserção do aspecto físico e cultural no discurso étnico, referente aos descendentes dos chineses.

Quanto maior a relevância da ‘etnicidade’, mais as suas características são representadas como relativamente fixas, inerentes ao grupo, transmitidas de geração

em geração não apenas pela cultural e a educação, mas também pela herança biológica, inscrita no corpo [...].

Como vimos, com base numa concepção identitária não essencialista, refletimos o sujeito, a (re)produção, representação e (re)significação da identidade cultural na modernidade e na pós-modernidade, buscando identificar os mecanismos de construção identitária, suas subjetividades e, mais especificamente, a questão das nomeações das identidades. Neste sentido, é importante destacar a interdependência entre identidade e diferença no contexto das migrações, abordado por vários autores (BAUMAN, 1999, 2001; ENNES, 2010; SAYAD, 1998). “Na prática, a identidade só é problematizada na diferença” (ENNES, 2010, p. 39). Este mesmo autor faz um adendo sobre o aspecto da diferença e a percepção da identidade no centro do debate sobre imigração.

No caso dos processos migratórios, a diferença étnica, de nacionalidade, do idioma, dos costumes e dos fenótipos dos grupos em contato, assim como a “distribuição” e as disputas de poder entre esses grupos e de seus integrantes no interior dos campos sociais, constitui a base do processo identitário (ENNES, 2010, p. 3)

No entanto, há uma série de processos que traduzem essa diferenciação, como incluir/excluir quem pertence e quem não pertence; demarcar “fronteiras” (que definam e separem “nós” e “eles”). A diferenciação, portanto, é responsável por (re)construir/(re)produzir a alteridade, por definir quem é o “outro”, e torná-lo identificável. Assim, o sentimento de pertencer a um mesmo grupo, a uma mesma cultura nacional e tornar possível uma identificação nacional, alguns dispositivos são acionados para representar a nação e produzir significados. Nesse sentido, a língua, a raça e a história enquanto narrativas homogeneizadoras foram/são essenciais para a constituição das identidades nacionais, para a formação de uma consciência nacional. Essa consciência, no caso dos chineses em Teresina, exerce influência na formação da identidade dos chineses dispersos, pois alimenta a esperança do retorno à “casa”, de serem reconhecidos pela terra natal, e/ou enviam seus filhos para uma educação chinesa, como já relatamos anteriormente.

Com a integração econômica e com a difusão da informação, possibilitadas pela globalização e pelo avanço tecnológico, a cultura e as identidades culturais estão em trânsito constante. Com a circulação de informação e de produtos, o fluxo de valores, os costumes têm permeado as diversas fronteiras, junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças e do comércio (BAUMAN, 1999). Assim, a diáspora chinesa teve/tem um papel muito importante no processo de (re)construção, (re)significação pelo qual passam as identidades culturais no mundo contemporâneo.

Diante deste processo de reconstrução, à emergência das negociações identitárias, ocorrem, também, quase que de modo natural, as nomeações e classificações (CUCHE, 1997) resultantes da interação social entre nacionais e estrangeiros, pois a construção da diferença e/ou de uma imagem de si e dos outros só é possível através dos conflitos e disputas que permeiam as relações entre os atores sociais. Estas nomeações podem ocorrer na fala dos atores envolvidos nas interações ou mesmo na imprensa e no senso comum. Pelo fato dos chineses terem um fenótipo e uma cultura distintos dos brasileiros, estas nomeações são muitas vezes povoadas de “negativismos”. Pois diferenças mais ou menos concretas, como é o caso do fenótipo ou mesmo do idioma, são vistas como padrões distintivos que podem servir como um gerador de atitudes de ressentimento dos nacionais e construir uma presença “negativa”. Durante a pesquisa de campo, em conversas informais, os chineses eram apontados pelos teresinenses como “estranhos” e “mal-humorados”.

Esta situação nos ajuda a entender quais os fatores envolvidos nas construções identitárias a partir da presença daqueles que são chamados de “diferentes”. Portanto, identidade e presença chinesas vão sendo construídas num jogo identitário, simbólico e material, a partir do discurso das nomeações e classificação, dentro desta lógica da identificação da diferença fenotípica. É certo que todas essas nomeações precisam ser problematizadas, pois existe a dimensão conflitual do processo de construção identitária. Não estamos tomando os dados das falas destes agentes na pesquisa como verdade. Seria incorrer no erro, conforme alerta Bourdieu (1997). Portanto, os atos de nomeação/classificação são próprios da produção identitária, buscando dizer, assim, quem somos e, ao mesmo tempo, quem são os outros.

Finalizando este tópico, outro aspecto da diáspora que discutimos no primeiro capítulo, e que queremos retomar, se refere à grande utilização da *internet*, especialmente, o uso dos vários tipos de redes sociais através de celulares (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.). O uso dessas mídias, segundo Escudeiro (2013), alimenta a rede de relação social entre os membros de diáspora. A grande importância destas mídias sociais, bem como o uso da *web* de modo geral, para os grupos migrantes, é que elas podem operar transnacionalmente troca de informações básicas de ordem prática, como aprendizagem do idioma e questões de ordem subjetiva, como a construção de uma identidade diaspórica; o compartilhamento de imaginários simbólicos comuns entre os imigrantes na manutenção de relações com o país de origem.

Os chineses, em Teresina, seguem a mesma lógica de uso das redes sociais virtuais na comunicação com seus compatriotas em vários lugares e para os mais diversos fins. Era

comum, ao visitar as lojas, ver que, quase a todo instante, os chineses estavam ao celular falando com outro em mandarim. Ao perguntar a algum dos funcionários com quem eles conversavam, diziam que era com parentes ou amigos na China ou em outro estado brasileiro. Dialogando com um dos filhos dos chineses, este declarou que sempre conversam com outros chineses distantes sobre assuntos familiares ou questões de negócios. Em outro momento, foi observado que utilizavam aplicativos tradutores de idiomas, para que fosse traduzido para o mandarim aquilo que eles não entendiam quando conversavam com seus funcionários teresinenses.

É possível observarmos, neste caso, que a *internet* se tornou uma ferramenta importante ao proporcionar aos imigrantes chineses a oportunidade de negociação entre a ruptura e a adaptação na sociedade de acolhimento. Acreditamos, ainda, que a enorme quantidade de informações, imagens e discursos disponíveis em *sites* sobre a China, geram novas percepções e representações do mundo chinês globalmente, maximizando a capacidade de negociar e redefinir a identidade cultural (RAYNAUD, 2011). Outro ponto a ser considerado, nessa abordagem, é que não há necessidade de que os imigrantes na diáspora estejam agrupados na mesma área da cidade, pois a *internet* permite que as comunidades chinesas dispersas superem a necessidade de proximidade (TAMANG, 2008). Assim, os chineses em Teresina, mesmo estando espacialmente distantes um do outro, podem se comunicar e compartilhar informações de interesse familiar, cultural e econômico.

#### **4.2 Construção de uma nova territorialidade: espacialidade dos chineses em Teresina por meio do comércio**

Os estudos sobre a formação de territorialidades percorrem vieses diversificados, no entanto, na análise de nossa pesquisa acerca da construção da territorialidade dos chineses em Teresina, seguiremos o ponto de vista de Haesbaert (2011), que já apresentamos, e que propõe a ideia de multiterritorialidade nos estudos sobre territorialidade, pois envolve tanto processos de desterritorialização quanto de reterritorialização. E toda a discussão se dará, considerando a (re)produção das novas territorialidades que ocorre a partir do movimento e atuação dos migrantes chineses no local de destino.

A relação que o grupo de chineses em Teresina desenvolve com o território (espaço), proporciona-lhes a reconstrução de diferentes arranjos socioespaciais de forma materializada (ou simbólica) na paisagem. Quando um chinês migra para Teresina, ele carrega consigo seus hábitos, sua cultura e seus costumes, configurando, assim, uma desterritorialidade. Então

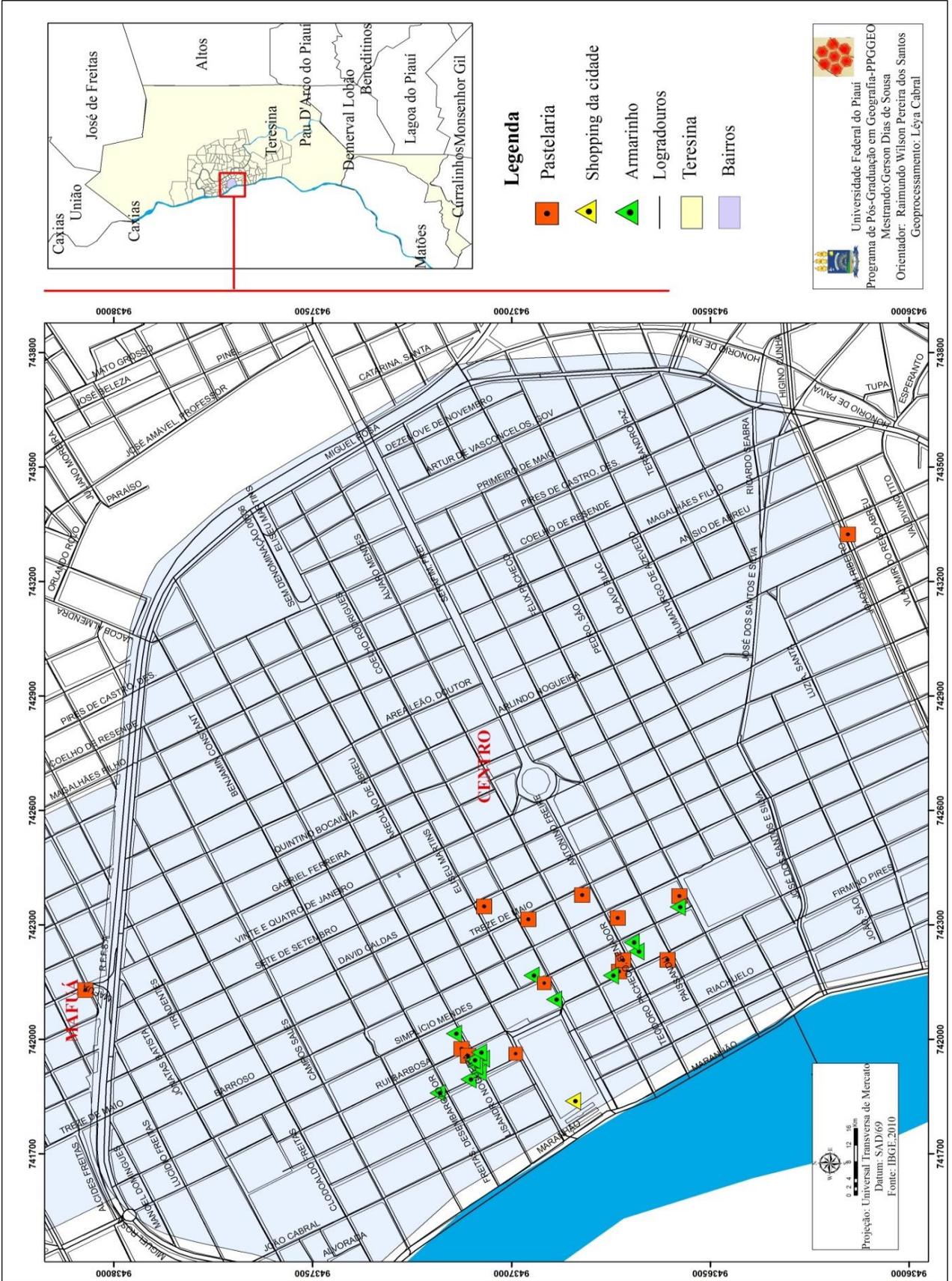
podemos observar a construção de uma territorialidade no que diz respeito às suas relações desenvolvidas, especialmente por meio do trabalho realizado no lugar destino. Ou seja, ao recriar algo particular seu, adequado ao novo território por meio do comércio, por exemplo. Compreendemos, portanto, que isso é um processo de reterritorialização, resultando, conseqüentemente, na construção de uma nova territorialização em outro espaço.

Aqui temos a visão integradora do território, considerando as dimensões política, econômica e cultural. É este sentido integrador que se interpõe entre a atividade chinesa com relação ao território, que possibilita o entendimento da territorialidade no que diz respeito ao significado do espaço territorial como produto da apropriação/valorização simbólica e/ou material de um grupo em relação ao seu espaço vivido (HAESBAERT, 2011). Visualizamos, assim, a presença dos chineses em Teresina enquanto apropriação do espaço urbano através de seus negócios e suas relações sociais, podendo ser tanto concreto e/ou funcional como simbólico. Neste sentido, o território possui um significado múltiplo e diverso e não apenas unifuncional (LEFEBVRE, 2000).

Notamos, pois, que os imigrantes chineses protagonizam uma ocorrência de impacto global e local que se estende pelas zonas comerciais das cidades, especialmente, as centrais, redimensionando as práticas de comércio de forma peculiar. Com base nos estudos e na pesquisa de campo, grande parte dos chineses natos e seus descendentes residentes no Brasil, e, claro, em Teresina, estão profissionalmente relacionados ao comércio de importados e de pastelarias. Eles apresentam surpreendente performance nas vendas – o que é atestado pelo importante número de lojas (e há sinais de expansão, especialmente, no comércio de importados) nestes dois ramos.

Podemos, assim, entender a presença dos chineses no centro de Teresina como um fenômeno de territorialização, onde vemos a utilização do espaço através da mobilidade de indivíduos e mercadorias chinesas. No desenvolvimento do comércio popular, necessita-se de um espaço onde existam facilidades de circulação de mercadorias e de pessoas. Como já trabalhamos anteriormente, a região central da cidade se constitui o espaço ideal para o dispositivo comercial chinês se desenvolver, pois envolve uma articulação multifacetada de lugares e pessoas (PIZA, 2012). O mapa 08 da próxima página representa a dimensão de como os chineses se apropriam e se espacializam no centro de Teresina através de seus estabelecimentos comerciais, identificados pelos armarinhos (a prefeitura classifica assim as lojas que vendem produtos importados e variedades) e pelas pastelarias.

Mapa 08:Espacialização dos estabelecimentos comerciais chineses no centro de Teresina



Fonte: Pesquisa direta.

Nesta área central da cidade, que compreende o bairro Centro, durante a pesquisa de campo, contabilizamos um total de 30 estabelecimentos comerciais, dos quais 18 são armarinhos, e 12 são pastelarias, distribuídas pela área representada no mapa anterior (Figura 10), onde observamos a maior atuação das atividades ou o maior número de lojas. Decidimos, ainda, especificar um marcador para indicar as lojas que estão localizadas no Shopping da Cidade<sup>28</sup>, onde há, segundo informações prestadas pela administração do *shopping*, um número de aproximadamente 20 boxes de propriedade dos chineses que, além das vendas de equipamentos eletrônicos e variedades, há também vendas de roupas e calçados. O maior número de estabelecimento se encontra em ruas ou locais onde há uma intensa circulação de pessoas, e essa distribuição espacial dos pontos comerciais é favorecida também pela proximidade de praças centrais, pontos de ônibus e de outros serviços públicos e privados.

Assim, ao falarmos sobre a relação que os chineses possuem com espaço urbano, nos referimos mais no sentido de apropriação e não de dominação (ver nota 25 sobre adiferenciação), pois, naquela, temos as práticas sociais que unem os lugares por meio de atividades e movimentos diários, e que são responsáveis pela espacialização. Isto é, um espaço socialmente construído; um espaço “feito território” através dos processos de apropriação, construídos de acordo com os sujeitos que os constroem. E é por intermédio destes sujeitos, que de fato “controlam” esses espaços, que distinguimos os processos de territorialização em diferentes combinações, tanto para realizar funções quanto para produzir significados, pois está intimamente ligado ao modo como as pessoas utilizam o espaço, como elas próprias se organizam nele e como elas dão significado ao lugar.

Vimos que a identidade cultural chinesa na diáspora adquire novas percepções, novas territorialidades e novas práticas espaciais, que nascem da experiência vivida em vários territórios interligados, seja entre os polos da diáspora com o país de origem, ou nas relações sociais com a sociedade acolhedora, ou seja, a sociedade teresinense. Os vários territórios partilhados pelos chineses são complementares entre si, passando a produzir uma territorialidade ligada pela fluidez e mobilidade, isto é, um território-rede. Assim, o novo território teresinense passa a ser um espaço territorializado pelos imigrantes chineses, que agora nele habitam.

O novo território teresinense passa a ser um território de valor simbólico, de “abrigo”, de “lar”, marcado pelo constante desenraizamento ou enfraquecimento das identidades territoriais (HALL, 2006). Depreendemos, assim, que o processo de reterritorialização e

---

<sup>28</sup>“Shopping da Cidade” é um espaço construído pela prefeitura de Teresina, destinado ao comércio popular, que antes ocupava as ruas do Centro e hoje os vendedores estão instalados em um complexo dividido em boxers.

territorialização dos chineses em Teresina se traduz nas relações de apropriação do espaço, na instalação dos armazéns, das lanchonetes e/ou nas mediações espaciais do poder (poder da representação, negociação e diferença chineses/teresinenses, que se estende do concreto ao mais simbólico). Podemos então dizer que os chineses, como um grupo de imigrantes, constroem sua territorialização por meio de sua experiência cultural e econômica em relação ao espaço multiescalar, configurando uma multiterritorialidade construída por esse grupo que se territorializa em conexões multifuncionais e multi-identitários, como no caso de diáspora de imigrantes (HAESBAERT, 2011).

Mostraremos a seguir, por meio de fotos (Figura 03), como se caracteriza e se materializa a apropriação no uso funcional do espaço no centro da cidade, através dos pontos comerciais, indicando assim uma territorialidade no aspecto econômico. Uma atuação muito marcante dos chineses é o comércio de vendas de produtos importados da China ou conhecido como comércio de variedades, mas, para a Prefeitura, essas lojas são consideradas como armazéns.

Figura 03: Mosaico de fotos dos armazéns dos chineses no centro de Teresina



Fonte: Pesquisa direta

Os produtos vendidos nestas lojas, em geral, são: equipamentos eletrônicos, acessórios de informática, itens para celulares, óculos, brinquedos, bijuterias, bolsas, mochilas etc.

Algumas vendem roupas e tênis. Estas mercadorias são vendidas tanto no varejo como no atacado, abastecendo comerciantes da capital e interior. Entendemos que, essa atuação forte na venda desse tipo específico de produto, ocorre em função, particularmente, de suas ligações comerciais com os grandes centros produtores na própria China (MACHADO, 2006; SILVA, 2008), o que nos leva também a concordar com Piza, quando diz: “o papel desempenhado pelos migrantes chineses nesse comércio alimenta-se de contêineres e movimenta grandes fluxos portuários” (PIZA, 2012, p. 45).

Já as lanchonetes, ou mais conhecidas como pastelarias, que é outro ramo de atividade comercial dos chineses com menor atuação, mas, muito frequentadas pelos teresinenses, vendem pastéis, salgados, doces, tortas, refrigerantes, caldo de cana etc. Lembrando que vender pastéis é uma atividade praticada pelos chineses desde o início da migração para o Brasil. A seguir, temos algumas fotografias de pastelarias espalhadas pelo centro de Teresina (Figura 04).

Figura 04: Mosaico de fotos das pastelarias chinesas no centro de Teresina



Fonte: Pesquisa direta.

Recentemente, está havendo uma pequena variação ou sofisticação no tipo de produto vendido nas lojas, bem como na organização e no *layout* interno dos estabelecimentos. As imagens a seguir (Figura 05) fazem referência a duas lojas diferenciadas (Lady Moda Biju e

Chic Bijuterias), que além da venderem bijouterias e acessórios de moda, que vão de artigos de anéis, a R\$ 6,00 (seis Reais), até bolsas, de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta Reais), há também a venda de roupas, e são lojas bem maiores que as outras mostradas anteriormente e com um maior número de funcionários teresinenses, incluindo o atendimento nos caixas, diferentes das mais “antigas” (no caso das pastelarias também), onde os próprios chineses são responsáveis por receber o pagamento dos clientes. Isto é, no que diz respeito ao aspecto geracional, a maioria é composta por casais da primeira geração, que possuem entre 40 e 50 anos de idade, e os seus filhos adolescentes ou jovens. Estas lojas, abertas mais recentemente em Teresina, seguem o mesmo padrão de outras instaladas em estados como São Paulo e Rio Grande do Sul.

Figura05: Mosaico de fotos das lojas chinesas com inovações e maior espaço físico.



Fonte: Pesquisa direta

A multiterritorialidade vivenciada pelos chineses em Teresina, membros de uma diáspora, incorre não apenas da identidade étnica transnacional e desterritorializada, mas em uma territorialidade vinculada com um espaço material, seja com a pátria de origem, seja em áreas no estrangeiro, como áreas comerciais onde se aglutinam e se organizam, traduzindo, ainda, uma adequação ao espaço pela presença perene desta população que vive fora de seu

território de origem. Reconhecemos, pois, a presença dos chineses na capital piauiense como um reflexo da diáspora chinesa, que envolve um caráter formador de novas territorialidades e, também, parece sintetizar bem a multiterritorialidade, que, conforme Haesbert (2011), está ligada por processos de desterritorialização e reterritorialização, sendo assim um dos exemplos mais característicos construídos através das diásporas de imigrantes e que se revela de forma nítida e específica na contemporaneidade.

Outro apontamento que precisamos considerar – à luz do que discutimos sobre as peculiaridades da diáspora chinesa a partir das ideias de Ma Mung (1999, 2009), especialmente, no que diz respeito à denominada diáspora empresarial, formada em sua maioria por pequenos empreendedores. As organizações econômicas desses empreendedores chineses geram outro aspecto do projeto migratório chinês, a formação de uma etnia comerciante; um “mercado étnico”, ou seja, um sistema próprio de relações sociais baseado na prevalência da etnia na escolha de parceiros econômicos. Conforme Ma Mung (1999), o mercado de trabalho étnico ocorre quando esses empresários empregam principalmente trabalhadores chineses.

No entanto, ao abordarmos a inserção dos trabalhadores chineses em Teresina, queremos considerar o fato não essencialmente como um “mercado étnico”, pois o funcionamento dos negócios chineses não ocorre exclusivamente entre eles, mas há funcionários teresinenses trabalhando em seus estabelecimentos. Neste sentido, entendemos que, no caso de Teresina, o termo mais adequado seria “nicho étnico”, que, segundo Lopez (2005), ocorre quando determinada etnia “controla” ou administra um significativo número de estabelecimentos. Foi isso que constatamos a partir das observações e informações obtidas com as incursões em campo, isto é, os chineses possuem (há uma relação de parentesco e/ou amizade entre os que administram os negócios de armarinhos) um número considerável de negócios, mas com mão de obra nativa, caracterizando, assim, a presença dos trabalhadores chineses como “nicho étnico” em Teresina.

Sendo assim, o que nos interessa, quando abordamos a questão dos chineses como sendo uma etnia comerciante, é que muitos dos que estão em Teresina tornaram-se comerciantes no percurso migratório, ou seja, o comércio é visto como uma questão de oportunidade econômica a ser explorada via redes familiares ou de amizade, na qual eles podem usar essa situação para posteriormente, em um momento adequado, criarem seus próprios negócios. Esta situação, além de gerir e manter a esperança de outros, é também uma das fontes de produção da imigração chinesa em Teresina.

Podemos, então, propor que a apropriação do espaço e a construção de uma territorialidade em Teresina pelos imigrantes chineses estão baseadas na identidade cultural e na heterogeneidade deste grupo, que reproduz traços comuns nos diversos territórios por ele percorridos durante o processo de reterritorialização.

Ao movimento de desterritorialização (no lugar de origem) corresponde um outro de reterritorialização (no lugar de destino); a reterritorialização do indivíduo e/ou grupo social se vincula ao sentimento de pertencimento (identidade territorial), a uma coletividade e/ou grupos (e estes a um espaço de referência) e de mediação das relações sociais:[...] (MONDARDO, 2009, p. 5).

Neste tocante, é importante considerarmos os termos empregados por Homi Bhabha (1998) acerca do processo chamado de “DissemiNação” e da dinâmica dos “entrelugares” que estão também interligados com o processo de desterritorialização. Mostramos, na seção anterior, que o processo de DissemiNação está associado ao movimento migratório, pois corresponde a uma transposição de contextos estruturais (costumes, línguas, significados de lugar etc.) envolvendo “dois mundos”, o deixado e o encontrado. Consideramos que a presença dos imigrantes chineses em Teresina materializa em si um novo território que reúne duas semi-nações, de modo que, para os chineses, o novo território (Teresina) caracteriza-se como o local do encontro diaspórico; ou seja, as mudanças culturais, políticas e econômicas advindas dos deslocamentos socioespaciais dos chineses acarretará na produção de um novo sujeito/territorial envolvido nos processos de “destruição” e reconstrução de territórios no novo lugar.

No que diz respeito à dinâmica dos “entrelugares” apontado por Homi Bhabha (1998), encontramos aí suporte para compreendermos a presença dos comerciantes chineses no centro de Teresina, pois esta área central forma uma base material por meio da qual é possível os imigrantes sentirem uma gama de sentidos e práticas sociais. Conforme Mondardo (2010), estes sentidos operam sobre a constituição do trânsito identitário do migrante, possibilitando uma multiterritorialidade através dos acionamentos efetivos das diversas territorialidades pelo processo de hibridização geográfica e cultural. Depreendemos, assim, da visão de Homi Bhabha (1998), que o espaço urbano central e seus espaços intermediários (ruas, bairros, lojas e restaurantes) são melhores compreendidos considerando as múltiplas culturas, pois são espaços de interação e hibridismo que produzem e refletem significados.

No caso em estudo, diferentemente do que aconteceu em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde os chineses se instalaram “maciçamente” ao longo de uma mesma rua (ou ruas) e shoppings populares, em Teresina, eles abriram suas lojas no centro da cidade em ruas diferentes. O que percebemos em Teresina é que os estabelecimentos estão relativamente

próximos uns dos outros. As lojas de varejo e atacado destacam a presença chinesa em uma das ruas mais movimentadas do centro, a Rua Lisandro Nogueira (centro/noroeste), onde em determinado trecho e área adjacente está marcada por esse tipo de comércio, sinalizando, assim, certo “predomínio” da presença chinesa com seus negócios. Na imagem abaixo (Figura 06), observamos cinco armarinhos, um ao lado do outro (J.B Variedades, L.S Variedades, Oriente Variedades, L.B Variedades e Linda Variedades), além de outras lojas chinesas nos arredores.

Figura 06: Foto com uma pequena concentração de estabelecimentos chineses na Rua Lisandro Nogueira (Centro).



Fonte: Pesquisa direta.

Sob a perspectiva cultural, os espaços de comércio e de consumo, característicos da área central de Teresina, comportam diferentes formas, fronteiras, interstícios, espaços liminares, os “entrelugares”, por meios dos quais seus frequentadores estabelecem vínculos entre si e com o espaço urbano. Neste sentido, o grupo dos chineses e a população nativa demarcam fronteiras e diferenças entre si. Suas atividades e mercadorias servem para dar visibilidade e estabilidade no meio das designações das identidades e possibilitam a interação simbólica nos hibridismos culturais. Ainda, segundo Augé (2004), esses lugares liminares e fronteiraços dizem respeito a espaços constituídos em relação a determinados objetivos, como o comércio, e espaços onde os indivíduos mantêm uma relação de uso para seus fins.

Como frisamos em outro trabalho monográfico (SOUSA, 2014), não há, em Teresina, locais ou construções específicas que demonstrem ou manifestem a cultura chinesa (por exemplo, na arquitetura, um bairro inteiro etc.). No entanto, de forma complementar ao uso

dos espaços intermediários, os chineses em Teresina possuem um espaço com representatividade simbólica. Trata-se do Jockey Club de Teresina, localizado na zona Leste da cidade, que é um espaço destinado à prática de lazer e eventos. Segundo alguns chineses participantes da pesquisa, esse espaço foi escolhido como um local de encontro dessa comunidade, onde ocasionalmente eles realizam suas celebrações e comemoram datas importantes, especialmente a chegada do ano novo. Entendemos, pois, que neste “lugar” os chineses tendem a criar o seu “mundo” paralelo, onde podem se reunir com seus iguais e reproduzir, microscopicamente, espaços sociais nos quais as influências de fora não interferem no relacionamento de seus membros, justificando, assim, preservar e reviver a sua cultura e identidade.

A desterritorialização, geográfica e simbólica dos chineses, tem na identidade cultural o cimento que relaciona o que atualmente se apresenta como empiricamente estanque. Ela equilibra as diferenças étnicas e de procedência, promovendo um reconhecimento geral nativo de que todos compartilham a mesma “cultura”, e isso deve ser um princípio mediador dos conflitos, estabelecendo uma ordem harmônica no convívio social e nos desejos e projetos particulares. A identidade desterritorializada torna-se uma dimensão essencial da diáspora e da organização do empreendimento chinês. Esta poderia ser definida como um sentimento de pertencimento menos a um país, ainda menos a um Estado, e mais a uma cultura na qual a língua permite a ultrapassagem dos numerosos dialetos e dos diversos territórios percorridos (TROLLIET, 1994). A comunidade não se confina a quaisquer fronteiras.

Considerando a diversidade geográfica da procedência e de suas claras diferenças culturais, linguísticas, entre outras, parece-nos possível interpretar que haja uma ligeira diferenciação na inserção comercial que tipifica cada segmento. Os chineses ligados às pastelarias – normalmente cantoneses, de acordo com a resposta dos participantes da pesquisa neste segmento – possuem, geralmente, menor disponibilidade de capital, o que restringe bastante sua mobilidade profissional/territorial para além de limites próximos. Os chineses donos de pastelarias acabam se integrando à sociedade local de forma mais ampla, posto que, durante o contato que tivemos com eles, percebemos que possuem um maior domínio da língua portuguesa. Este grupo, ligado às pastelarias, também consegue atuar de forma um tanto mais autônoma das redes financeiras (não das sociais).

Já o outro grupo que comercializa produtos importados (zhijeaneses e de Hong Kong, por exemplo), além de possuir maior capital financeiro que o anterior, permanece mais “fechado” e menos integrado à sociedade local, observadas algumas exceções. Esses chineses mantêm ramificações de seus empreendimentos em vários pontos, onde contam com parentes

e afins, intensificando contatos, atualizando seus estoques e lançando novos produtos. Passaremos, então, a analisar, no próximo tópico, a relação (social e financeira) em rede mantida pelos chineses em Teresina.

#### 4.3 Estabelecendo relações sociais em redes na manutenção da territorialidade

Os migrantes (chineses) em diáspora compartilham uma experiência multiterritorial do mundo contemporâneo. Estamos falando em um grande território-rede (HESBAERT, 2011) que é próprio da diáspora, isto é, uma territorialização múltipla e simbólica, articulada em rede, mas que possui um vínculo com um espaço material, sejam em áreas comerciais ou nos bairros onde se organizam os membros da diáspora. A construção e/ou manutenção das territorialidades, por intermédio do território-rede, dos imigrantes chineses em Teresina se revelam na construção de malhas e nós por meio das interações sociais e diferentes atividades cotidianas.

Nossa análise da territorialidade construída pela atuação dos imigrantes chineses em Teresina parte, pois, do diálogo feito com os autores Haesbaert (2011), Rafestin (1993) e Saquet (2008), que tratam de um território em movimento ou pelo movimento dos imigrantes, identificados por um “viver em redes”, por “construir” territórios através da mobilidade humana, configurando, assim, territórios descontínuos e fragmentados. Neste sentido, o território não é apenas um conjunto ou sistema de objeto e ações num sentido funcional (SANTOS, 2006b), mas é também fluxo, ritmo, redes e movimento dotado de significado e expressividade. A partir de uma diferenciação entre território e rede, é possível compreendermos melhor a articulação e formação do território-rede e o processo de territorialização em que os imigrantes estão inseridos.

Ao princípio da territorialidade, o mundo das redes opõe um outro modo de articulação dos indivíduos e dos grupos. O primeiro (*território*) é fundado sobre contiguidade e exaustividade, o segundo (*rede*), sobre relações livres dos constrangimentos espaciais. Um implica o fechamento e a exclusão, o outro, a abertura e a inclusão. Num caso, as relações construídas são eminentemente políticas, fundadas sobre a fidelidade cidadã, no outro, elas são funcionais e supõem fidelidades móveis, não hierarquizadas, frequentemente setoriais e voláteis (BADIE, 1995, p. 135, apud, HAESBAERT, 2011, p. 282-283, *grifo nosso*).

Conforme já discutimos, e apresentado como uma das principais características da diáspora, os processos de multipolaridade e a interpolaridade das relações ocorridas na diáspora chinesa possibilitaram a otimização dos recursos espaciais através dos meios de transportes, comunicação de pessoas e bens. A partir daí, as redes comerciais são criadas entre a China e os vários países que acolhem a diáspora, onde os migrantes ou suas gerações

iniciam suas atividades econômicas na cidade. Um modelo empresarial baseado em negócios familiares, organizados a partir de redes de solidariedade e ajuda financeira (CASTELS, 2000). Consideramos, no caso da presença dos chineses em Teresina, como resultado da “vida em rede” estabelecida por estes migrantes, pois, através das relações mantidas entre eles nos vários países e estados brasileiros, se revela como “trunfo” enquanto estratégia de recurso sociocultural e econômica (MA MUNG, 1999).

A experiência vivenciada pelos chineses no espaço urbano teresinense está, assim, associada à estruturação de uma sociedade em rede, que, segundo Castels (2000), é caracterizada pela desarticulação física espacial. E que, em uma concepção reticular de território, estamos pensando a rede conjugada com a superfície territorial e com seu movimento e suas perspectivas de conexão. E, baseado nesta diferenciação entre os dois termos (rede e território), Haesbaert (2011) elaborou um quadro esquemático que esclarece melhor as relações socioespacial em rede.

Quadro 04: Visão dicotômica Território-Rede	
TERRITÓRIO	REDE
Intrínseco (Mais introvertido)	Extrínseca (Mais extrovertida)
Centrípeto	Centrífuga
Áreas, superfícies	Pontos (nós) e linhas
Delimita (Limites)	Rompe limites (Fluxos)
Enraizamento	Desenraizamento
Mais estável	Mais instável
Espaço areolar (“Habitação”)	Espaço reticular (“Circulação”) (Berque)
Espaço de lugares	Espaço de fluxos (Castells)
Métrica topográfica	Métrica topológica, não euclidiana (J. Lévy)

Fonte: Haesbaert (2011, p. 288).

Procuramos, com o auxílio do quadro acima, demonstrar como se estabelece, até de modo simbólico, as relações sociais em rede dos chineses e que também se materializam em forma de um território-rede em Teresina. Recorreremos ainda, para esta análise, à tipologia proposta por Rafestin (1993) sobre a interação de elementos que compõem o território que ele denominou de sistema territorial, representado por malhas, nós e redes. No entanto, preferimos simplificar a referida tríade em torno de um elemento básico: a rede, conjugada de conexões ou nós e fluxos. Temos então, por meio das relações sociais entre os chineses em diversos polos (países, territórios) e entre os residentes em Teresina, uma forma básica de territorilização articulada pela lógica fragmentada do espaço (lugares) de controle de fluxos e polos de conexões ou redes.

A rede é um dos modos de organização dos chineses entre si no centro de Teresina enquanto espaço social, através do comércio de variedades e de pastelarias, pois há uma interação evidenciada pelo parentesco e amigos, especialmente os que possuem armazéns, pois, em quase todas as lojas de variedades, um mesmo chinês possui duas ou mais lojas, como é o caso do proprietário da LS presentes e LS variedades, e também o dono da FAN variedades. Entendemos que cada estabelecimento chinês representa um “nó” e as relações estabelecidas entre eles, seja por parentesco ou amizade, significam as conexões que os unem e a circulação de mercadorias e de informações representam o fluxo que movimentam o comércio chinês em Teresina.

Este fluxo circulatório ocorre através da distribuição das mercadorias que vem de São Paulo para os chineses, e, em alguns casos, destes para os comerciantes teresinenses. Lembrando que as pastelarias são pontos mais estáticos e com menos fluxos entre elas, limitados por relações de parentescos. Estas redes, segundo Haesbaert (2011), estão mais ou menos territorializadas ou possuem caráter material ou imaterial. Na realidade, estas redes sociais são “redes estratégicas” ou “redes de solidariedade”, pois eles possuem grande acesso ao fluxo de mercadorias, de informações e, de certo modo, distribuição.

Autores defendem que essa diversificada e promissora atuação dos chineses no comércio deveu-se à utilização de formas diferenciadas de financiamento (disponibilidade de recursos financeiros) e de práticas culturais que lhes dão grande vantagem, ocasionando uma série de rearranjos na tradicional lógica do mercado. Eles formam redes associativas em afinidade ou parentesco, criando instituições financeiras similares a bancos (MACHADO, 2006; MARANDOLA JR.; DAL GALLO, 2009; PIZA, 2012). Estas redes associam-se a outras redes, multiplicando sua capacidade de financiamento e disponibilidade de mão de obra. O objetivo não é necessariamente a eliminação da concorrência, mas possibilitar maior associativismo do que desenvolvimento individual de empresas, e ao mesmo tempo dificulta que alguém externo às redes sociais consiga entrar nesse sistema de informação e mercado.

Há um respeitado sistema de conduta sob regras, que, segundo Machado (2006), está baseado no *Guanxi*, ou seja, na confiança da qual estão envolvidas as trocas de favores pessoais, especialmente para aqueles imigrantes recém-chegados e que pretendem iniciar um negócio. A confiança, a honra e a perspicácia são elaborações locais (da China) implementadas por empreendedores chineses de ultramar, que recriam e atualizam, na prática comercial, o entrelaçamento entre a presença da nação, o pertencimento étnico (a identidade) e o território. As redes podem ser consideradas, também, um alívio ao impacto das mudanças espaciais vividas pelos imigrantes chineses e uma forma de recuperar o bem-estar

(MARANDOLA JR.; DAL GALLO, 2009). Neste sentido, observamos, também, que o reflexo da diáspora chinesa em Teresina interliga redes de mercado e que são mantidas, apesar da distância, por laços de parentesco, reciprocidade e cooperação de crédito (MACHADO, 2006).

Podemos entender a dinâmica das redes pelo certo “privilégio” que os chineses possuem para adquirir os produtos importados da China, via estado de São Paulo, pelo fato de terem contato com um importador direto<sup>29</sup>, que também é um chinês. Isso contribui para que eles mantenham certo controle na circulação tanto de produtos quanto de informações. Neste sentido, no processo diaspórico dos chineses, a construção de territórios em rede passa pela interação de circulação e comunicação entre os “nós”, controlados por relações de poder exercidas em rede, pois assim propõe Rafestin (1993), ao afirmar que as pessoas envolvidas na trama territorial procuram manter relações, assegurar funções, controlar, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar rede entre elas. Observamos esse certo “domínio” em rede dos chineses ocorrendo no Shopping da Cidade, onde a maioria dos aproximados 20 boxers, que nos referimos anteriormente, pertencem a uma mesma família de chineses. Isto é, há um predomínio baseado em relação de parentesco neste local.

Assim, nesta rede de relações socioespacial, se efetiva entre “nós” e com fluxos em escala mais local e ao mesmo tempo territorializador entre polos (territórios nacionais distintos), e com caráter mais desterritorializador com descontinuidade espacial. Esta observação é importante para o entendimento do papel ambivalente das redes, que promovem a descontinuidade espacial e a compressão tempo-espaço tanto dos fluxos quanto dos “dutos” que as compõem. Neste sentido, as redes sociais chinesas são como formas ou meios de construção e manutenção de territorialidades, conforme sugere Haesbaert (2011, p. 294).

A característica mais importante das redes é seu efeito concomitantemente territorializador e desterritorializador, o que faz com que fluxos que por elas circulam tenham um efeito que pode ser ora de sustentação, mais ‘interno’ ou construtor de territórios, ora de desestruturação, mas ‘externo’ ou desarticulador de territórios. Assim, as redes (mas, atenção: não simplesmente das redes em si, mas como formas ou meios constituídos e/ou mobilizados por determinados sujeitos) são mais ou menos desterritorializadoras, dependendo de diversos fatores, incluindo seu caráter estratégico-funcional ou simbólico-expressivo.

Portanto, utilizamos o termo “rede” para enfatizar o seu papel na construção de territórios em sentido de apropriação material e/ou simbólica, ou seja, a “produção territorial” formada pelos nós e redes dos imigrantes chineses, que ocupam pontos no espaço e se

---

<sup>29</sup> Segundo informações do setor de fiscalização da Secretaria da Fazenda, a grande maioria dos produtos importados que chegam a Teresina vem do estado de São Paulo ou Recife. Trazidos pelo que eles chamam de “importador”. Assim, os produtos chegam na cidade através de chineses atravessadores ou importadores.

distribuem de modo aleatório ou concentrado no centro da cidade, constituindo uma diversidade de redes de relações sociais, material e simbolicamente. O que importa considerar, é justamente a relação representada pela mobilidade; o “estar em movimento”, ou, pelo menos, a parada temporária visando pontos ou nós de conexões. Assim, territorializar-se, hoje, implica a ação de controlar fluxos e de estabelecer redes que estão sempre, de uma forma ou de outra, representando materialmente territórios ou novos territórios dotados com uma carga maior de imaterialidade, criando e recriando imagens espaciais muitas vezes viabilizadas pela lógica de mercado.

Poderíamos, também, associar à imagem do imigrante chinês a um agente modernizador, partindo do ponto de vista do circuito global de mercadorias, já que eles trazem “novidades” para Teresina e ajudavam a inovar o comércio. Esta situação nos leva a refletir acerca de algo que discutimos em trabalho anterior (SOUSA, 2014), no que diz respeito à “dominação” chinesa apontada pelos comerciantes teresinenses, pois os chineses não se tornaram apenas empreendedores bem-sucedidos, mas se tornaram atacadistas, como já apontamos anteriormente, fornecendo suas mercadorias para lojistas locais e para outras cidades do estado. Isso pode demonstrar, através de uma movimentação no campo econômico, que os chineses estão alcançando posições melhores, principalmente do comércio de importados.

Entendemos, portanto, que a rede social chinesa tem trazido mudanças significativas para Teresina, por reproduzir aqui as cosmovisões, seja na forma de comercializar, no estilo de vida ou na interação com a sociedade local (em especial, nas oportunidades de emprego ofertadas aos teresinenses). Vimos, então, entre outras considerações já feitas, que a rede (ou as redes) de solidariedade constituída entre eles provê, muitas vezes, a viagem, o estabelecimento na terra de imigração e os contatos para inserção econômica. Essas redes foram importantes, e, ainda hoje, elas cumprem um papel de destaque no estudo dos fluxos migratórios dos quais imigrar e reemigrar torna-se parte essencial no processo.

#### **4.4 Do desejo de retornar à necessidade de ficar: conflitos e novos rumos da diáspora**

À vista das considerações feitas até o momento, verificamos que os imigrantes chineses e seus descendentes vivenciaram e vivenciam as mais variadas situações e experiências durante estes anos de migração para Teresina, como questões de identidade, de adaptação, diferença, trabalho, crises etc. Tais questões, analisando sob a ótica do território construído na desterritorialização e reterritorialização, possibilita verificar que, para o

migrante, o território tem o significado de enraizamento e estabilidade, pois, ao chegar ao destino, procura reterritorializar-se utilizando de mecanismos dos mais variados, como as associações, as redes sociais (constituídas de parentes e amigos), que, somadas aos laços de identidade cultural, conseguem fazer frente às dificuldades para se estabelecer num local estranho e distante. Procuraremos, neste sentido, demonstrar essa situação conjuntural e complexa do migrante sino-teresinense que se estabeleceu ou que procura se estabelecer no novo território e que vive um momento dúbio e crucial entre ficar e estabelecer-se, mas que revela, também, o desejo do retorno à terra natal.

Já vimos que a diáspora tem grande importância nesse processo, ao interligar redes de mercado e parentesco espalhadas mundo afora. Apesar de toda a heterogeneidade da população chinesa ultramar, com suas diferentes noções de pertencimento em relação à China, em geral, existe uma razão predominante que prima pelo centramento na terra natal, atuando como uma espécie de direção que orienta o campo de visão dos sujeitos. Por esta razão, muitos dos chineses, principalmente de primeira geração, se comportam de forma a evitar um contato ou relacionamento mais aprofundado com a sociedade teresinense. Na verdade, isso é apenas uma estratégia, entre tantas, de uma vida orientada para a China, mesmo que essa China seja vivida e compreendida diferentemente para cada um dos chineses (MACHADO, 2006).

Assim, a comunidade chinesa em Teresina parece ser apenas um meio qualquer, onde estuda-se, alimenta-se, realizam-se trocas entre compatriotas. Mas não há apego a essa comunidade local. Não estamos tratando, portanto, de vítimas passivas, dominadas ou destruídas pela cultura capitalista ocidental, mas de atores sociais que, não só usam a globalização como um meio de fortalecer seus valores e cultura, mas, conforme Haesbaert e Carlos Walter (2006), também conseguem estremecer uma ordem de poder instaurada no mundo contemporâneo e, com isso, dar significado e materialidade a uma cosmologia chinesa.

Eles não almejam um ideal cosmopolita, ao contrário, intensificam seus vínculos com o país de origem (culturais e econômicos), reproduzindo aquilo que poderíamos chamar de uma ordem cosmológica chinesa [...]. [...] Trata-se de uma cosmologia chinesa que, apesar da carga estereotipada, generalista que essa noção pode trazer, significa, nada mais nada menos, do que uma forma de encarar o mundo, baseada na experiência cultural e na apreensão de um conhecimento (representações e práticas) acumulado ao longo de uma civilização milenar (MACHADO, 2006, p. 13-14)

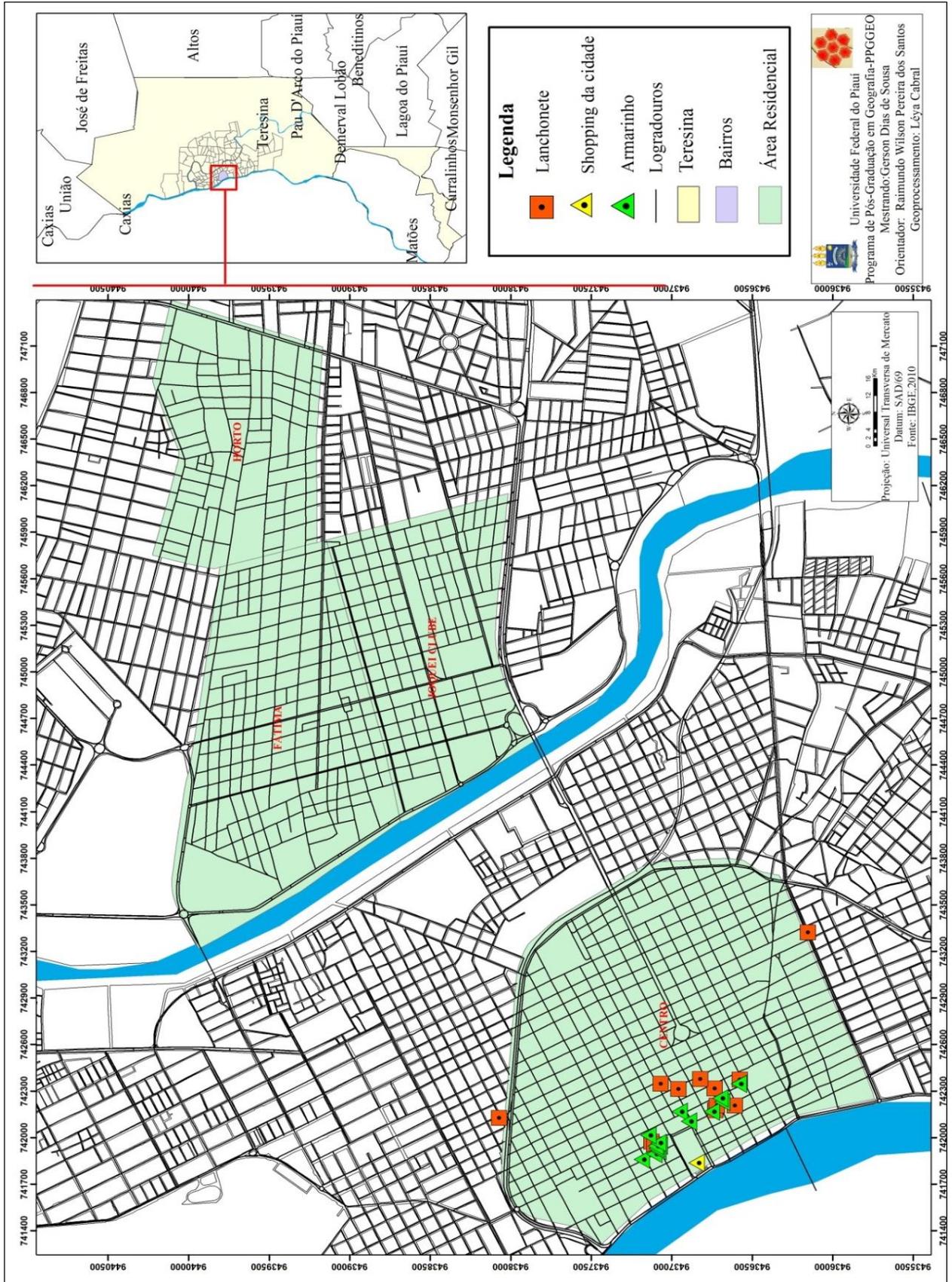
Assim, pelos resultados da pesquisa, verificamos que essa tendência de desapego e de uma orientação ao retorno se confirma, pois, dos dez chineses que responderam ao questionário, no quesito que trata sobre a pretensão em retornar a China, apenas um disse que

não pretendia voltar para lá, todos os demais manifestaram o desejo de retorno à terra natal. A demonstração de permanência/adaptação e o apego identitário, bem como a ideia de pertencer a dois lugares ao mesmo tempo, percebemos através das conversas informais onde algumas falas traduziam esse conflito. Uns diziam que não queriam ficar aqui para sempre, mas também não queriam voltar à China em definitivo; outro, falava que tinha planos de voltar à China, mas não tinha pressa, pois aqui estava bom. Falavam que já estavam aqui no Brasil há muito tempo e que já haviam se acostumado.

O novo processo de “enraizamento” territorial em Teresina, por parte dos chineses, tem se efetivado nas mais diversas situações e negociações. Todos que participaram da pesquisa, responderam que vieram a Teresina para iniciarem ou darem continuidade aos seus negócios (alguns já trabalhavam no mesmo ramo em outro estado brasileiro ou em negócios da família na própria China), a fim de conquistarem melhores condições de vida. Muitos deles já possuem essa boa condição, especialmente os chineses donos de armarinhos. Observamos a melhoria de vida desse grupo de chineses, em específico, ao revelarem na pesquisa, por exemplo, o local de residência e o tipo de moradia. Os bairros Jockey Club, Horto Florestal e Nossa Sra. de Fátima, considerados bairros nobres da cidade, foram apontados por eles como local de residência e morando em apartamentos alugados (Mapa 09, na próxima página, indica a localização dos principais bairros de residência dos chineses pesquisados). Já os donos de pastelarias que abordamos, coincidentemente ou não, moram em apartamentos com aluguéis mais baratos, ou no próprio ponto de venda, no centro da cidade.

Outro modo, no nosso entendimento, que demonstra o patamar de vida de alguns chineses, é que muitos dos seus filhos estudam em escolas particulares e que também são bem conceituadas na cidade, por exemplo, colégio CPI, colégio CEV, Colégio Sinopse, Instituto Einstein de Ensino e São Francisco de Sales (Diocesano). Desta forma, os estudantes descendentes de chineses recebem uma educação nacional, obtendo, através da escola, uma carga cultural local, enquanto, no lar, eles mantêm laços com a cultura e com a terra natal de seus pais, retratando mais uma vez o conflito em que eles estão envolvidos. Uma última estratégia de adaptação e inserção na sociedade local, a ser apontada, são os arranjos familiares, ou seja, casais que chegam apenas com o visto temporário de estrangeiro e, como forma de garantia de visto permanente, decidem ter filhos nascidos em Teresina.

Mapa 09:Localização dos principais bairros de residência dos chineses pesquisados



Fonte: Pesquisa direta.

Portanto, os chineses formam um grupo de imigrantes, comerciantes, que tem se mantido de maneira estável, inclusive em momentos de crise econômica em que o país vem atravessando. Queremos, pois, dizer com isso que, em Teresina, eles têm se mostrado um grupo de imigrantes (estrangeiro) que vem se mantendo de forma coesa e com um comércio característico por tanto tempo. Se o que alguns autores (MACHADO, 2006; PIZA, 2012) apontam como característica da diáspora chinesa, a permanência na sociedade receptora condicionada ao sucesso do negócio, em Teresina, isso parece sinalizar para uma permanência, visto que detectamos, através da pesquisa, que o comércio dos chineses, ao que parece, vai perdurar por mais tempo (seja por alguns anos, muitos anos, ou mesmo de forma permanente). É claro que não podemos tomar essa situação de modo definitivo, tendo em vista se tratar de uma realidade dinâmica e condicional.

Com os outros estudos que apresentamos neste trabalho (CUNHA e MELLO, 2005; MACHADO, 2006; SILVA, 2008; PIZA, 2012) no intuito de demonstrar o fluxo migratório (diaspórico) dos chineses pelo país, motivados especialmente pela prática do comércio para fugir da concorrência nos grandes centros e, concomitantemente, alcançar novos comércios, refletiram o movimento dos chineses, suas idas e vindas e as causas para as escolhas dos lugares durante os anos. A partir do nosso caso de estudo, não sabemos que rumo os chineses tomarão, caso decidam deixar a cidade de Teresina, ouse, na realidade, podemos assim dizer que aqui seja a última “fronteira migratória” nacional onde se estabeleceu o comércio chinês.

Sayad (1998) aponta o estado provisório do imigrante que vai se prolongando. Porém, algumas vezes o imigrante não se dá conta que o provisório vai se tornando definitivo. Esse é um contraponto, pois as conexões com a terra de origem são cada vez mais intensas devido aos avanços tecnológicos nas áreas de comunicação, e transporte e os imigrantes estão cada vez mais conectados com seus familiares e com seu lugar de emigração, assim, o estado definitivo pode ser aceito com mais facilidade ante os recursos de comunicação e deslocamento. É possível notar, conforme Sayad (2000), que o retorno está implícito no ato de emigrar e que, para alguns migrantes chineses, a ideia da volta está intrínseca a ele, de maneira que o que o motiva ao trabalho é o regresso. Assim, pelo desejo expresso pelos chineses que participaram da pesquisa em retornar para a China, acreditamos que eles mantêm em seu interior o desejo mítico de retorno à terra natal.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa pesquisa, nos propomos a analisar a construção de uma (nova) territorialidade a partir da presença e inserção dos imigrantes chineses na sociedade teresinense, especialmente no campo econômico, proveniente da diáspora chinesa contemporânea ou como reflexo desta. Para tanto, lançamos mão de uma discussão teórico-conceitual do termo diáspora, bem como sua aplicação e adequação à nossa realidade. Autores da geografia, como Haesbaert (2011), Ma Mung (1999), Trolliet (1994) e Bruneau (2010), foram utilizados nessa discussão. Recorremos ainda aos conceitos de redes e mobilidade (RAFESTIN, 1993; SAQUET, 2008; BAUMAN, 1999), que serviram como elementos de coesão entre os conceitos de diáspora, território e suas variáveis (territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade). Por fim, intentamos demonstrar como ocorre a dinâmica e o processo de construção de uma territorialidade dos chineses em Teresina.

Relacionamos os termos de territorialidades e a diáspora chinesa em Teresina pelo fato de ambos tratarem sobre processos de movimentos migratórios, e como os imigrantes se especializam no novo território (SAQUET, 2000). Nestes processos, houve o entrelaçamento de um conjunto de experiências, simbolismos, conflitos culturais e identitários. Estes aspectos tornaram complexa a construção da nossa pesquisa, por englobar um arcabouço teórico-conceitual polissêmico. No entanto, nos debruçamos sobre a averiguação da integração de trabalhadores chineses no comércio de Teresina como resultado dos recentes fluxos migratórios e a relação desse grupo com o novo lugar agregando à dimensão material e simbólica e, ainda, às possibilidades de conquistas de acordo com a conjuntura econômica.

Considerando a análise dos números que apresentamos dos chineses dispersos pelo Brasil, o cruzamento de fontes múltiplas e uma ligação entre o geral e o específico (empírico), classificamos os imigrantes chineses em Teresina como um contingente representativo das ondas recentes da diáspora que surgiram a partir da segunda metade do século XX (MACHADO, 2006), mas somente sendo percebida a presença dos chineses no Piauí a partir dos anos 2000. Essa presença “tardia” dos chineses na cidade de Teresina se justificaria, provavelmente, pelo fato de que, no final dos anos oitenta e noventa, a capital não se adequaria aos interesses mercadológicos dos imigrantes chineses. Presença essa que só começa a ocorrer em meados de 2002 (SILVA, 2013), e intensificando seu fluxo, como vimos, a partir do ano de 2009. Sendo o Brasil um país marcado por migrações internacionais com a presença de diferentes e novos grupos imigrantes, Teresina, também, passa a se inserir

neste contexto com o recente número de imigrantes e dos negócios chineses na cidade, embora não seja com a mesma força presente em outros estados brasileiros.

O campo econômico foi o ponto de partida para a análise da construção de uma nova territorialidade, baseada no que apresentamos aqui como reflexo da diáspora chinesa. Porém, nosso estudo não se esgota em si mesmo, nem se restringe a este campo, pois o espaço geográfico, que é o espaço das relações sociais, tem sua origem no cruzamento dos diversos campos, intermediados por disputas e tensões a partir de uma busca por recursos materiais e simbólicos. Neste sentido, os imigrantes chineses em Teresina surgem como um novo elemento, territorializado, no campo econômico, mas vistos, também, sob a perspectiva cultural, identitária, da mobilidade e das redes. Assim, os vários processos sociais e de ação é que formam a territorialidade chinesa, os quais, conforme Raffestin (1993), se constrói a partir de uma tríade (o “vivido” territorial) que envolve, primeiro, as relações sociais internas dos indivíduos dentro do seu grupo cultural, segundo, entre os indivíduos e o seu espaço ocupado, e, terceiro, na convivência dos indivíduos com a alteridade dos demais grupos culturais. Isto é, os chineses em Teresina, por meio da(s) diáspora(s), aparecem como indivíduos híbridos resultantes do cruzamento de culturas diferentes (HAESBAERT, 2011).

Os processos diaspóricos, em que os migrantes chineses estão inseridos, envolvem experiências de uma multi ou transterritorialidade. Isso faz com que a diáspora seja marcada pela construção de redes, que anima a reprodução destes migrantes na medida em que partilham mais de uma territorialidade e, ao mesmo tempo, em que se cruzam múltiplas referências territoriais – locais (um bairro de grande cidade para onde migraram), nacionais (tanto os Estados de origem quanto os receptores) e mesmo globais – na composição de uma diáspora. (HAESBAERT, 2012). Assim, a multiterritorialidade da diáspora se manifesta na multipolaridade, no sentido do fortalecimento e da diversificação dos laços na dispersão, com isso, os seus vínculos prioritários acabam não sendo mais, obrigatoriamente, com o país de onde inicialmente partiram, mas das relações construídas com outros membros da diáspora em outras partes do mundo, incluindo os chineses residentes em Teresina.

O geógrafo francês, Ma Mung (1999), referindo-se à rede de diáspora chinesa, afirma que o “fato de possuir parentes em outros países é sempre motivo de satisfação, de orgulho, tanto maior quanto maior o número de países em que os migrantes se encontram dispersos” (MA MUNG, 1999, apud, HAESBAERT, 2011). O autor destaca, ainda, que os territórios-rede – e a multiterritorialidade – dos migrantes chineses em diáspora veem-se ainda mais fortalecidos pela dinâmica econômica que aí se constrói. Entendemos que os chineses, na cidade de Teresina, estão inseridos neste contexto de diásporas e rede que envolve aspectos

econômicos, com desenvolvimento do comércio e a construção de uma territorialidade dinâmica, baseada no movimento, nos deslocamentos entre territórios.

Na intenção de recuperar o bem-estar e diminuir os impactos do novo lugar, os migrantes chineses utilizam as redes de lugares e relacionamentos baseados na confiança e alicerçados na origem comum para estabelecer laços e, então, iniciar seu processo de territorialização (MARANDOLA, 2009). Poderemos, a partir destas relações sociais em rede, detectar que os chineses no decorrer do tempo, através, por exemplo, do comércio de produtos importados no centro de Teresina, construíram formas de territorialidades. Percebemos, pois, que a diáspora tem grande importância nesse processo, ao interligar redes de mercado e parentesco espalhadas mundo afora. E, como consequência, surgiu a formação do migrante moderno que se apresenta como um novo elemento social e identitário<sup>30</sup>, que carrega em si a ideia cultural de um lugar.

Com base nos teóricos com quem dialogamos por todo trabalho, podemos dizer que os chineses em Teresina organizam suas territorialidades com elementos de desterritorialização trazidos de sua terra natal, quer sejam suas atividades comerciais, a intensa dedicação ao trabalho ou o uso do mandarim entre eles. Essa reflexão, que investiga o movimento da territorialização com processos de desterritorialização e de reterritorialização, mostrou-se extremamente valiosa porque interpreta o próprio território como um recurso espacial e de apropriação, respeitando as diferentes dimensões da territorialidade, inclusive os processos simbólicos. Estes culminam numa “identidade territorial” que foi tematizada neste trabalho com as concepções de “local da cultura”, “entre lugares” e Disseminação, propostas por Bhabha (1998). Esse autor denomina este local como o do encontro e da construção social. Aquele local que não funciona apenas como local de fusão, mas como local de um espelhamento entre diferentes grupos.

Quando partimos dessa construção teórica para as análises empíricas no centro de Teresina, manifestou-se em observações e em um mapeamento onde a visibilidade leva a uma territorialidade, cujos marcos no processo da apropriação e da organização da cidade aparecem parcialmente na organização de determinados pontos que podem estar ligados por rede de parentesco ou, também, em conjuntos de ações que buscam lugares no cotidiano das pessoas. Observamos, neste momento, que, como a diáspora chinesa teve a experiência de um movimento migratório organizado, muitas vezes com o apoio de amigos ou parentes, a mesma

---

<sup>30</sup> Conforme Marcelo Ennes (2010), a discussão sobre identidades entre os estudos sobre imigração é recorrente, tendo em vista que resultam de dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que envolvem grupos étnicos diferentes. No caso dos processos migratórios, a diferença étnica, de nacionalidade, do idioma, dos costumes e dos fenótipos dos grupos em contato, constituem a base do processo identitário.

instalou-se com maior ênfase em espaços de ações sociais mais intensas que até hoje se mantêm e visibilizam nas ruas. A maior visibilidade da cultura chinesa em Teresina, como falamos, não se revela em construções ou grande concentração em determinados bairros, mas, especialmente, na manutenção do uso do mandarim entre eles e pela atuação no comércio de armarinhos e pastelarias. Dessa forma, é preciso que se reconheça a importância deste grupo para a contribuição econômica e cultural em Teresina.

Acionamos também, em nosso trabalho, os espectros das nacionalidades e nacionalismos, que é “a clara distinção entre o ser nacional (o outro) e o ser estrangeiro (o Eu), sendo que, no segundo, tem-se o deslocamento da esfera do eu (estrangeiro) para a esfera do nós (comunidade nacional de outro lugar)” (GOETTERT, 2010, p. 26). Assim, os encontros/desencontros de nacionalidades marcados e marcadores pelas singularidades, por outros idiomas, pelos sotaques, traços fisionômicos, jeitos e comportamentos “estranhos”, evidenciam a diferença entre os nacionais e estrangeiros e a construção das próprias territorialidades, sejam ao mesmo tempo materiais e/ou simbólicas. Tal dinâmica possibilita o surgimento de um espaço de territorialidades diferenciadas.

Portanto, considerando a construção da territorialidade chinesa em Teresina, com base nas hipóteses levantadas nas discussões teóricas e na análise empírica do objeto de estudo, verificamos que os resultados da pesquisa demonstram que, em Teresina, muitas das características da diáspora podem ser aplicadas à nossa realidade, mas que preferimos denominar aqui de reflexo da diáspora chinesa. Destacamos como as características mais importantes: a preservação em muitos aspectos da cultura chinesa, com a forte utilização da língua materna na comunicação entre eles, a resistência em integrar-se à sociedade teresinense, especialmente os mais velhos, a prática do comércio como recurso espacial, a mobilidade entre vários polos de migração e o desejo do retorno à terra natal.

Finalmente, queremos ressaltar a importância da pesquisa, por desenvolver um trabalho acadêmico que contribui para estudantes que tenham interesse na pesquisa afim, além de propor contribuir socialmente, somando-se a outros com o mesmo propósito. O estudo sobre a presença dos chineses em Teresina, considerando os vários aspectos envolvidos (território, diáspora, rede, identidade, entre outros), possivelmente é um trabalho pouco explorado no campo da geografia no âmbito local, e que precisa de um olhar (diversos olhares) crítico e com uma abrangência multidisciplinar. A pesquisa buscou relacionar as novas territorialidades na dinâmica da diáspora chinesa contemporânea, fazendo uma aproximação teórica que explique este processo e observando as relações políticas envolvidas neste fenômeno. Por fim, colocamos que a produção da presença chinesa no campo

econômico de Teresina se constitui como elemento recente, estabelecido e caracterizado como uma territorialidade, além de revelar que os negócios dos chineses demonstram fortes sinais de expansão, com a abertura de novas lojas.

## REFERÊNCIAS

AGNANI, José Guilherme. **Os pedaços da cidade**. São Paulo: EDUSP, 1991.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 2004.

\_\_\_\_\_. Por uma antropologia da mobilidade. Maceió – AL: Edunesp; Edufal, 2010.

AMORIM, Marcela Sampaio Magalhães Alves de; OLIVEIRA, Natalia Maria de. FERNANDES, Duval Magalhães. **A imigração chinesa para a América Latina e Brasil**: O perfil do imigrante chinês no Sudeste brasileiro. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.26, n.1, p. 182-196, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/p.2318-2962.2016v26nesp1p182/10456>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMANN, Martin. Conceptualizing diaspora: the preservation of religious identity in foreign part, exemplified by Hindu communities outside India. *Temenos Journal*, Mount Pleasant, Michigan, v. 31, p. 19-35, 1995. Disponível em: <<https://journal.fi/temenos/article/view/6033>>. Acesso em: 30 out de 2016.

BAUMANN, Martin. Diaspora: genealogies of semantics and transcultural comparison. In: **Religions in the Disenchanted World**, Numem, L. v. 47, n. 3, p. 313-337, 2000. Disponível em: <[http://www.jstor.org/stable/3270328?seq=1&loggedin=true#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/3270328?seq=1&loggedin=true#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 30 Out. 2016.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BERNARDINO, Virgílio Manuel Pereira; ROCHA, Marcio Mendes. Mobilidades, comércio e consumo da feira de Leiria: conflitos de uma mobilidade temporária. **Revista Portuguesa de Geografia**, Lisboa, n. 99, p. 101-117, Jul. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0430-50272015000100005](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0430-50272015000100005)>. Acesso em: 12 Jan. 2017.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. O campo econômico. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 06, p. 15-57, 2005. Disponível em: <[http://nau.ufsc.br/files/2010/09/Bordieu\\_O-campo\\_econ%3B4mico.pdf](http://nau.ufsc.br/files/2010/09/Bordieu_O-campo_econ%3B4mico.pdf)> Acesso em: 17 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 13. 445 de 24 de maio de 2017. Dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. Presidência da República Casa Civil. Brasília, DF, 2017.

BRIGNOL, Liliane Dutra. **Migrações transnacionais e usos sociais da Internet: identidade e cidadania na diáspora latino-americana**. 2010. 404f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2010.

BRUNEAU, Michel. Diasporas, transnational spaces and communities. In R. Bauböck, Th. Faist (eds). **Diaspora and Transnationalism: concepts, theories and methods**, Amsterdam University Press, p. 35-49, 2010. Disponível em: <<http://2012.photoireland.org/wp-content/uploads/2012/06/Bruneau-Diaspora-fultext.pdf>>. Acesso 22 Nov. 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. Ed. 8°. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

CHANG-SHENG, Shu. Imigrantes e a imigração chinesa no Rio de Janeiro (1910-1990). **Revista Leituras da História**, Rio de Janeiro, ano II, p. 44-53, 2009.

CHEMERIS, Henri Guenis Santos. **Os principais motivos que geraram o conflito entre israelenses e árabes na Palestina**. 2002. 75f. Monografia (Graduação em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. Comércio e a cidade: novas territorialidades urbanas. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, ano 16, n. 30, p. 117-132, Jun. 2004. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9183>>. Acesso em: 24 Mar. 2017.

CLIFFORD, James. **Diásporas: Cultural Anthropology**, Washington, v. 9 n. 3 p. 302-338, 1994. Disponível em: <[http://wayneandwax.com/pdfs/clifford\\_diasporas.pdf](http://wayneandwax.com/pdfs/clifford_diasporas.pdf)>. Acesso em: 9 Jul. 2016.

COGO, Denise. Cidadania comunicativa das migrações transnacionais: usos de mídias e mobilização social de latino-americanos. In: COGO, Denise; ELHAJJI, Mohammed; HUERTAS, Amparo (Org.). **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**. Balaterra: Institut de la Comunicació Universitat Autònoma de Barcelona, 2012. Disponível em: <[http://incom.uab.cat/diasporas/download/diasporas\\_migraciones\\_tic\\_identidades\\_23.pdf](http://incom.uab.cat/diasporas/download/diasporas_migraciones_tic_identidades_23.pdf)>. Acesso em: 27 Abr. 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROZENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, p. 7-11.

CORRÊA, Silvia Borges. As ruas comerciais, o consumo e a vida social urbana: o universo dos ateliês da Rua Dias Ferreira. **Revista Rua**. Campinas, n. 21 – vol. 1, p. 5-20 Jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8637512>>. Acesso em: 9 Jun. 2017.

CUCHE, Dennys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Ed. EDUSC, 1997.  
CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Pedro Paulo Tiago de. **Libaneses e Chineses: Sucessão, conflito e disputa numa rua de comércio do Rio de Janeiro**. Anuário Antropológico 2005. Rio de Janeiro: tempo brasileiro. p. 155-169, 2006.

DEZEM, Rogério. **Matizes do “amarelo”**: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878 -1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

DONGEN, Els Van; LIU, Hong. The Chinese Diaspora. Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199920082/obo-9780199920082-0070.xml>>. Acesso em 09 Set. 2016

ENNES, Marcelo Alario. Imigração japonesa e produção de “entrelugares”: uma contribuição para o debate sobre identidades. In: SPOSITO, Eliseu Savério; BOMTEMPO, Denise Cristina; SOUSA, Adriano Amaro de (Org.). **Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 37-58.

ESCUADERO, Camila. **Webdiáspora: Interculturalismo, transnacionalismo e multiterritorialismo para uma cidadania comunicacional: apontamentos analíticos**. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Manaus, 2013, p. 1-14. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1921-1.pdf>>. Acesso em: 18 Ago. 2016.

FAÇANHA. Antonio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina: Agentes, processos e formas espaciais da cidade**. 1998.188f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

FAZITO, Dimitri. **A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade**. Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Ouro Preto: ABEP, 2002. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_MIG\\_ST1\\_Fazito\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Fazito_texto.pdf)>. Acesso em: 26 Nov. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOSÁRIO sobre migração. Genebra: Editora **Organização Internacional para as Migrações**, 2009. Disponível em: <<http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>. Acesso em: 18 Jun. 2016.

GOETTERT, Jones Dari. Paradoxo do lugar mundo: brasileiros e identidade. In: SPOSITO, Eliseu Savério; BOMTEMPO, Denise Cristina; SOUSA, Adriano Amaro (Org.). **Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. Região, diversidade territorial e globalização. **Revista GEOgraphia**, Niterói. Ano. 1, n. 1, p. 15-39, 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/4/3>>. Acesso em: 13. Fev. 2016.

HAESBAERT, Rogério. Redes de diásporas. In: **Cadernos do Departamento de Geografia**, n. 2. vol. 2 Niterói. Universidade Federal Fluminense, Jan/Jun, 2000.

\_\_\_\_\_. Identidade e Migração em áreas Transfronteiriças. **Revista GEOgraphia** (UFF), Niterói, v. 5, p. 35-65, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/53>>. Acesso em: 19 Jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização a multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo, p. 1769-1777, 2005. <Disponível em: [http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert\\_multi.pdf](http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf)>. Acesso em: 15 Dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Epílogo Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora. SERPA, A., (Org.) **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008. 426 p.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. Diásporas e Migrantes: da transterritorialidade à contenção dos novos muros. **Revista Humanidades**. Brasília, 2012, v. 59, p. 54-65, 2012.

HAESBAERT, Rogério; MONDARDO, Marcos Leandro. Transterritorialidade e Antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **Revista GEOgraphia**. Niterói, n. 24, v. 12, p. 19-50, 2010. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/378/297>>. Acesso em: 21 Nov. 2017.

HAESBAERT, Rogério; Porto Gonçalves, Carlos Walter. **A nova desordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG; Brasília: representação da UNESCO no Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IPIRANGA, Ana Silva Rocha. A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: bares e os restaurantes. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 65-91, Jan-Fev, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v11n1/04.pdf>>. Acesso em: 13 de Mar. 2017.

JIA GAO. **The Diasporisation of Contemporary Overseas Chinese: From Alienation to an Alternative Way of Life** Article, January 2009. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/254617886\\_The\\_Diasporisation\\_of\\_Contemporary\\_Overseas\\_Chinese\\_From\\_Alienation\\_to\\_an\\_Alternative\\_Way\\_of\\_Life](https://www.researchgate.net/publication/254617886_The_Diasporisation_of_Contemporary_Overseas_Chinese_From_Alienation_to_an_Alternative_Way_of_Life)>. Acesso em: 16 Abr. 2017.

LACOSTE, Yves. **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE BRÁS, Herve. **A invenção das populações**: biologia, ideologia e política. Lisboa: instituto Piaget, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Disponível em: <[http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq\\_interface/1a\\_aula/A\\_producao\\_do\\_espaco.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf)>. Acesso em: 19/05/2017.

LEITE, Jose Roberto Teixeira. **A China no Brasil**: influencias marcas, ecos e sobrevivências chinesas na arte e sociedade do Brasil. 1992. 591f. Tese (Doutorado) – Instituto de artes da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1992.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Trad. Patrícia de Queiroz C. Zimbres. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

LÉVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade, **Revista Geographia**. v. 3 n. 6, p. 7-21, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/62>>. Acesso em: 30/maio/2017.

LIU, Yue. Chinatown Un marquage ethnique de l'espace urbain. Un article de la **Revue Eurostudia** Vol. 8, n. 1–2, 2012, 2013, p. 227–249. Disponível em: <<https://www.erudit.org/fr/revues/euro/2012-v8-n1-2-euro01518/1026640ar.pdf>>. Acesso em: 16 Dez. 2016.

LOPEZ, Amelia Sáiz. **La migración china em España: características generales**. Revista Cidob d'Afers Internacionals, n. 68, p. 151-163, 2005.

MACHADO, Rosana Pinheiro. (Re) pensando a diáspora chinesa: fluxos globais e dinâmicas locais da imigração contemporânea. In: 30º Encontro Anual da ANPOCS, 24 a 28 Out. 2006, Caxumba (MG). **GT 12 – Migrações Internacionais**, Caxumba (MG): ANPOCS, 2006, p. 2-30.

MAGNANI, José Guilherme C. **Os pedaços da cidade**. São Paulo: USP, CNPq, 1991

MA MUNG, Emmanuel. Non-lieu et utopie : la diaspora chinoise et le territoire. In: **Espace géographique**, v. 23, n. 2, p. 106-113, 1994. Disponível em:

<[http://www.persee.fr/doc/spgeo\\_0046-2497\\_1994\\_num\\_23\\_2\\_3280](http://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1994_num_23_2_3280)>. Acesso em: 12 Dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Autonomie, migrations et alterite. **HDR de géographie**. Géographie. Université de Poitiers, 1999. Disponível em: <<https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00337679/document>>. Acesso em: 17 Dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Le prolétaire, le commerçant et la diaspora », **Revue européenne des migrations internationales**, vol. 25, n.1, p. 97-118, mis en ligne le 01 juin 2009. Disponível em: <<http://remi.revues.org/4884>>. Acesso em: 29 Set. 2016.

MASSEY, Dorey. et al. **Return to Aztlan: the social process of international migration from Western Mexico**. Los Angeles: University of California Press, 1987. 335p. Disponível em: <<http://www.ucpress.edu/book.php?isbn=9780520069701>>. Acesso em: 27 Set. 2016.

\_\_\_\_\_. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, O. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.

MELCHIOR, Lirian. Redes sociais e migrações laboriais: múltiplas territorialidades. A comunidade nipo-brasileira de Ourinhos. In: SPOSITO, Eliseu Savério; BOMTEMPO, Denise Cristina; SOUSA, Adriano Amaro de (Org.). **Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 37-58.

MONDARDO, Marcos Leandro. identidades territoriais e globalização: a relação entre espaço, política e cultura no processo de des-reterritorialização. **Revista Geo UERJ**, Ano 11, v.2, n.19, 1º semestre de 2009. p. 111-137. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1412/1202>>. Acesso em 14 Out. 2016.

\_\_\_\_\_. “Contra geografias da Globalização”: Fronteiras Internas, Identidades em Trânsito e Experiência Fora do Lugar. **BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**. 2010. Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-mondardo-contrageo.pdf>>. Acesso em: 28 abril, 2017.

MARANDOLA JR., Eduardo; GALLO, Priscila Marchiori Dal. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. In: VI ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 2009, Belo Horizonte. **Sessão 2: migrações internas e internacionais, dimensões, dinâmicas, conexões prováveis e avanços teóricos**. Belo Horizonte, 2009, p. 1-15.

NEVES, Miguel Santos; TRINDADE Maria Beatriz Rocha. As diásporas e a globalização: a comunidade de negócios chinesa em Portugal e a integração da China na economia global. **Revista do Observatório de Imigração**. Lisboa, n. 3, p. 165-190, Outubro 2008. Disponível em: <<http://www.oi.acidi.gov.pt>>. Acesso em: 26 Jul. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Apesar de baixa fertilidade, mundo terá 9,8 bilhões de pessoas em 2050** [S.I.: s.n.]. 2017. Disponível

em:<<https://nacoesunidas.org/apesar-de-baixa-fertilidade-mundo-tera-98-bilhoes-de-pessoas-em-2050/>>. Acesso em 3 setembro 2017, 15:45:33.

PEDONE, Claudia. Globalización y migraciones internacionales: trayectorias y estrategias migratorias de ecuatorianos en Murcia, España. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. Nº 69 (49), 1 de agosto de 2000. Disponível em: <<<http://www.ub.es/geocrit/sn-69.htm>>, acesso em 25/09/2016.

PIZA, Douglas de Toledo Douglas. **Um pouco da mundialização contada a partir da região da 25 de Março**: migrantes chineses e comércio “informal”. 2012. 196f. Dissertação (mestrado em sociologia) - Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAYNAUD, Joy. Nouveaux territoires et nouvelles identités culturelles : **revue des études sur la diaspora chinoise a l'ère d'Internet** , Netcom, v. 25, n. 1/2, p. 47-62 mis en ligne le 16 Maio 2011. Disponível em: <<https://netcom.revues.org/303>>. Acesso em:

SAFRAN, William. The Jewish Diaspora in a comparative and theoretical perspective. *Israel Studies*, Bloomington, v. 10, n. 1, p. 36-60, 2005. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/30245753?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/30245753?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 5 Jan. 2017.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Redes e território: reflexões sobre a migração. In: DIAS, L. C. SILVEIRA, R. L. da. **Redes, sociedades e territórios**. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, pp. 51-78.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003.

\_\_\_\_\_. Marcos Aurélio; MONDARDO. Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista Nera**. Presidente Prudente. Ano 11, n. 13, p. 118-127, Jul./Dez. de 2008. Disponível em:<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1392/1374>>. Acesso em: 26 Set. 2016.

\_\_\_\_\_. Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SPOSITO, Eliseu, Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). **Territórios e territorialidade**: teorias, processos e conflitos. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015, pp. 69-90.

SHYU, David Jye Yuan; JYE, Chen Tsung. Integração cultural dos imigrantes chineses no Brasil. **Revista de Estudos Orientais**, n. 6. pp, 215-242, 2008.

SILVA, Marcos de Araújo. **Guanxi nos Trópicos: um estudo sobre a diáspora chinesa em Pernambuco**. 2008. f 191. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2008.

SINANAN, Jolynna. Xin Yimin: “New” Chinese migration and new media in a Trinidadian town. In W. Sun and J. Sinclair (Eds) **Media and Communication in the Chinese Diaspora: Rethinking Transnationalism**, London, New York: Routledge. 2016, p. 210-225. Disponível em: <[http://www.academia.edu/18246576/Xin\\_Yimin\\_New\\_media\\_and\\_new\\_migration\\_in\\_a\\_Trinidadian\\_town](http://www.academia.edu/18246576/Xin_Yimin_New_media_and_new_migration_in_a_Trinidadian_town)>. Acesso em: 27 Out. 2016.

SOUSA, Gerson Dias de. **Movimentos migratórios e asiáticos no Brasil: a dinâmica do comércio no centro de Teresina a partir da presença dos chineses**. 2014. 55f. Monografia (Graduação em Geografia) – Centro de Ciências Humanas. Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2014.

TAMANG, Ritendra. Negotiating Chinese Identity in the Internet Age, **Asian Social Science**, 2008, vol. 4, n°11, pp. 8-12.

TÖLÖLYAN, K. A general introduction to exile. In: BERTHOMIÈRE, W.; CHIVALLON, C. (Dir.). **Les diasporas dans le monde contemporain: un état des lieux**. Paris: Karthala, 2006. p. 195-209. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&pid=S01047183201500010033100024&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S01047183201500010033100024&lng=en)>. Acesso em: 30 Out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Diaspora studies: past, present and promise**. Oxford: International Migration Institute, 2012. Working Paper 55, p. 1-14. Disponível em: <<http://www.migration.ox.ac.uk/odp/pdfs/WP55%20Diaspora%20studies.pdf>>. Acesso em: 15 Set. 2016.

TOPEL, Marta Francisca. Terra prometida, exílio e diáspora: apontamentos e reflexões sobre o caso Judeu. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 331-352, jan./jun. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832015000100331&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832015000100331&script=sci_abstract)>. Acesso em: 11 Fev. 2017.

TREVISAN, Claudia. **Os chineses**. São Paulo: Contexto, 2014.

TROLLIET, Pierre. Peut-on parler d'une diaspora chinoise?. In: **Espace géographique**, tome 23, n°2, 1994. p. 97-105, 1994. Disponível em: <[http://www.persee.fr/doc/spgeo\\_0046-2497\\_1994\\_num\\_23\\_2\\_3279](http://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1994_num_23_2_3279)>. Acesso em: 09 Set 2016.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

VERAS, Daniel Bicudo. **As Diásporas chinesas e o Brasil: a comunidade sino-brasileira em São Paulo**. São Paulo. 2008. 280f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

VERTOVEC, Steven. Conceiving and Researching Transnationalism. **Ethnic and Racial Studies**, University of Oxford, vol. 22, n. 2, p. 1-25, 1999. Disponível em:

<<http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/conceiving.PDF>>. Acesso em: 12 Fev. 2017.

VIEIRA, Rosa Cavalcanti. **Revista Métis: história & cultura**. v. 11, n. 22, p. 197-218, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/1501/1251>>. Acesso em: 09 Maio 2017.

WENJING, Xie. Virtual space, real identity: Exploring cultural identity of Chinese Diaspora in virtual community, *Telematics and Informatics*, vol. 22, n°4, pp. 395-404, Novembro 2005. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/223003278\\_Virtual\\_space\\_real\\_identity\\_Exploring\\_cultural\\_identity\\_of\\_Chinese\\_Diaspora\\_in\\_virtual\\_community](https://www.researchgate.net/publication/223003278_Virtual_space_real_identity_Exploring_cultural_identity_of_Chinese_Diaspora_in_virtual_community)>. Acesso em: 27 Jan. 2017.

## 7 APÊNDICES

**8 ANEXOS**